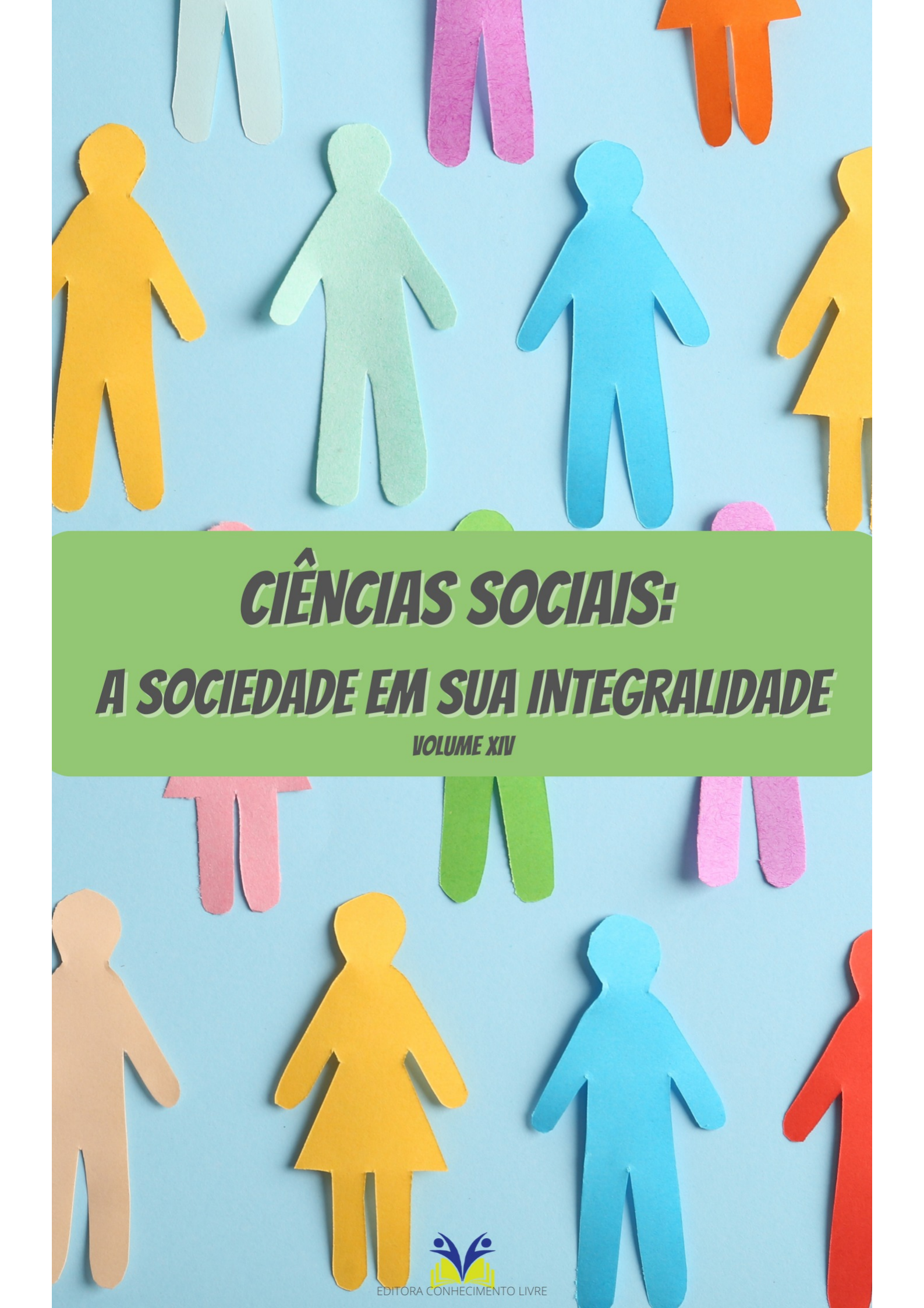


The background of the cover is a light blue surface decorated with numerous colorful paper cutouts of human figures. These cutouts are in various colors including yellow, green, blue, orange, pink, and red. Some are simple male and female silhouettes, while others are more abstract or stylized. They are scattered across the entire cover, with some appearing to be hanging from the top and others standing on the bottom.

CIÊNCIAS SOCIAIS:

A SOCIEDADE EM SUA INTEGRALIDADE

VOLUME XIV

Frederico Celestino Barbosa

Ciências sociais: a sociedade em sua integralidade

14^a ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

14ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238C Ciências sociais: a sociedade em sua integralidade
/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2023

162 f.: il

DOI: 10.37423/2023.edcl782

ISBN: 978-65-5367-378-6

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. atualidade 2. relacionamento 3. soluções I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 300

<https://doi.org/10.37423/2023.edcl782>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORIA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

MSc Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Wesley Pacheco Calixto

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Frederico Celestino Barbosa

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc. Plínio Ferreira Pires

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

MSc Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Gabriela Cristina Borborema Bozzo

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

MSc Francisco Odecio Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	6
LACUNA TEÓRICA DO MEIO DE COMUNICAÇÃO: ANÁLISE DA RELAÇÃO TERMO- CONCEITO-ARGUMENTO EM PERIÓDICOS NACIONAIS	
Amanda Luiza dos Santos Pereira Daniel Costa de Paiva DOI 10.37423/230808055	
CAPÍTULO 2	19
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO FRENTE À ESTIGMATIZAÇÃO DO SUJEITO AUTISTA	
Fábio Pinheiro Silva Kessia Gadelha Nogueira Clauberson Sales do Nascimento Rios DOI 10.37423/230808085	
CAPÍTULO 3	50
O EMPREGO DA TECNOLOGIA 5G NO TELEJORNALISMO: MAPEAMENTO DE OLHARES ACERCA DAS TRANSFORMAÇÕES	
Leandro Olegário Guilherme Maia DOI 10.37423/230808092	
CAPÍTULO 4	63
ÍNDICE DE ÁREA FOLIAR DE PLANTAS DE GIRASSOL SUBMETIDOS A DIFERENTES DOSES DE ZINCO E FORMAS DE APLICAÇÃO	
Tânia da Silva Siqueira Mateus Ferreira Andrade Damaris Daniele Barreto Melo Naiza Izabela de Barros Santos Nogueira Luzia Micaele Alves Barbosa Arianne de Andrade da Silva Maria Jucélia Pereira de Souza Jéssica da Silva Xavier Pedro Henrique da Silva Nascimento Josimar Bento Simplício DOI 10.37423/230808094	
CAPÍTULO 5	70
DESPATRIARCALIZAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS FEMININOS: CONTRIBUIÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	
Aline Rodrigues Maroneze Rosângela Angelin DOI 10.37423/230808097	

CAPÍTULO 6	85
Á MARGEM DA LINHA: DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO CRIMINALIZADO AO DEBATE DO DIREITO À CIDADE.	
Beatriz Mateus Pereira	
Marcelo de Sousa Inácio	
Renato Gonçalves dos Santos	
DOI 10.37423/230808112	
CAPÍTULO 7	96
CRIPTOMOEDAS: SEUS DESAFIOS DE REGULAMENTAÇÃO E OS IMPACTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CENTRALIZADAS	
Matheus Xavier Caetano	
Daiane Rodrigues dos Santos	
Christiano Arrigoni	
DOI 10.37423/230808115	
CAPÍTULO 8	111
A CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIAS E A CREDIBILIDADE DA AUTORIDADE MONETÁRIA BRASILEIRA: UM ENSAIO COM A PERCEPÇÃO DE UNIVERSITÁRIOS	
Gabriel Azevedo as Costa Machado	
Diego de Moraes Ferreira	
Daiane Rodrigues dos Santos	
Christiano Arrigoni	
DOI 10.37423/230808116	
CAPÍTULO 9	127
O IMPACTO DA LIDERANÇA NO RESULTADO DA PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL	
Joseane Stahl Silveira	
Sandra Silveira da Silva	
DOI 10.37423/230808127	
CAPÍTULO 10	137
ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS RELATIVOS À PUBLICIDADE E PROPAGANDA DE CIRURGIÕES- DENTISTAS	
Rayssa Nayra de Albuquerque Lima	
Daniel Faustino Lopes	
Laissa Soares de Oliveira	
Leila Maués Oliveira Hanna	
DOI 10.37423/230808136	

CAPÍTULO 11 148

UMA ANÁLISE DAS TIC NO MEIO RURAL A PARTIR DA PESQUISA PRODUTOR RURAL
SEBRAE 2017

Ariane Fernandes da Conceição

Jhose Iale Camêlo Cunha

Alair Ferreira de Freitas

Sergio Schneider

DOI 10.37423/230808138

Capítulo 1



10.37423/230808055

LACUNA TEÓRICA DO MEIO DE COMUNICAÇÃO: ANÁLISE DA RELAÇÃO TERMO-CONCEITO- ARGUMENTO EM PERIÓDICOS NACIONAIS

Amanda Luiza dos Santos Pereira

Universidade Paulista

Daniel Costa de Paiva

Universidade Federal Fluminense



Resumo: Partindo do racionalismo crítico, admite-se a reflexão teórica como centro da problematização e, portanto, da investigação científica. Especificamente no âmbito da comunicação, a diversidade tem sido objeto de variados estudos que debatem questões epistemológicas e teóricas. Observando as discussões deste contexto, chegou-se ao entendimento de que o esclarecimento de Meio de Comunicação se faz necessário. Assim, o artigo apresenta um levantamento que abarcou textos de 29 periódicos nacionais, buscando relações entre termo, conceito e argumentos. Apesar do recorrente uso do termo “meio” relacionado a “comunicação” (560 artigos em um período de cinco anos), em 2% dos textos havia referencial teórico pertinente a “meio” e em menos de 1% houve demonstração da sua utilização associada com supostos sinônimos de meio de comunicação.

Palavras-chave: ciência; epistemologia; teorias da comunicação.

INTRODUÇÃO

Tal como propõe Lopes (2005) as instâncias que permeiam a investigação científica possuem uma estreita relação de modo que, as posições e escolhas realizadas em uma delas influencia as outras, demandando adequações de diversas ordens.

Neste artigo, a posição do racionalismo crítico tomada como ponto de partida orienta as breves pontuações epistemológicas realizadas em *Problema e teoria: sobre a relação entre as questões epistemológicas e a diversidade teórica*.

Sequencialmente, no item *A posição epistemológica e a resolução teórica: a lacuna conceitual de meio de comunicação* são abrangidos textos de autores (BRAGA, 2011; MARCONDES FILHO, 2011; MARTINO, 2008; MARTINO, 2014; RÜDIGER, 2014) que

têm discutido acerca dos problemas de ordem epistemológica e teórica no domínio da Comunicação, tendo como eixo das reflexões o consenso sobre a existência de elevada diversidade teórica.

Em *Análise conceitual de meio de comunicação: mecanismos e tratamento de dados* é apresentado o estudo em andamento desde 2015 que, coletando artigos indexados em plataformas digitais e publicados em âmbito nacional em um período de cinco anos, visou identificar o uso de conceito e respectivos argumentos relacionados ao termo “meio de comunicação”.

Este texto é finalizado em *Considerações finais* e pela apresentação das referências bibliográficas.

PROBLEMA E TEORIA: SOBRE A RELAÇÃO ENTRE AS QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS E A DIVERSIDADE TEÓRICA

Partindo do viés do realismo, em especial do racionalismo crítico, há neste texto enfoque na dimensão endógena das questões relativas à pesquisa científica, justificadas aqui por duas ponderações: em primeiro lugar, apesar da importância de aspectos extralógicos (históricos, sociológicos, econômicos, políticos etc.) no desenvolvimento e na prática da Ciência, admite-se como ponto de partida um nível mínimo de autonomia do conhecimento científico. Em segundo lugar, alargar a reflexão para discussões também extralógicas neste espaço implicaria em demasiada superficialidade em ambas dimensões.

Na perspectiva do racionalismo crítico, a investigação científica só pode ser iniciada com um Problema de pesquisa que é, por seu turno, delimitado por teorizações, as quais são pertinentes a um

determinado domínio científico e, por conseguinte, indicam as problemáticas e explicações que nele cabem:

[...] o conhecimento não começa com percepções ou observações ou com a recompilação de dados ou de fatos, senão com problemas. Não há conhecimento sem problemas – mas tampouco há problema sem conhecimento. Quer dizer que este começa com a tensão entre saber e não saber, entre conhecimento e ignorância: nenhum problema sem conhecimento – nenhum problema sem ignorância. Porque todo problema surge do descobrimento de que algo não está na ordem do nosso saber atual, ou logicamente considerado na descoberta de uma contradição interna entre o nosso suposto conhecimento e os supostos fatos (POPPER, 1973, p. 102, grifo do autor, tradução nossa).

Pensar sobre o “suposto conhecimento” acerca de algo no domínio da Comunicação suscita a pergunta “Quais são as Teorias da Comunicação?”, para responder, aqui se opta por considerar o seguinte contexto:

[...] As teorias da comunicação que dispomos não procedem à sistematização da área, no sentido de fazer convergir suas teses e proposições. A pergunta que se deve fazer, porém, é: por que deveriam? O raciocínio precede como se a sistematização, no sentido da confecção de uma “teoria geral” ou da explicitação de um “princípio unitário” fosse não apenas desejável e possível, mas indispensável à sobrevivência acadêmica e intelectual dos estudos de mídia. O fato, no entanto, é que não é assim: o campo acadêmico da comunicação surgiu e vem prosperando à revelia dessa exigência, que pode interessar e ser esperada pela filosofia da ciência, mas não é necessária para ajuizar os resultados de suas pesquisas e, mesmo, manter uma comunidade acadêmica [...] (RÜDIGER, 2014, p. 405).

Admitir que um campo acadêmico surgiu e prosperou independentemente da convergência de proposições não desqualifica a demanda de compreender e, por conseguinte, organizar as teorias seja para elaborar e avaliar problemas identificados ou mesmo para analisar os resultados das pesquisas, uma vez que tal tarefa depende, necessariamente, de parâmetros devidamente justificados.

Em razão disso, investigações acerca da delimitação das teorias da comunicação são referências constantes em pesquisas de pós-graduação, desde Craig (1999) que aponta para sete tradições para a constituição do domínio (retórica, semiótica, fenomenológica, cibernética, sociocultural, teorias crítica e social), até os estudos de Luís Mauro Sá Martino (2008) e Luiz Claudio Martino (2008), por exemplo, incluindo recentemente um debate proposto por Boaventura e Varão (2016) sobre das posições de Robert Craig e Luiz C. Martino.

Considerando a identificação de maior variação quantitativa, remete-se ao estudo de Bryant e Miron (2004) que abrangeu 25% do conteúdo dos periódicos *Journalism & Mass Communication Quarterly*,

Journal of Communication e Journal of Broadcasting & Electronic Media, identificando 604 diferentes teorias/vertentes de Comunicação. É perceptível o alto valor, seja devido aos 25% avaliados, ao número de periódicos considerados ou ao campo de estudo.

Autores que apresentam uma reflexão endógena desta diversidade apontam, dentre outras coisas, para a origem epistemológica da questão: Marcondes Filho (2001, p. 170) aponta que mesmo amplamente tomada como temática, “[...] ninguém se pergunta o que é, em última análise, comunicação” e Braga (2011) também critica o tratamento da comunicação como um tema ao invés de um enfoque disciplinar.

De modo geral, trata-se da supressão do enfoque comunicacional como apontado por Luiz C. Martino em diversos textos, pelos autores acima mencionados (BRAGA, 2011; MARCONDES FILHO, 2011) e por Carvalho (2014), especificamente no que tange a comunicação como tema e a sociedade como objeto:

É possível afirmar que desde os primeiros estudos sobre o campo comunicacional, hoje considerados clássicos, uma compreensão sobre a sociedade esteve implícita. Estivessem situadas no campo dos estudos administrativos ou críticos, na proposição de Mauro Wolf (1994), – compreendidos por Umberto Eco (1970) a partir da denominação integrados ou apocalípticos – as pesquisas pioneiras sobre a comunicação em sua vertente preocupada com os “efeitos” da ação das mídias e seus conteúdos sobre o social já lidavam com as interconexões comunicação/sociedade. Em que pesem as diferenças de enfoque entre duas perspectivas teóricas e metodológicas tão distintas, a propósito, é claro que ambas concordavam em um ponto crucial: a comunicação exerceria um papel decisivo na conformação das ações individuais e coletivas. Contraditoriamente, no entanto, a compreensão da comunicação nessas pesquisas, salvo engano, sempre esteve ligada a uma clara hierarquia: compreender a comunicação exige antes descrever a sociedade na qual ela está inserida, contradição que se avoluma pela confusão então gerada, pois se a comunicação impõe-se ao social e a ele subjuga com seus conteúdos, não restaria muito da sociedade a ser buscado como traços presentes nos produtos e processos comunicacionais, mas antes, os “modelos” impostos pela comunicação agindo como deterioradores do social e das relações nele instituídas, na visão crítica, ou moldando-o segundo comportamentos desejáveis, na perspectiva administrativa [...] (CARVALHO, 2014, p. 132-133).

Reconhecendo a relação entre a reflexão epistemológica e as resoluções teóricas propostas (BRAGA, 2011; MARCONDES FILHO, 2011; MARTINO, 2008, 2013), se

entende aqui que é preciso estabelecer as duas posições, abordadas no próximo item, as quais norteiam a proposta.

A POSIÇÃO EPISTEMOLÓGICA E A RESOLUÇÃO TEÓRICA: A LACUNA CONCEITUAL DE MEIO DE COMUNICAÇÃO

No artigo intitulado *A disciplinarização da Epistemologia no ensino da(s) Teoria(s) da Comunicação*, Luis Mauro de Sá Martino (2014) indica duas saídas que considera mais relevantes (Comunicação a partir de meios ou de processos) que dependem igualmente do esclarecimento de meio de comunicação seja para tomá-lo como aspecto central, seja para refutá-lo.

Em 2014, Francisco Rüdiger realizou uma série de considerações acerca da posição epistemológica-teórica de Luiz C. Martino no texto *Epistemologia “da” Comunicação: elementos para a crítica de uma fantasia acadêmica*, no qual entende que:

Martino deseja, em resumo, algo simples e razoável, que a pesquisa em comunicação, entre os que fazem parte administrativamente dos setores acadêmicos agrupados com o rótulo, se reduza a estudos de mídia (Martino, 2001a). Acreditamos estar de acordo com ele, quando subscrevemos a tese de que, em vez de comunicação, o tema mais central de nossos estudos são os fenômenos de mídia (Merrin, 2014, p. 107-115). Sua ingenuidade ou ilusão consiste em pensar que isto, entretanto, baste para justificar uma epistemologia e, assim, fundar uma nova ciência. A origem do pecado é o culto fetichista da palavra “comunicação”, lançada onde deveriam aparecer os termos mídia e estudos de mídia (RÜDIGER, 2014, p. 402).

Para o autor (2014, p. 403), é incoerente localizar disciplinarmente um aspecto teórico-conceitual (meio de comunicação) partindo de um debate epistemológico porque “[...] só tem necessidade desde o ponto de vista de quem analisa filosoficamente a atividade científica. O pesquisador mesmo pode desconhecê-la, sem que isso importe necessariamente em prejuízo. A falta pode ou não acarretá-lo, porque, como tal, aquele primeiro está, em essência, engajado noutro tipo de tarefa” (RÜDIGER, 2014, p. 403).

A objeção de Rüdiger (2014) possui relevância na medida em que distingue a questão epistemológica da teórica (ainda que o faça com prejuízo a interdependência inexorável das duas instâncias), visto que é da alçada da segunda a elaboração conceitual que assinala a diferença (ou não) de toda e qualquer comunicação daquela contextualizada pelos meios, ou seja, a formulação de um objeto:

Epistemologia da comunicação, na medida em que pode carregar rigor e propriedade filosófica como expressão, só pode significar estudo analítico, eventualmente histórico dos fundamentos teóricos e metodológicos que estruturam a pesquisa e a produção do conhecimento por parte dos investigadores dos chamados fenômenos de comunicação (mídia, mais frequentemente). Isto é, refere-se à análise das perspectivas teóricas e métodos de estudo dos quais lançam mão os estudiosos dos fenômenos ligados

à imprensa, ao rádio, à televisão e a outros meios de comunicação. Confunde-a com a teoria aquele que lhe atribui à tarefa de definir o que é a comunicação enquanto objeto de pesquisa, visto que só aquela pode, legitimamente, construir seu conhecimento (RÜDIGER, 2014, p. 411).

Entretanto, a solução do autor (2014) aponta para a prevalência das questões extralógicas, sendo o trabalho epistemológico restringido ao levantamento das produções científicas, cujos critérios de delimitação seriam pautados, com exclusividade, pelas práticas dos pesquisadores.

Constitui-se então uma objeção cética, que não responde ao objetivo (ou justificação) da Comunicação, porque ignora que para além dos objetivos individuais (ou políticos, sociais, econômicos etc.) dos pesquisadores, trata-se de como melhor explicar e realizar o exercício científico (OKASHA, 2002).

Considerando as objeções de Rüdiger (2014) e o que foi abarcado na Introdução deste texto, há duas pontuações importantes. Primeiro, sobre o posicionamento epistemológico assumido que, partindo do racionalismo crítico, necessariamente refuta o ceticismo sobre o conhecimento científico e, tal como sustenta Okasha (2002), aponta para a direção da busca por melhores explicações e opções (de ordem epistemológica, teórica, metodológica ou técnica) para o exercício científico.

Além disso, do ponto de vista teórico, a identificação do não esclarecimento de Meio de Comunicação como um obstáculo conceitual na medida em que diferentes posicionamentos epistemológicos (como, por exemplo, Martino e Rüdiger) e diferentes indicações teóricas (BRAGA, 2011; MARCONDES FILHO, 2011).

A fim de elucidar a utilização de “meio de comunicação” nas pesquisas em âmbito nacional, na primeira etapa de um estudo que ainda está em andamento foi realizado um levantamento (PEREIRA; OLIVEIRA, 2015) em 29 periódicos brasileiros entre janeiro de 2010 e abril de 2015, formando um corpus de 560 artigos que relacionavam o termo “meio” à “comunicação”. Em menos de 2% dos textos em que o termo era relevante para a indexação do artigo era possível identificar um referencial claramente.

A lacuna produzida pela ausência de explicações acerca de “meio de comunicação” e, por conseguinte, de esclarecimentos sobre os parâmetros que justifiquem suas inúmeras utilizações reforça as dificuldades de ordem epistemológica e teórica que ficaram evidentes desde Craig (1999).

Tendo em vista a quantidade de dados que levantamentos deste nível identificam, à exemplo das 604 diferentes teorias percebidas por Bryant e Miron (2004) apesar de limitarem-se a 25% do conteúdo de

três periódicos abrangidos, uma análise detalhada e satisfatória demanda utilização de mecanismos que viabilizem, no mínimo, a automatização de partes do processo. Pelos altos valores, trata-se de algo relevante e necessário, objeto desta proposta.

ANÁLISE CONCEITUAL DE MEIO DE COMUNICAÇÃO: MECANISMOS E TRATAMENTO DE DADOS

Considerando o cenário de diversificação, nesta seção está apresentado o pré-teste como uma opção analítica com ênfase nos conceitos de modo que, realizando levantamentos baseados nas especificações computacionais dos indexadores, busca-se por termos e suas respectivas explicações com vistas a identificar e avaliar sobreposições e consistência conceituais-argumentativas. A relação entre conceitos e a delimitação de argumentações se mostra viável.



Figura 1: Proposta de sistematização por identificação de sobreposição e consistência

A pertinência de reflexões sobre as possibilidades de dar conta de dados disponíveis digitalmente tem sido articulada especialmente por pesquisadores que desenvolvem investigações voltadas às redes sociais digitais tais como Lima Junior (2011) e Caetano (2015).

Alguns desafios dos estudos relativos às redes sociais digitais se aproximam daqueles identificados neste estudo, em particular no que tange técnicas de coleta, armazenamento e correlação de dados (LIMA JUNIOR, 2011; CAETANO, 2015).

Por outro lado, especificidades deste levantamento como, por exemplo, a dinâmica dos indexadores e as relações termo-conceito-argumento, delimitam as opções metodológicas em uma intersecção entre Lógica, Ciência da Informação e Ciência da Computação.

A opção aqui proposta não visa a análise direta das teorias, estando localizada em um ponto anterior, de identificação dos conceitos e avaliação dos argumentos que os conformam (parte inferior na Figura 2).

Toma-se por conceito algo que é representado por um ou mais termos e que é indicado por uma expressão (predicado), a qual define os requisitos de sua aceitação. Dessa forma, implica reconhecer

a justificação de sua aplicação e compreender as consequências reflexivas da mesma (BLACKBURN, 1997; BUNGE, 2012).

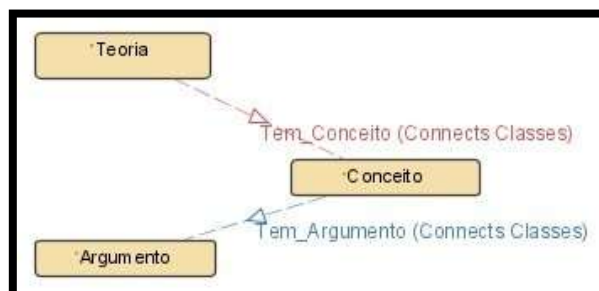


Figura 2: Conformação teórica

A Figura 2, elaborada com os pressupostos definidos em Gruber (1993), representa ainda que uma teoria é constituída por um ou mais conceitos, fundamentados por um ou mais argumentos⁴. Na representação, optou-se por um catálogo de tipos que se assume existir na área de interesse (SOWA, 1999).

A proposta aqui é, partindo dessas relações, utilizar o conjunto de argumentos relativos a cada conceito que compõe uma dada teoria para verificar sua necessidade e adequação (CUI; TAMMA; BELLIFEMINE, 1999). De modo visual, na Figura 3, está incluída a relação teoria-argumento, a qual chamou-se de *Tem_Argumento*. Destaca-se que dados relativos a eles estão especificados quando se define um Conceito e, portanto, a nova relação implica na reutilização e posterior verificação, com finalidade de análise e proposta de ajuste, caso alguma inconsistência lógica seja identificada.

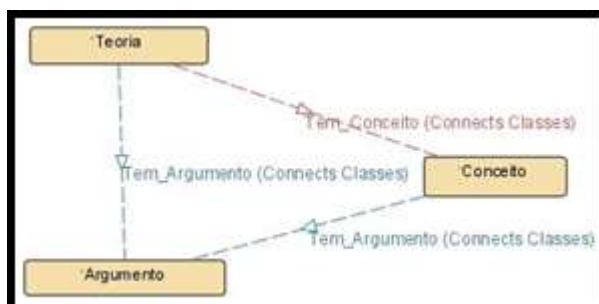


Figura 3: Opção analítica proposta – teoria_argumento

De forma a exemplificar a aplicação do modelo proposto, retoma-se os dados apresentados em (PEREIRA; OLIVEIRA, 2015) e o corpus de 560 artigos extraídos de 29 periódicos brasileiros entre janeiro de 2010 e abril de 2015.

Observando que Guarino (1998) destaca a relevância de se utilizar uma teoria lógica que descreve o significado pretendido para um vocabulário formal, por exemplo, seu compromisso ontológico com

uma conceitualização específica do mundo, buscou-se estabelecer o grau de formalidade (USCHOLD; GRUNINGER, 1996) e verificar textualmente a viabilidade, necessidade e adequação.

Foi possível perceber que apenas 2% dos textos, os quais tratam principalmente da Teoria do Meio, explicitavam o referencial com argumentos vinculados aos termos.

Em menos de 1% dos casos havia algum tipo de descrição do uso do termo e, em todos esses, tratavam-se de explicações que dependiam de associações com termos correlatos (veículo, mídia eletrônica etc.) para a compreensão do contexto de uso.

Na maior parte dos textos o termo “meio” relacionado a “comunicação” é associado a Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), Mídia digital ou social e veículo⁵. Embora muitas vezes implicados como centrais para as preocupações dos artigos, a temática é explicitada por termos com prevalência na indexação resumidamente categorizados como política (fundamentalmente política pública) e tecnologia (comunicação em suas relações com a tecnologia).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da proeminência da teorização para a compreensão das questões relevantes em um determinado domínio científico e da diversidade teórica identificada em variados estudos (CRAIG, 1999; BRYANT; MIRON, 2004; MARTINO, 2014; MARTINO, 2008),

foi estabelecido o posicionamento de que as diferentes decisões teóricas disponíveis no domínio da Comunicação demandam, seja para admitir ou refutar, o esclarecimento de Meio de Comunicação.

Em razão disso, este trabalho propõe uma abordagem com ênfase nos conceitos, buscando-se por relações específicas entre termos (“meio” relacionado a “comunicação”) e suas respectivas explicações dentro de um determinado texto, para identificar e avaliar tanto sobreposições, quanto consistência conceitual-argumentativa.

Para viabilizar esse levantamento, particularmente observando as dinâmicas computacionais dos indexadores, recorreu-se à solução que implica na intersecção entre Lógica, Ciência da Informação e Ciência da Computação para resolver aspectos de natureza técnica do estabelecimento de relações entre termos e argumentos para a identificação de conceito (CUI; TAMA; BELLIFEMINE, 1999; GRUBER, 1993; SOWA, 1999).

Tal solução foi aplicada em continuidade ao levantamento realizado anteriormente (PEREIRA; OLIVEIRA, 2015) e, por isso, abrangendo 560 artigos de 29 periódicos brasileiros, no período de janeiro de 2010 a abril de 2015.

Diante dos resultados, confirma-se o não esclarecimento de “meio de comunicação”, poucas vezes vinculado claramente a referenciais teóricos (2%, quase todos indicando Teoria do Meio), bem como a ambiguidade nas escassas descrições (menos de 1%), casos em que a compreensão da utilização de “meio de comunicação” só se realizou a partir de associações com termos tratados como sinônimos ou como parte de uma mesma categoria, sem com isso estabelecer o parâmetro das relações.

REFERÊNCIAS

BLACKBURN, Simon. Dicionário Oxford de filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOAVENTURA, Katrine Tokarski; VARÃO, Rafiza. Uma bifurcação na estrada: Robert Craig, Luiz C. Martino e a fundamentação do campo da comunicação. GT de Epistemologia da Comunicação - Compós, Goiás, 2016. Disponível em:

<http://www.compos.org.br/biblioteca/compos2016_3362.pdf >. Acesso em: 14 jul. 2016.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. Verso e Reverso, Unisinos, São Leopoldo, v. 25, p. 62-77, 2011.

BRYANT, Jennings; MIRON, Dorina. Theory and research in mass communication. Journal of Communication, vol. 54, dez./2004, p. 662-704.

BUNGE, Mario. Dicionário de filosofia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CAETANO, Liliene Moiteiro. Epistemologia e práxis: redes sociais digitais e dados primários na pesquisa em comunicação. DT Epistemologia, Teoria e Metodologia da Comunicação – XIV Ibercom, São Paulo, 2015. Disponível em:

<https://www.academia.edu/12685419/Epistemologia_e_pr%C3%A1xis_redes_sociais_digitais_e_dados_prim%C3%A1rios_na_pesquisa_em_comunica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 14 jul. 2016.

CARVALHO, Carlos Alberto. A comunicação como metáfora para a compreensão do social.

Líbero, v.17, n. 34, p. 131-144, 2014.

CRAIG, Robert T. Communication Theory as a Field. Communication Theory, v. 9, n. 2, p. 119– 161, 1999.

CUI, Z.; TAMMA, V. A. M.; BELLIFEMINE, F. Ontology management in enterprises. BT Technology Journal, v. 17, n. 4, p. 98-107, out. 1999.

GRUBER, Thomas R. A translation approach to portable ontologies. Knowledge Acquisition, v. 2, n. 5, p. 199-220, 1993.

GUARINO, Nicola. Formal ontology and information systems. IOS Press, Amsterdam, p. 3-15, jun. 1998.

LIMA JUNIOR, Walter Teixeira. Neofluxo: Jornalismo, base de dados e a construção da esfera pública interconectada. Galáxia, São Paulo, n. 21, p. 137-149, jun. 2011.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. Pesquisa em comunicação. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro J. R. Duas doenças infantis da comunicação: a insuficiência ontológica e submissão política. Uma discussão com José Luiz Braga. Matrizes, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 5, p. 169-178, 2011.

MARTINO, Luis Mauro Sá. A ilusão teórica no campo da comunicação. Famecos, Porto Alegre, v. 1, n. 36, p. 111-117, ago. 2008.

_____. Trilhas da investigação epistemológica: o GT Epistemologia da Comunicação da Compós, GT de Epistemologia da Comunicação - Compós, Pará, 2014. Disponível em:

<http://www.compos.org.br/biblioteca/luismaurocompos2014_2214.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016.

MARTINO, Luiz Cláudio. O campo da comunicação e suas teorias. In: KÜNSCH, D. A.; BARROS, L. M. Comunicação: saber, arte ou ciência? São Paulo: Plêiade, 2008, p. 13-33.

_____. Os Meios da História: como se escreve a história da comunicação? , GT Teorias da Comunicação – XXXVI Intercom, Manaus, 2013. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1747-1.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

OKASHA, Samir. Philosophy of Science: a very short introduction. New York: Oxford University Press, 2002.

PEREIRA, Amanda Luiza S.; OLIVEIRA, André Rosa. Comunicação e Ciência: definição de Meio como elemento para distinção do domínio. GT Comunicação, Filosofia da Tecnologia e Filosofia da Mente – EITCCC, São Bernardo do Campo, 2015. Disponível em:

<<http://www.anais.tecccog.net/index.php/anais/article/view/39/53>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

POPPER, Karl Raimund. La lógica de las ciencias sociales. In: ADORNO, Theodor Wiesengrund et. al. La disputa del positivismo en la Sociología Alemana. Barcelona: Grijalbo, 1973, p. 101- 120.

RÜDIGER, Francisco. Epistemologia “da” Comunicação: elementos para a crítica de uma fantasia acadêmica. Famecos, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 395-417, mai./ago. 2014.

SOWA, John. F. Building, sharing and merging ontologies. Tutorial, 1999.

USCHOLD, M.; GRUNINGER, M. Ontologies: Principles, methods and applications. Knowledge Engineering Review, v. 11, n. 2, p. 93-155, fev. 1996.

Capítulo 2



10.37423/230808085

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO FRENTE À ESTIGMATIZAÇÃO DO SUJEITO AUTISTA

Fábio Pinheiro Silva

Uninassau

Kessia Gadelha Nogueira

Uninassau

Clauberson Sales do Nascimento Rios

Uninassau



Resumo: O presente estudo objetiva investigar a atuação do psicólogo frente a estigmatização do sujeito autista (TEA) a partir da revisão narrativa. O artigo discorre sobre a prática dos profissionais de psicologia ao depara-se com a demanda dos estigmas vivenciados por pacientes no espectro do autismo. A metodologia utilizada na pesquisa trata-se da bibliográfica, quanto à abordagem deu-se à pesquisa qualitativa, com método de pesquisa básica, realizou-se uma pesquisa descritiva e explicativa. A pesquisa levanta a discussão sobre a dessubjetivação existente nas práticas de intervenção com sujeitos autistas e sugere reflexões acerca das técnicas que visam encaixar os autistas à padrões de comportamentos pré definidos socialmente e atitudes que fortalecem e reproduzem os estigmas que norteia a visão do outro sobre o indivíduo com o diagnóstico do autismo.

Palavras-chave: Autismo. Estigma. Psicologia.

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), pertence ao grupo dos Transtornos do Neurodesenvolvimento, os critérios diagnósticos consideram os déficits que persistem no desenvolvimento do indivíduo, não obstante, a conclusão do diagnóstico não se esgota apenas com essa análise, são considerados as observações clínicas, os relatos dos pais e cuidadores e, quando possível, as falas dos próprios pacientes. Os comprometimentos surgem principalmente na esfera comportamental e são caracterizados por: dificuldades na interação social, interesses restritos e comportamentos estereotipados. Persistem as dificuldades de compartilhar e desenvolver os aspectos mais subjetivos envolvidos nas interações sociais (DSM-V, 2014).

De acordo com Masataka et al. (2018), citado por Machado et al. (2019), o autismo pode ser entendido ainda pelo viés da neurodiversidade que sugere uma variabilidade neuronal e natural do desenvolvimento cerebral humano, portanto as alterações relativas a nível sensorial existentes nos quadros de autismo não são déficits e sim uma variação inerente ao desenvolvimento do homem.

Mesmo diante do paradigma da diversidade neuronal, que ameniza uma visão mais patologizante do TEA, o diagnóstico geralmente impacta o contexto social e familiar de forma inesperada. Segundo Pinto et.al. (2016), a família experimenta sentimentos inquietantes e podem vivenciar um período de negação. No que concerne ao âmbito social, Nascimento e Leão (2018), relatam ainda fazer parte da sociedade atual a representação e o estigma negativo da loucura, que rotula e deprecia as pessoas com transtornos mentais.

Na concepção de Prado e Bressan (2016), o estigma em saúde mental é um problema que está relacionado com o medo do desconhecido e este coloca o indivíduo no lugar do não saber. Uma visão negativa é atribuída ao diferente e resulta em afastamento e rejeição, segundo Goffman (2008), o estigma surge quando atribuímos incompatibilidades ao desconhecido que se apresenta, portanto o sujeito é visto como portador da diferença, ou seja, a diferença norteia a visão do outro sobre ele, que por sua vez, o reduz ao descrédito.

O sujeito autista ocupa o lugar da diferença, podendo ser notado inicialmente no contexto familiar, nesse sentido é possível perceber a existência de uma situação de crise com potencial de reorganização da dinâmica familiar diante da chegada da criança ao lar. Quando a criança esperada difere do ideal criado pelos pais, caso do filho com o diagnóstico do autismo, a crise é mais intensa, podendo atrapalhar toda estrutura da família. (MACHADO et al., 2018)

Dito isso, os olhares para o autismo e a forma como esses olhares reverberam no próprio indivíduo autista, e nas intervenções realizadas por profissionais de psicologia frente às demandas desses pacientes surgiram como interesses deste estudo. Nesse sentido, este trabalho discorre acerca da discussão sobre o indivíduo atípico aqui representado na figura da pessoa com o diagnóstico do 6 TEA e as práticas de intervenções trabalhadas por profissionais de psicologia com o objetivo de compreender a atuação do psicólogo frente à estigmatização do sujeito autista.

2. METODOLOGIA

A pesquisa objetivou compreender a atuação do psicólogo frente à estigmatização do sujeito autista, visto que o sujeito com o diagnóstico do autismo destoa socialmente e é atravessado por diversos olhares que podem afetá-lo, seja como ele internaliza esses olhares no âmbito familiar ou social, e até mesmo, na forma como os profissionais de psicologia manejam suas intervenções, sendo este o objeto de interesse que fundamentou esta pesquisa. Dessa maneira pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de modo a reconhecer a especificidade do fenômeno e permitindo assim conhecermos mais profundamente subjetividade e a singularidade ao qual o sujeito se apresenta, como afirma Goldenberg (2014):

Os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social. Contrapõem-se, assim, à incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos complexos e da singularidade dos fenômenos que não podem ser identificados através de questionários padronizados. (p. 49).

A metodologia requerida teve caráter de revisão bibliográfica narrativa, que no entendimento de Rother (2007), são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento de um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual, não informam as fontes de informação utilizadas, a metodologia para buscas das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. Tem como característica marcante a interpretação e análise crítica pessoal do autor.

A pesquisa foi iniciada a partir do estudo da obra Estigma – Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada, do autor Erving Goffman (2008), para descrever a luz dos conceitos Goffmanianos à relação do indivíduo autista na situação de sujeito estigmatizado, e caminhou de forma intuitiva conforme os autores evoluíam em seus estudos. Obras clássicas como A História da Loucura de Michael Foucault (1978), e manuais de referência como Manual Diagnóstico e Estatístico de

Transtornos Mentais (DSM-V) e Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento (CID-10), auxiliaram a ampliar o escopo. Ademais, outras fontes de estudo foram retiradas das bases de dados SciELO, Pepsic, Google Acadêmico, entre outros sites de psicologia, sendo selecionados materiais que abordassem a temática, dando preferência àqueles que se correlacionaram com os descritores *autismo* e *estigma*, palavras-chave utilizadas para delineamento do estudo.

A análise do material coletado nos possibilitou organizar nosso percurso a partir das seguintes categorias: **3.1 Estigma, por uma discussão teórica acerca dos efeitos da estigmatização**, onde promovemos uma discussão teórica sobre o conceito do estigma. Em seguida adentramos em um aspecto mais específico do tema a partir do item

3.2 – Autismo: do diagnóstico a estigmatização, que foi subdividido em dois caminhos, sendo: **3.2.1 - Autismo e diagnóstico** e **3.2.2 Autismo e Estigmatização**. Finalmente, elaboramos uma discussão em torno do item **3.3. A atuação do psicólogo frente à estigmatização do sujeito autista**.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. ESTIGMA, POR UMA DISCUSSÃO TEÓRICA ACERCA DOS EFEITOS DA ESTIGMATIZAÇÃO

Historicamente, aqueles que através dos grandes feitos ou malfeitos sobressaíam à organização social do mundo grego, carregavam marcas nos corpos resultantes do fogo e da lâmina. As marcas eram interpretadas pela sociedade como adjetivos que rotulavam e expressavam o virtuoso e o transgressor, para esses sinais, os gregos atribuíram o termo *στίγμα* (*stigma*), ou seja, os estigmas serviam como uma espécie de filtro invisível que nivelava, principalmente por baixo, os não dignos e inadequados moralmente.

Posteriormente, a medida do nivelamento social e moral recebeu a “régua do divino” e as marcas dos estigmatizados surgiram sob a perspectiva de figura sacra\cristã. A ciência também contribuiu para a interpretação do estigma e somou-se ao divino o viés dos distúrbios físicos, sua compreensão ainda é vinculada socialmente aos infortúnios e a má sorte, não descartando a problemática física, oferecendo a esta, muitas vezes, uma posição secundária na identidade social do estigmatizado. Nesse sentido, o estigma pode ser caracterizado por uma situação de um sujeito impossibilitado para um total acolhimento da sociedade (GOFFMAN, 2008).

O trabalho para identificar historicamente o lugar do indivíduo estigmatizado na sociedade atual é visto na obra de Michel Foucault: *História da Loucura* (1976), no que tange o diferente e o

marginalizado. Segundo o autor, o inapto social, primeiramente expresso na figura do leproso, foi recluso e colocado às margens da sociedade, favorecendo com isso o surgimento em grande escala dos leprosários durante a idade média, a política de segregação foi útil para a erradicação da lepra, uma vez que os infectados eram afastados do convívio social. O fim das cruzadas e do “escambo” infeccioso entre o povo ocidental e oriental também contribuiu para redução dos casos, o que resulta dessa prática de segregação é uma visão sustentada pela Igreja de um homem que, pela misericórdia divina, precisa expiar na reclusão os seus males. Outros grupos minoritários também ocuparam historicamente o papel do expiador recluso, os doentes venéreos somam-se aos ditos loucos na saga do sofrimento compulsório e da segregação dos enjeitados.

Os deficientes físicos ao seu modo, com corpos disformes, muitas vezes combinados a mentes vacilantes, fomentaram uma moral que instrumentalizava a deficiência. Na perspectiva de Gomes et al. (2015), os benevolentes da corte enxergavam nos possuidores das marcas da inaptidão social a chance de exercer através de esmolas os atos que garantiam os seus benefícios pós morte.

Foi a partir do término da Segunda Guerra Mundial, com a grande quantidade de soldados e civis mutilados, que a sociedade lançou um olhar diferenciado para os que carregavam as marcas da diferença sob o estigma da inaptidão. Embora décadas tenham se passado desde o término da Segunda Guerra Mundial, os estigmas ainda remetem à visão do outro sobre aqueles que não se encaixam socialmente.

Para Goffman (2008), existem padrões estabelecidos pela sociedade e as pessoas estão sujeitas a esses padrões, eles moldam um perfil idealizado daqueles que compartilham o ambiente, as idealizações funcionam como regras implícitas que intermediam as relações. O caráter inevidente das idealizações coletivas torna-se acessível diante daqueles que desafinam com o ambiente, antes encobertas por uma moral inconsciente, agora revestem-se de afeto. Ao defrontar-se com o destoante surgem os estigmas que marcam o diferente, o estigma seria como um traço negativo que sobressai na visão do outro e dificulta que o sujeito estigmatizado mostre as suas qualidades.

Além disso, Prado e Bressan (2016), compreendem que no âmbito da saúde mental o estigma é resultante do medo que limita o interesse do outro em relação ao diferente e, como consequência, as atitudes de preconceito e discriminação prevalecem quando a indiferença ganha espaço.

A pessoa diagnosticada com transtorno mental convive com os aspectos negativos e estigmatizantes que a coloca em situação de desigualdade nas relações sociais, o saber médico ainda enclausura, não mais fisicamente, senão simbolicamente, daí a pessoa diagnosticada com transtorno mental ainda se

sente estigmatizada. Nesse sentido, Nascimento e Leão (2019), atentam para o indivíduo com transtornos mentais deparar-se de forma consciente com a imagem estigmatizada e negativa que a sociedade produz e replica a respeito da sua condição psicopatológica. Existe por parte do estigmatizado um movimento de reconhecimento e aceitação dessa imagem que pode resultar em conflitos internos e comportamento de isolamento.

3.2. AUTISMO: DO DIAGNÓSTICO À ESTIGMATIZAÇÃO

O diagnóstico do autismo geralmente é acompanhado por muitos questionamentos, a família precisa lidar com uma realidade que se mostra totalmente diferente daquilo que era desejado para o filho, conforme Pinto et al. (2016), a revelação do diagnóstico do TEA rompe com a idealização que os pais fazem sobre o filho, o conhecimento ínfimo acerca do transtorno dificulta um posicionamento de aceitação. Os impactos do diagnóstico ultrapassam o círculo familiar e reverberam em vários setores da vida do sujeito autista.

É possível perceber os reflexos estigmatizantes ainda na primeira infância, no início da vida escolar da criança autista, não raro, acontecem situações onde os pais lidam com os preconceitos e estigmas frente ao diagnóstico dos filhos, as crianças são submetidas ao crivo da normalidade. De acordo com Gonçalves (2019), há uma comparação baseada em tarefas entendidas como realizáveis por todos os ditos “normais”, aqueles que não conseguem realizá-las, por não apresentar as habilidades necessárias, ou por algum motivo estão atrasados quantos aos resultados, não compartilham dessa normalidade. As crianças autistas são constantemente avaliadas tendo como critério a execução dessas tarefas.

Os efeitos da estigmatização perpassam por várias fases da vida do sujeito no espectro do autismo, o período da adolescência pode configurar-se como um dos mais difíceis para os que compartilham os estigmas impostos pelo outro diante do diagnóstico que o torna diferente. Uma das problemáticas na adolescência dos autistas refere-se a imagética do Anjo Azul, que nas palavras de Brilhante et al. (2020), pode ser caracterizado por uma atribuição de inocência e infantilidade que resulta na deslegitimação do direito a expressão da sexualidade do jovem autista. O clichê é amparado por uma construção metafórica e simbólica do Anjo Azul que norteia a visão subestimada que o outro lança sobre o adolescente autista.

O diagnóstico do TEA historicamente converte-se em estigma inclusive para os familiares dessas pessoas, para contextualizar a afirmação recorreremos ao polêmico conceito da “Mãe Geladeira”,

cunhado por Leo Kanner em 1950, nas palavras de Lopes (2019), a imagem da figura materna das crianças autistas representadas por mulheres “frias” e “pouco afetivas” não é produto exclusivo do discurso Kanneano, o que houve foi uma culpabilização do autismo atribuído para mulheres que naquele contexto social amargavam os estigmas apenas por serem mulheres, para elas não era permitido outras satisfações e realizações a não ser as incumbências relativas aos lares, ou seja, se o filho apresenta algo fora do esperado isto é resultante de uma mãe que falhou. Pinto et al. (2016), pontua que a construção social somada a afetividade coloca a mãe como primordial cuidadora do filho, assim sendo, a figura materna recebe a sobrecarga de cuidar das crianças com doenças consideradas crônicas.

O estigma é uma realidade constante na vida das pessoas com o diagnóstico do autismo, os questionamentos sobre as suas capacidades e dúvidas acerca da normalidade surgem também na vida profissional, tal como ressalta Camillo e Messias (2020), as empresas não estão preparadas para lidar com as peculiaridades do universo do autismo e acabam produzindo crenças erradas sobre o indivíduo e desconsideram as suas reais qualidades e potencialidades, o resultado dessa negligência são políticas no setor privado que dizem incluir o sujeito com diagnóstico de autismo, mas estão apenas preocupados em cumprir cotas sociais voltadas para o setor.

Lima (2021), afirma que há uma relação entre a ausência de empatia, característica de uma sociedade muitas vezes individualista, e o ato de isolar os que estão fora do padrão apenas por não saberem encarar o diferente.

3.2.1 AUTISMO E DIAGNÓSTICO

Desde as pesquisas de Plouller (1906), com as investigações sobre a demência, e as contribuições de Eugen Bleuler (1911), que apontavam o autismo como um sintoma da esquizofrenia, o termo autismo sofre alterações. Léo Kanner (1943), rompeu com a relação autismo e esquizofrenia bleuleniana sugerindo uma incapacidade inata de contato afetivo das crianças com autismo. Diferente da esquizofrenia infantil, as crianças de Kanner não alucinavam ou fantasiavam. Somente com o pediatra austríaco Hans Asperger (1944) e sua tese sobre a psicopatia autística infantil, contrariando Leo Kanner, aponta para uma preservação da inteligência das crianças e uma linguagem rebuscada, o início dos sintomas ocorreriam por volta do terceiro ano de vida. (DIAS, 2015).

Atualmente, na 5ª revisão do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 2014), o Transtorno do Espectro do Autismo é caracterizado como pertencente ao grupo dos Transtornos do

Neurodesenvolvimento, os critérios diagnósticos consideram os déficits que persistem no desenvolvimento do indivíduo, não obstante, a conclusão do diagnóstico não se esgota apenas com essa análise.

São considerados também, as observações clínicas, os relatos dos pais e cuidadores e, quando possível, as falas dos próprios pacientes. Os comprometimentos surgem principalmente na esfera comportamental e são caracterizados por: dificuldades na interação social, interesses restritos e comportamentos estereotipados. Os níveis de gravidade são categorizados considerando a intensidade dos sintomas a partir das dificuldades de comunicação, desenvoltura na interação social, comportamentos restritos e repetitivos. Os níveis são: 1, 2 e 3, definidos com base na quantidade de apoio que o indivíduo no espectro do autismo necessita ao longo da vida. O primeiro (nível 1), requer apoio para desenvolver da melhor forma as questões de interação social e comportamentos considerados inadequados socialmente; O segundo (nível 2), implica em apoio substancial diante das gravidades mais significativas na comunicação e interação, os comportamentos inflexíveis estão presentes e nota-se a rigidez mental além de outras características que dificulta a vida no cotidiano, assim como, comportamento repetitivos e restritos; O terceiro (nível 3), demanda uma ajuda muito substancial frente às graves dificuldades de comunicação e afetação do comportamento, as restrições são severas com presença de movimentos repetitivos e outros déficits no comportamento e na interação social (DSM-V, 2014).

Outra ferramenta utilizada para amparar o diagnóstico do autismo é a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), hoje na sua 10ª edição. Este documento ainda traz no diagnóstico uma compreensão diversificada de formas de autismo, tais como: Transtornos globais do desenvolvimento (TGD); Autismo infantil; Autismo atípico; Síndrome de Rett; Outro Transtorno Desintegrativo da Infância; Transtorno com hipercinesia associado a retardo mental e a movimentos estereotipados; Síndrome de Asperger; outros Transtornos Globais do Desenvolvimento; Transtornos Globais não especificados do Desenvolvimento. (CID-10, 1993)

Para além do diagnóstico, o autismo poderia ser analisado inclusive pelo viés da neurodiversidade, segundo Machado et al. (2019), é perceptível que os indivíduos no TEA apresentam formas diferentes de interação, embora, essa percepção não seja expressa de forma significativa nas pesquisas sobre o autismo, pelo contrário, as pesquisas tendem a correlacionar o TEA a uma relação de incapacidade. As pesquisas ainda precisam de dados empíricos suficientes para concluir que o autismo está enquadrado

diretamente na questão da variedade neuronal. Diante de uma gama enorme de variedades cerebrais e comportamentos, o autismo ainda é entendido como um desenvolvimento atípico.

3.2.2 AUTISMO E ESTIGMATIZAÇÃO

Enveredamos aqui no conceito de anormalidade com o objetivo de compreender como o sujeito com o diagnóstico do TEA transita por essa ideia e as possíveis relações entre o autismo e a estigmatização.

De acordo com Foucault (1999), citado por Benedetto (2020), identificar o que seria o “anormal” fez-se necessário diante da necessidade de a sociedade proteger-se daqueles que fogem aos modos de existir considerados aceitos no meio social. O contrastante surge como alguém a ser posto de lado uma vez que representa para a sociedade um ser patologizado e perigoso, em outras palavras, alguém que contradiz a natureza, podendo até mesmo perpetuar a amoralidade e anormalidade vistas como patológicas por vias que podem incluir também a hereditariedade.

Desta forma, a ciência parece legitimar algo que depois vai ser capturado socialmente em prol da estigmatização, Ferreira e Carvalho (2017), afirmam que há uma relação iatrogênica no que tange o diagnóstico do transtorno mental, caracterizada pelo reconhecimento social daquilo que foi diagnosticado, uma vez que é capaz de produzir atos e pensamentos estigmatizantes que reverberam em diversos setores da vida do indivíduo. Assim, a sociedade expande este olhar estigmatizado e desigual para os aspectos como a saúde, a capacidade de ser bem sucedido financeiramente, as relações de vínculos sociais, as questões de moradia, a possibilidade de o sujeito ter uma profissão, entre outros.

O indivíduo com o diagnóstico de autismo e todos que fazem parte do seu círculo esbarram em algum momento com os comentários pejorativos e estigmatizantes acerca do TEA. Qual mãe de criança autista nunca ouviu dolorosos comentários sobre o comportamento, dito inadequado, do filho, ou até mesmo entrou em discussão ao ter a sanidade do filho questionada pelos próprios parentes? Silva (2021), destaca que o desconhecimento sobre o autismo se converte em dificuldades de aceitação do TEA e aumenta as atitudes de preconceito e antipatia por parte do outro, resultando em desafios constantes na vida do autista.

Fernandes (2020), sugere que o termo autismo traz consigo significantes que marcam os corpos dos sujeitos com traços de estranheza e anormalidade, os significantes são oriundos de saberes diferentes advindos da cultura, vivências sociais, e conhecimento médico. A contradição às normas estabelecidas os fazem experimentar uma situação de total vulnerabilidade perante o outro, este sentimento é

vivenciado inclusive pelos pais dos autistas que no anseio de um diagnóstico que dê conta do que há de diferente com os filhos os cede para a ciência como objetos.

O diagnóstico do autismo é inteiramente clínico conforme Ferreira (2015), onde o profissional realiza observações no comportamento da criança em diversas circunstâncias além da interação do paciente com os seus familiares. No entanto, como os estigmas incidem socialmente sobre o sujeito autista visto que não há uma característica física no TEA que sobressai de imediato ao olhar do outro?

Goffman (2008), oferece um caminho para responder o questionamento, segundo o autor quando a diferença do indivíduo estigmatizado revela-se prontamente aos olhos dos ditos normais, ou até mesmo antes de estabelecermos contato com ele fomentado por suposições acerca de que algo não é como deveria ser, esse indivíduo é uma pessoa desacreditada, contrário a isso, quando não há diferença que informe imediatamente ou forneça pistas sobre aquilo que sobressai no sujeito perante aos demais esses ocupam o lugar dos desacreditáveis.

No contexto oferecido por Goffman, entendemos que a revelação do diagnóstico do autismo retira o autista do lugar dos desacreditáveis (sem diferença notável inicialmente) e os coloca na posição de desacreditado, posto que o diagnóstico fornece a diferença que irá sobressair na visão do outro e os estigmas prevaleceram sobre o sujeito autista socialmente patologizado.

3.3. A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO FRENTE À ESTIGMATIZAÇÃO DO SUJEITO AUTISTA

No conceito de Fernandes (2020), o sujeito com o diagnóstico de autismo experimenta uma posição de vulnerabilidade na relação com o outro uma vez que o outro o define como estranho e diferente. Lima et al, (2018), no estudo sobre as políticas de saúde voltadas para as crianças e adolescentes pondera acerca das contribuições do saber médico e das psicoterapias na produção destas políticas, o autor recorre às reflexões tecidas por Milner (2011), nas obras intituladas de *Court traité politique* (Pequeno Tratado Político), e utiliza os conceitos de Política das Coisas e Política dos Seres Falantes, na tentativa de compreender quais os norteadores que embasam o entendimento da política no âmbito da saúde. A política das coisas atenta para o fazer prático com base nos objetivos a serem alcançados. Já a Política dos Seres Falantes considera o diferente, o singular, a subjetividade do ser dotado de linguagem própria.

No entanto, no tratamento do autismo o discurso da singularidade e da subjetividade presentes na política dos seres falantes são postos em segundo plano, Jerônimo (2019), afirma que os cuidados direcionados à saúde das crianças com autismo flertam com um saber amparado em modelos

preventivos e assistencialistas que fomentam uma produção de verdades absolutas e não consideram o sujeito na sua historicidade e desejos.

Sendo assim, o autismo é compreendido pelo viés da deficiência e, de acordo com Romano et al, (2019), as intervenções utilizadas no tratamento realizam uma adaptação do sujeito autista a padrões pré-estabelecidos socialmente e negligenciam a subjetividade, nessas circunstâncias o indivíduo é desumanizado.

Lacerda (2017), ressalta que a maneira como a sociedade representa o indivíduo no espectro do autismo delinea a produção de uma identidade no âmbito público e social que reverbera nas famílias e nos círculos que os autistas frequentam.

O sujeito com o diagnóstico do autismo poderá experimentar em algum momento de sua trajetória de cuidados terapêuticos a vivência de técnicas interventivas que objetiva o alcance de padrões normativos e comportamentos idealizados. A família participa desse modelo de intervenção como mantenedor e replicador das técnicas aprendidas. Os exercícios ensinam a copiar um ideal de comportamento proposto pela sociedade, no entanto, Maleável (2017), citado por Fernandes (2020), diz que as práticas de modificações do comportamento não consideram o sujeito no modo particular de existir e pode levá-los a experimentar o derrotismo terapêutico. Isso ocorre quando as metas comportamentais não são alcançadas.

A experiência de frustração nos convida a refletir sobre como os autistas podem vivenciar, dentro das suas possibilidades, as expectativas que o outro lança sobre ele. Não seria a forma como os autistas encaram os olhares estigmatizantes e frustrantes do outro, aquilo que há de mais subjetivo para ele?

Para contextualizar como os olhares estigmatizantes podem influenciar na identidade social do indivíduo autista recorreremos aos conceitos cunhados por Goffman (2008), intitulados de Identidade Social Virtual e Identidade Social Real, este a é o que o sujeito de fato é e possui e o primeiro corresponde ao que os outros atribuem para o sujeito de forma efetiva e com base no potencial demonstrado por ele. Quando há discrepâncias entre a Identidade Social Virtual e a Identidade Social Real, isso é considerado um demérito e o sujeito é colocado em uma categoria social rebaixada, caracterizando o estigma. O estereótipo criado pela sociedade é o que determina em qual categoria ele será encaixado sem levar em consideração o que ele é ou possui, desacreditando-o apenas por não ser o que padrão social determina.

As discrepâncias existentes entre a Identidade Social Virtual e a Identidade Social Real da pessoa com o diagnóstico do autismo podem ser percebidas ao tomarmos de empréstimo o conceito do capacitismo, nas palavras de Vendramin (2019), capacitismo pode ser entendido como uma conclusão de incapacidade atribuída ao deficiente que tem como parâmetro principal os aspectos da condição corporal deste. O processo de internalização das ideias capacitistas pela sociedade estimula um desinteresse social pela busca do conhecimento sobre o diferente, o que resulta desta atitude de negligência é a diminuição da condição de humanidade do deficiente. (CAMPBELL, 2008 apud VENDRAMIN, 2019, p.17).

Logo, na discussão que propomos é perceptível a discrepância entre aquilo que a pessoa no espectro do autismo de fato é (Identidade Social Real), e não teve a oportunidade de expressar, e aquilo que o olhar do outro lança sobre ele, restringindo-o à sua deficiência (Identidade Social Virtual), sustentada por ideias capacitistas.

O olhar da sociedade para o autista recebe os contornos que o saber médico dita sobre a sua condição, portanto, Jerônimo (2019), problematiza que o saber médico evidencia o que sobressai na apresentação dos sinais sindrômicos e contrasta com os padrões biológicos e comportamentos esperados. Dado a essas circunstâncias, o saber intrínseco a família sobre a situação da saúde do indivíduo é norteadada pelo viés científico e toda singularidade relativa ao autista é desacreditada acarretando implicações na compreensão do diagnóstico e na forma de realizar as intervenções

Goffman (2008), sugere as estratégias que deveriam ser adotadas por profissionais da saúde frente aos estigmatizados. Uma das estratégias seria ocultar o estigma do grande círculo social e revelar a condição apenas para aqueles que compartilham das suas intimidades, é proposto táticas para os estigmatizados saírem de situações embaraçosas e reforça a ideia de apoio mútuo entre os que compartilham de uma identidade estigmatizada. Desta forma, são explicados os pontos que os estigmatizados deveriam ignorar, ou do contrário, aquilo que eles não devem aceitar em nenhuma circunstância e assim expressar abertamente as suas insatisfações quando se sentirem vítimas do preconceito.

Atuando assim o trabalho promoverá um autoconhecimento que possibilita indivíduo estigmatizado uma compreensão dos seus pontos fortes e o reconhecimento das suas necessidades peculiares promovendo com isso o orgulho de ser como é além do contato direto com aquilo que o faz diferente.

Durante a produção deste estudo foi percebido a escassez de produção na área da psicologia sobre a temática voltada para as questões do estigma vivenciado por pessoas no espectro do autismo. As

abordagens atuais direcionam as intervenções para outras searas da expressão do autismo, por exemplo, a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), tem sua metodologia interventiva direcionada para estimular o potencial do indivíduo autista e reverter-lo em comportamentos funcionais e adequados. (LOCATTELLI; SANTOS, 2016)

As intervenções terapêuticas na Gestalt-terapia para crianças no espectro do autismo são, nas palavras de Marques et al, (2019), direcionada para um aumento no entendimento de corpo da criança que se engendra nos modos do autismo objetivando uma maior expressão das funções do ego.

A Psicanálise, por sua vez, ocupa-se de situar o autista na relação com o outro uma vez que esta relação foi historicamente desacreditada. Sobre isso, Romano et al. (2019), esclarece que ao presumir que os autistas têm como característica primeira os entraves no estabelecimento da relação com o outro, admitimos que a condição apresenta em si um funcionamento subjetivo próprio, no entanto, a singularidade existente no modo de operar não o destitui da dimensão ontológica de conceber as experiências com o outro apenas admite que a vivência do sujeito autista acontece por caminhos distintos.

Merlleti (2018), pontua que é necessário um olhar para as crianças separando do discurso técnico-científico que flerta com a ideia de infância calculável e sustenta o imaginário das figuras paternas, esse olhar enclausura as crianças a um modelo a ser seguido e resulta em objetificação da criança em detrimento dos aspectos da singularidade

No que toca às figuras paternas, Duarte (2019), citado por Perruffo (2020), relata que a psicologia apresenta possibilidades de realizar o manejo das questões referentes ao autismo em conjunto com a família, oferecendo amparo para ambos, uma vez que o núcleo familiar fornece informações para o profissional realizar um bom prognóstico e surge como um suporte importante no tratamento dos filhos, independente de qual seja o diagnóstico, deste modo, a família experimenta as cargas advindas da trajetória do tratamento e também necessitará de cuidados profissionais.

Não é pretensão deste estudo elencar todas as abordagens terapêuticas que tratam da temática do autismo e muito menos tecer críticas sobre os direcionamentos das intervenções aplicadas, apenas atentamos para a ausência de material que fundamenta a relação autismo e estigmas e sugerimos que pensar em estratégias de intervenção para a pessoa no espectro do autismo requer antes de tudo considerar a sua condição enquanto sujeito para além de um diagnóstico. Dito isso, salientamos que a atuação do psicólogo frente a estigmatização do sujeito autista não deve desconsiderar os

fenômenos particulares existentes na apresentação de uma condição que se manifesta de forma espectral.

Em conformidade com Romano et al. (2019), compartilhamos da ideia da necessidade de uma abordagem que legitime aquilo que os autistas, ao seu modo, têm a dizer e priorizar nas intervenções o processo de construção do saber conjuntamente com o sujeito autista e não a busca de respostas prontas sobre o autismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender a atuação do psicólogo frente à estigmatização do sujeito autista, possibilitando a realização de uma reflexão acerca da dinâmica envolvida na relação do diagnóstico do TEA e a incidência dos estigmas na vida do diagnosticado. Sobre as vivências dos estigmas pelos autistas, nos deparamos com a ocorrência dentro do contexto familiar e social. No que concerne ao âmbito familiar a revelação do diagnóstico do TEA rompe com a idealização que os pais fazem sobre o filho, e o pouco conhecimento sobre o transtorno dificulta a atitude de aceitação do diagnóstico de autismo, dessa forma, percebemos que o núcleo familiar também necessita da atenção de um profissional de psicologia. A sociedade estabelece padrões que funcionam de maneira implícita a todos e quando alguém destoa, caso do sujeito autista, a diferença se torna evidente e os estigmas preponderam em vários setores da vida do indivíduo, a exemplo das relações com os pares, que são afetadas diante da imagem estereotipada criada pelo outro e atribuída a pessoa no espectro do autismo, e no trabalho, já que a maioria das empresas não estão preparadas para lidar com as peculiaridades do universo dos autistas, e assim desconsideram suas verdadeiras potencialidades.

Durante a pesquisa, nos deparamos também, com o caráter iatrogênico acerca das pessoas com diagnóstico de transtornos mentais e podemos notar como o saber médico ainda sobressai na visão do outro sobre o diferente.

No contexto do TEA foi possível perceber a escassez de estudos que abordam a temática autismo e estigma, assim como, a prevalência das técnicas de intervenção que priorizam os aspectos comportamentais, essas práticas moldam o sujeito autista a padrões de comportamentos pré-estabelecidos socialmente.

Não é pretensão deste estudo tecer críticas às práticas utilizadas no tratamento do autismo, e sim apontar para a importância de terapêuticas que consideram o sujeito e toda humanidade implicada na condição de existir para além de um diagnóstico que o estigmatiza. Salientamos que a atuação do

psicólogo frente a estigmatização do sujeito autista deve considerar a subjetividade na manifestação peculiar existente na expressão do TEA, e sugerimos uma prática que possibilite o fazer do profissional de psicologia em consonância com aquilo que o autista, dentro das suas possibilidades, consegue dizer sobre si, promovendo a construção do entendimento sobre o autismo à medida que ele surge como demanda e não se limitar a um saber engessado sobre o TEA.

O presente artigo não objetiva esgotar a temática apresentada, pelo contrário, pretendemos chamar a atenção para a importância de mais pesquisas e estudos voltados para o cerne da questão autismo e estigma, e favorecer um olhar para o indivíduo com o diagnóstico do autismo que não o destitua da sua humanidade.

A metodologia requerida teve caráter de revisão bibliográfica narrativa, que no entendimento de Rother (2007), são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento de um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual, não informam as fontes de informação utilizadas, a metodologia para buscas das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. Tem como característica marcante a interpretação e análise crítica pessoal do autor.

A pesquisa foi iniciada a partir do estudo da obra *Estigma – Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, do autor Erving Goffman (2008), para descrever a luz dos conceitos Goffmanianos à relação do indivíduo autista na situação de sujeito estigmatizado, e caminhou de forma intuitiva conforme os autores evoluíam em seus estudos. Obras clássicas como *A História da Loucura* de Michael Foucault (1978), e manuais de referência como *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V)* e *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento (CID-10)*, auxiliaram a ampliar o escopo. Ademais, outras fontes de estudo foram retiradas das bases de dados SciELO, Pepsic, Google Acadêmico, entre outros sites de psicologia, sendo selecionados materiais que abordassem a temática, dando preferência àqueles que se correlacionaram com os descritores *autismo* e *estigma*, palavras-chave utilizadas para delineamento do estudo.

A análise do material coletado nos possibilitou organizar nosso percurso a partir das seguintes categorias: **3.1 Estigma, por uma discussão teórica acerca dos efeitos da estigmatização**, onde promovemos uma discussão teórica sobre o conceito do estigma. Em seguida adentramos em um aspecto mais específico do tema a partir do item **3.2 – Autismo: do diagnóstico a estigmatização**, que foi subdividido em dois caminhos, sendo: **3.2.1 - Autismo e diagnóstico** e **3.2.2 Autismo e**

Estigmatização. Finalmente, elaboramos uma discussão em torno do item **3.3. A atuação do psicólogo frente à estigmatização do sujeito autista.**

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. ESTIGMA, POR UMA DISCUSSÃO TEÓRICA ACERCA DOS EFEITOS DA ESTIGMATIZAÇÃO

Historicamente, aqueles que através dos grandes feitos ou malfeitos sobressaíam à organização social do mundo grego, carregavam marcas nos corpos resultantes do fogo e da lâmina. As marcas eram interpretadas pela sociedade como adjetivos que rotulavam e expressavam o virtuoso e o transgressor, para esses sinais, os gregos atribuíram o termo *στίγμα* (*stigma*), ou seja, os estigmas serviam como uma espécie de filtro invisível que nivelava, principalmente por baixo, os não dignos e inadequados moralmente.

Posteriormente, a medida do nivelamento social e moral recebeu a “régua do divino” e as marcas dos estigmatizados surgiram sob a perspectiva de figura sacra\cristã. A ciência também contribuiu para a interpretação do estigma e somou-se ao divino o viés dos distúrbios físicos, sua compreensão ainda é vinculada socialmente aos infortúnios e a má sorte, não descartando a problemática física, oferecendo a esta, muitas vezes, uma posição secundária na identidade social do estigmatizado. Nesse sentido, o estigma pode ser caracterizado por uma situação de um sujeito impossibilitado para um total acolhimento da sociedade (GOFFMAN, 2008).

O trabalho para identificar historicamente o lugar do indivíduo estigmatizado na sociedade atual é visto na obra de Michel Foucault: *História da Loucura* (1976), no que tange o diferente e o marginalizado. Segundo o autor, o inapto social, primeiramente expresso na figura do leproso, foi recluso e colocado às margens da sociedade, favorecendo com isso o surgimento em grande escala dos leprosários durante a idade média, a política de segregação foi útil para a erradicação da lepra, uma vez que os infectados eram afastados do convívio social. O fim das cruzadas e do “escambo” infeccioso entre o povo ocidental e oriental também contribuiu para redução dos casos, o que resulta dessa prática de segregação é uma visão sustentada pela Igreja de um homem que, pela misericórdia divina, precisa expiar na reclusão os seus males. Outros grupos minoritários também ocuparam historicamente o papel do expiador recluso, os doentes venéreos somam-se aos ditos loucos na saga do sofrimento compulsório e da segregação dos enjeitados.

Os deficientes físicos ao seu modo, com corpos disformes, muitas vezes combinados a mentes vacilantes, fomentaram uma moral que instrumentalizava a deficiência. Na perspectiva de Gomes et

al. (2015), os benevolentes da corte enxergavam nos possuidores das marcas da inaptidão social a chance de exercer através de esmolas os atos que garantiam os seus benefícios pós morte.

Foi a partir do término da Segunda Guerra Mundial, com a grande quantidade de soldados e civis mutilados, que a sociedade lançou um olhar diferenciado para os que carregavam as marcas da diferença sob o estigma da inaptidão. Embora décadas tenham se passado desde o término da Segunda Guerra Mundial, os estigmas ainda remetem à visão do outro sobre aqueles que não se encaixam socialmente.

Para Goffman (2008), existem padrões estabelecidos pela sociedade e as pessoas estão sujeitas a esses padrões, eles moldam um perfil idealizado daqueles que compartilham o ambiente, as idealizações funcionam como regras implícitas que intermediam as relações. O caráter inevidente das idealizações coletivas torna-se acessível diante daqueles que desafinam com o ambiente, antes encobertas por uma moral inconsciente, agora revestem-se de afeto. Ao defrontar-se com o destoante surgem os estigmas que marcam o diferente, o estigma seria como um traço negativo que sobressai na visão do outro e dificulta que o sujeito estigmatizado mostre as suas qualidades.

Além disso, Prado e Bressan (2016), compreendem que no âmbito da saúde mental o estigma é resultante do medo que limita o interesse do outro em relação ao diferente e, como consequência, as atitudes de preconceito e discriminação prevalecem quando a indiferença ganha espaço.

A pessoa diagnosticada com transtorno mental convive com os aspectos negativos e estigmatizantes que a coloca em situação de desigualdade nas relações sociais, o saber médico ainda enclausura, não mais fisicamente, senão simbolicamente, daí a pessoa diagnosticada com transtorno mental ainda se sente estigmatizada. Nesse sentido, Nascimento e Leão (2019), atentam para o indivíduo com transtornos mentais deparar-se de forma consciente com a imagem estigmatizada e negativa que a sociedade produz e replica a respeito da sua condição psicopatológica. Existe por parte do estigmatizado um movimento de reconhecimento e aceitação dessa imagem que pode resultar em conflitos internos e comportamento de isolamento.

3.2. AUTISMO: DO DIAGNÓSTICO À ESTIGMATIZAÇÃO

O diagnóstico do autismo geralmente é acompanhado por muitos questionamentos, a família precisa lidar com uma realidade que se mostra totalmente diferente daquilo que era desejado para o filho, conforme Pinto et al. (2016), a revelação do diagnóstico do TEA rompe com a idealização que os pais fazem sobre o filho, o conhecimento ínfimo acerca do transtorno dificulta um posicionamento de

aceitação. Os impactos do diagnóstico ultrapassam o círculo familiar e reverberam em vários setores da vida do sujeito autista.

É possível perceber os reflexos estigmatizantes ainda na primeira infância, no início da vida escolar da criança autista, não raro, acontecem situações onde os pais lidam com os preconceitos e estigmas frente ao diagnóstico dos filhos, as crianças são submetidas ao crivo da normalidade. De acordo com Gonçalves (2019), há uma comparação baseada em tarefas entendidas como realizáveis por todos os ditos “normais”, aqueles que não conseguem realizá-las, por não apresentar as habilidades necessárias, ou por algum motivo estão atrasados quantos aos resultados, não compartilham dessa normalidade. As crianças autistas são constantemente avaliadas tendo como critério a execução dessas tarefas.

Os efeitos da estigmatização perpassam por várias fases da vida do sujeito no espectro do autismo, o período da adolescência pode configurar-se como um dos mais difíceis para os que compartilham os estigmas impostos pelo outro diante do diagnóstico que o torna diferente. Uma das problemáticas na adolescência dos autistas refere-se a imagética do Anjo Azul, que nas palavras de Brilhante et al. (2020), pode ser caracterizado por uma atribuição de inocência e infantilidade que resulta na deslegitimação do direito a expressão da sexualidade do jovem autista. O clichê é amparado por uma construção metafórica e simbólica do Anjo Azul que norteia a visão subestimada que o outro lança sobre o adolescente autista.

O diagnóstico do TEA historicamente converte-se em estigma inclusive para os familiares dessas pessoas, para contextualizar a afirmação recorreremos ao polêmico conceito da “Mãe Geladeira”, cunhado por Leo Kanner em 1950, nas palavras de Lopes (2019), a imagem da figura materna das crianças autistas representadas por mulheres “frias” e “pouco afetivas” não é produto exclusivo do discurso Kanneano, o que houve foi uma culpabilização do autismo atribuído para mulheres que naquele contexto social amargavam os estigmas apenas por serem mulheres, para elas não era permitido outras satisfações e realizações a não ser as incumbências relativas aos lares, ou seja, se o filho apresenta algo fora do esperado isto é resultante de uma mãe que falhou. Pinto et al. (2016), pontua que a construção social somada a afetividade coloca a mãe como primordial cuidadora do filho, assim sendo, a figura materna recebe a sobrecarga de cuidar das crianças com doenças consideradas crônicas.

O estigma é uma realidade constante na vida das pessoas com o diagnóstico do autismo, os questionamentos sobre as suas capacidades e dúvidas acerca da normalidade surgem também na vida

profissional, tal como ressalta Camillo e Messias (2020), as empresas não estão preparadas para lidar com as peculiaridades do universo do autismo e acabam produzindo crenças erradas sobre o indivíduo e desconsideram as suas reais qualidades e potencialidades, o resultado dessa negligência são políticas no setor privado que dizem incluir o sujeito com diagnóstico de autismo, mas estão apenas preocupados em cumprir cotas sociais voltadas para o setor.

Lima (2021), afirma que há uma relação entre a ausência de empatia, característica de uma sociedade muitas vezes individualista, e o ato de isolar os que estão fora do padrão apenas por não saberem encarar o diferente.

3.2.1 AUTISMO E DIAGNÓSTICO

Desde as pesquisas de Plouller (1906), com as investigações sobre a demência, e as contribuições de Eugen Bleuler (1911), que apontavam o autismo como um sintoma da esquizofrenia, o termo autismo sofre alterações. Léo Kanner (1943), rompeu com a relação autismo e esquizofrenia bleuleriana sugerindo uma incapacidade inata de contato afetivo das crianças com autismo. Diferente da esquizofrenia infantil, as crianças de Kanner não alucinavam ou fantasiavam. Somente com o pediatra austríaco Hans Asperger (1944) e sua tese sobre a psicopatia autística infantil, contrariando Leo Kanner, aponta para uma preservação da inteligência das crianças e uma linguagem rebuscada, o início dos sintomas ocorreriam por volta do terceiro ano de vida. (DIAS, 2015).

Atualmente, na 5ª revisão do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 2014), o Transtorno do Espectro do Autismo é caracterizado como pertencente ao grupo dos Transtornos do Neurodesenvolvimento, os critérios diagnósticos consideram os déficits que persistem no desenvolvimento do indivíduo, não obstante, a conclusão do diagnóstico não se esgota apenas com essa análise.

São considerados também, as observações clínicas, os relatos dos pais e cuidadores e, quando possível, as falas dos próprios pacientes. Os comprometimentos surgem principalmente na esfera comportamental e são caracterizados por: dificuldades na interação social, interesses restritos e comportamentos estereotipados. Os níveis de gravidade são categorizados considerando a intensidade dos sintomas a partir das dificuldades de comunicação, desenvoltura na interação social, comportamentos restritos e repetitivos. Os níveis são: 1, 2 e 3, definidos com base na quantidade de apoio que o indivíduo no espectro do autismo necessita ao longo da vida. O primeiro (nível 1), requer apoio para desenvolver da melhor forma as questões de interação social e comportamentos

considerados inadequados socialmente; O segundo (nível 2), implica em apoio substancial diante das gravidades mais significativas na comunicação e interação, os comportamentos inflexíveis estão presentes e nota-se a rigidez mental além de outras características que dificulta a vida no cotidiano, assim como, comportamento repetitivos e restritos; O terceiro (nível 3), demanda uma ajuda muito substancial frente às graves dificuldades de comunicação e afetação do comportamento, as restrições são severas com presença de movimentos repetitivos e outros déficits no comportamento e na interação social (DSM-V, 2014).

Outra ferramenta utilizada para amparar o diagnóstico do autismo é a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), hoje na sua 10ª edição. Este documento ainda traz no diagnóstico uma compreensão diversificada de formas de autismo, tais como: Transtornos globais do desenvolvimento (TGD); Autismo infantil; Autismo atípico; Síndrome de Rett; Outro Transtorno Desintegrativo da Infância; Transtorno com hipercinesia associado a retardo mental e a movimentos estereotipados; Síndrome de Asperger; outros Transtornos Globais do Desenvolvimento; Transtornos Globais não especificados do Desenvolvimento. (CID-10, 1993)

Para além do diagnóstico, o autismo poderia ser analisado inclusive pelo viés da neurodiversidade, segundo Machado et al. (2019), é perceptível que os indivíduos no TEA apresentam formas diferentes de interação, embora, essa percepção não seja expressa de forma significativa nas pesquisas sobre o autismo, pelo contrário, as pesquisas tendem a correlacionar o TEA a uma relação de incapacidade. As pesquisas ainda precisam de dados empíricos suficientes para concluir que o autismo está enquadrado diretamente na questão da variedade neuronal. Diante de uma gama enorme de variedades cerebrais e comportamentos, o autismo ainda é entendido como um desenvolvimento atípico.

3.2.2 AUTISMO E ESTIGMATIZAÇÃO

Enveredamos aqui no conceito de anormalidade com o objetivo de compreender como o sujeito com o diagnóstico do TEA transita por essa ideia e as possíveis relações entre o autismo e a estigmatização.

De acordo com Foucault (1999), citado por Benedetto (2020), identificar o que seria o “anormal” fez-se necessário diante da necessidade de a sociedade proteger-se daqueles que fogem aos modos de existir considerados aceitos no meio social. O contrastante surge como alguém a ser posto de lado uma vez que representa para a sociedade um ser patologizado e perigoso, em outras palavras, alguém que contradiz a natureza, podendo até mesmo perpetuar a amoralidade e anormalidade vistas como patológicas por vias que podem incluir também a hereditariedade.

Desta forma, a ciência parece legitimar algo que depois vai ser capturado socialmente em prol da estigmatização, Ferreira e Carvalho (2017), afirmam que há uma relação iatrogênica no que tange o diagnóstico do transtorno mental, caracterizada pelo reconhecimento social daquilo que foi diagnosticado, uma vez que é capaz de produzir atos e pensamentos estigmatizantes que reverberam em diversos setores da vida do indivíduo. Assim, a sociedade expande este olhar estigmatizado e desigual para os aspectos como a saúde, a capacidade de ser bem sucedido financeiramente, as relações de vínculos sociais, as questões de moradia, a possibilidade de o sujeito ter uma profissão, entre outros.

O indivíduo com o diagnóstico de autismo e todos que fazem parte do seu círculo esbarram em algum momento com os comentários pejorativos e estigmatizantes acerca do TEA. Qual mãe de criança autista nunca ouviu dolorosos comentários sobre o comportamento, dito inadequado, do filho, ou até mesmo entrou em discussão ao ter a sanidade do filho questionada pelos próprios parentes? Silva (2021), destaca que o desconhecimento sobre o autismo se converte em dificuldades de aceitação do TEA e aumenta as atitudes de preconceito e antipatia por parte do outro, resultando em desafios constantes na vida do autista.

Fernandes (2020), sugere que o termo autismo traz consigo significantes que marcam os corpos dos sujeitos com traços de estranheza e anormalidade, os significantes são oriundos de saberes diferentes advindos da cultura, vivências sociais, e conhecimento médico. A contradição às normas estabelecidas os fazem experimentar uma situação de total vulnerabilidade perante o outro, este sentimento é vivenciado inclusive pelos pais dos autistas que no anseio de um diagnóstico que dê conta do que há de diferente com os filhos os cede para a ciência como objetos.

O diagnóstico do autismo é inteiramente clínico conforme Ferreira (2015), onde o profissional realiza observações no comportamento da criança em diversas circunstâncias além da interação do paciente com os seus familiares. No entanto, como os estigmas incidem socialmente sobre o sujeito autista visto que não há uma característica física no TEA que sobressai de imediato ao olhar do outro?

Goffman (2008), oferece um caminho para responder o questionamento, segundo o autor quando a diferença do indivíduo estigmatizado revela-se prontamente aos olhos dos ditos normais, ou até mesmo antes de estabelecermos contato com ele fomentado por suposições acerca de que algo não é como deveria ser, esse indivíduo é uma pessoa desacreditada, contrário a isso, quando não há diferença que informe imediatamente ou forneça pistas sobre aquilo que sobressai no sujeito perante aos demais esses ocupam o lugar dos desacreditáveis.

No contexto oferecido por Goffman, entendemos que a revelação do diagnóstico do autismo retira o autista do lugar dos desacreditáveis (sem diferença notável inicialmente) e os coloca na posição de desacreditado, posto que o diagnóstico fornece a diferença que irá sobressair na visão do outro e os estigmas prevaleceram sobre o sujeito autista socialmente patologizado.

3.3. A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO FRENTE À ESTIGMATIZAÇÃO DO SUJEITO AUTISTA

No conceito de Fernandes (2020), o sujeito com o diagnóstico de autismo experimenta uma posição de vulnerabilidade na relação com o outro uma vez que o outro o define como estranho e diferente. Lima et al, (2018), no estudo sobre as políticas de saúde voltadas para as crianças e adolescentes pondera acerca das contribuições do saber médico e das psicoterapias na produção destas políticas, o autor recorre às reflexões tecidas por Milner (2011), nas obras intituladas de *Court traité politique* (Pequeno Tratado Político), e utiliza os conceitos de Política das Coisas e Política dos Seres Falantes, na tentativa de compreender quais os norteadores que embasam o entendimento da política no âmbito da saúde. A política das coisas atenta para o fazer prático com base nos objetivos a serem alcançados. Já a Política dos Seres Falantes considera o diferente, o singular, a subjetividade do ser dotado de linguagem própria.

No entanto, no tratamento do autismo o discurso da singularidade e da subjetividade presentes na política dos seres falantes são postos em segundo plano, Jerônimo (2019), afirma que os cuidados direcionados à saúde das crianças com autismo flertam com um saber amparado em modelos preventivos e assistencialistas que fomentam uma produção de verdades absolutas e não consideram o sujeito na sua historicidade e desejos.

Sendo assim, o autismo é compreendido pelo viés da deficiência e, de acordo com Romano et al, (2019), as intervenções utilizadas no tratamento realizam uma adaptação do sujeito autista a padrões pré-estabelecidos socialmente e negligenciam a subjetividade, nessas circunstâncias o indivíduo é desumanizado.

Lacerda (2017), ressalta que a maneira como a sociedade representa o indivíduo no espectro do autismo delinea a produção de uma identidade no âmbito público e social que reverbera nas famílias e nos círculos que os autistas frequentam.

O sujeito com o diagnóstico do autismo poderá experimentar em algum momento de sua trajetória de cuidados terapêuticos a vivência de técnicas interventivas que objetiva o alcance de padrões normativos e comportamentos idealizados. A família participa desse modelo de intervenção como

mantenedor e replicador das técnicas aprendidas. Os exercícios ensinam a copiar um ideal de comportamento proposto pela sociedade, no entanto, Maleável (2017), citado por Fernandes (2020), diz que as práticas de modificações do comportamento não consideram o sujeito no modo particular de existir e pode levá-los a experimentar o derrotismo terapêutico. Isso ocorre quando as metas comportamentais não são alcançadas.

A experiência de frustração nos convida a refletir sobre como os autistas podem vivenciar, dentro das suas possibilidades, as expectativas que o outro lança sobre ele. Não seria a forma como os autistas encaram os olhares estigmatizantes e frustrantes do outro, aquilo que há de mais subjetivo para ele?

Para contextualizar como os olhares estigmatizantes podem influenciar na identidade social do indivíduo autista recorreremos aos conceitos cunhados por Goffman (2008), intitulados de Identidade Social Virtual e Identidade Social Real, este a é o que o sujeito de fato é e possui e o primeiro corresponde ao que os outros atribuem para o sujeito de forma efetiva e com base no potencial demonstrado por ele. Quando há discrepâncias entre a Identidade Social Virtual e a Identidade Social Real, isso é considerado um demérito e o sujeito é colocado em uma categoria social rebaixada, caracterizando o estigma. O estereótipo criado pela sociedade é o que determina em qual categoria ele será encaixado sem levar em consideração o que ele é ou possui, desacreditando-o apenas por não ser o que padrão social determina.

As discrepâncias existentes entre a Identidade Social Virtual e a Identidade Social Real da pessoa com o diagnóstico do autismo podem ser percebidas ao tomarmos de empréstimo o conceito do capacitismo, nas palavras de Vendramin (2019), capacitismo pode ser entendido como uma conclusão de incapacidade atribuída ao deficiente que tem como parâmetro principal os aspectos da condição corporal deste. O processo de internalização das ideias capacitistas pela sociedade estimula um desinteresse social pela busca do conhecimento sobre o diferente, o que resulta desta atitude de negligência é a diminuição da condição de humanidade do deficiente. (CAMPBELL, 2008 apud VENDRAMIN, 2019, p.17).

Logo, na discussão que propomos é perceptível a discrepância entre aquilo que a pessoa no espectro do autismo de fato é (Identidade Social Real), e não teve a oportunidade de expressar, e aquilo que o olhar do outro lança sobre ele, restringindo-o à sua deficiência (Identidade Social Virtual), sustentada por ideias capacitistas.

O olhar da sociedade para o autista recebe os contornos que o saber médico dita sobre a sua condição, portanto, Jerônimo (2019), problematiza que o saber médico evidencia o que sobressai na

apresentação dos sinais sindrômicos e contrasta com os padrões biológicos e comportamentos esperados. Dado a essas circunstâncias, o saber intrínseco a família sobre a situação da saúde do indivíduo é norteadada pelo viés científico e toda singularidade relativa ao autista é desacreditada acarretando implicações na compreensão do diagnóstico e na forma de realizar as intervenções

Goffman (2008), sugere as estratégias que deveriam ser adotadas por profissionais da saúde frente aos estigmatizados. Uma das estratégias seria ocultar o estigma do grande círculo social e revelar a condição apenas para aqueles que compartilham das suas intimidades, é proposto táticas para os estigmatizados saírem de situações embaraçosas e reforça a ideia de apoio mútuo entre os que compartilham de uma identidade estigmatizada. Desta forma, são explicados os pontos que os estigmatizados deveriam ignorar, ou do contrário, aquilo que eles não devem aceitar em nenhuma circunstância e assim expressar abertamente as suas insatisfações quando se sentirem vítimas do preconceito.

Atuando assim o trabalho promoverá um autoconhecimento que possibilita indivíduo estigmatizado uma compreensão dos seus pontos fortes e o reconhecimento das suas necessidades peculiares promovendo com isso o orgulho de ser como é além do contato direto com aquilo que o faz diferente.

Durante a produção deste estudo foi percebido a escassez de produção na área da psicologia sobre a temática voltada para as questões do estigma vivenciado por pessoas no espectro do autismo. As abordagens atuais direcionam as intervenções para outras searas da expressão do autismo, por exemplo, a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), tem sua metodologia interventiva direcionada para estimular o potencial do indivíduo autista e revertê-lo em comportamentos funcionais e adequados. (LOCATELLI; SANTOS, 2016)

As intervenções terapêuticas na Gestalt-terapia para crianças no espectro do autismo são, nas palavras de Marques et al, (2019), direcionada para um aumento no entendimento de corpo da criança que se engendra nos modos do autismo objetivando uma maior expressão das funções do ego.

A Psicanálise, por sua vez, ocupa-se de situar o autista na relação com o outro uma vez que esta relação foi historicamente desacreditada. Sobre isso, Romano et al. (2019), esclarece que ao presumir que os autistas têm como característica primeira os entraves no estabelecimento da relação com o outro, admitimos que a condição apresenta em si um funcionamento subjetivo próprio, no entanto, a singularidade existente no modo de operar não o destitui da dimensão ontológica de conceber as experiências com o outro apenas admite que a vivência do sujeito autista acontece por caminhos distintos.

Merlleti (2018), pontua que é necessário um olhar para as crianças separando do discurso técnico-científico que flerta com a ideia de infância calculável e sustenta o imaginário das figuras paternas, esse olhar enclausura as crianças a um modelo a ser seguido e resulta em objetificação da criança em detrimento dos aspectos da singularidade

No que toca às figuras paternas, Duarte (2019), citado por Perruffo (2020), relata que a psicologia apresenta possibilidades de realizar o manejo das questões referentes ao autismo em conjunto com a família, oferecendo amparo para ambos, uma vez que o núcleo familiar fornece informações para o profissional realizar um bom prognóstico e surge como um suporte importante no tratamento dos filhos, independente de qual seja o diagnóstico, deste modo, a família experimenta as cargas advindas da trajetória do tratamento e também necessitará de cuidados profissionais.

Não é pretensão deste estudo elencar todas as abordagens terapêuticas que tratam da temática do autismo e muito menos tecer críticas sobre os direcionamentos das intervenções aplicadas, apenas atentamos para a ausência de material que fundamenta a relação autismo e estigmas e sugerimos que pensar em estratégias de intervenção para a pessoa no espectro do autismo requer antes de tudo considerar a sua condição enquanto sujeito para além de um diagnóstico. Dito isso, salientamos que a atuação do psicólogo frente a estigmatização do sujeito autista não deve desconsiderar os fenômenos particulares existentes na apresentação de uma condição que se manifesta de forma espectral.

Em conformidade com Romano et al. (2019), compartilhamos da ideia da necessidade de uma abordagem que legitime aquilo que os autistas, ao seu modo, têm a dizer e priorizar nas intervenções o processo de construção do saber conjuntamente com o sujeito autista e não a busca de respostas prontas sobre o autismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender a atuação do psicólogo frente à estigmatização do sujeito autista, possibilitando a realização de uma reflexão acerca da dinâmica envolvida na relação do diagnóstico do TEA e a incidência dos estigmas na vida do diagnosticado. Sobre as vivências dos estigmas pelos autistas, nos deparamos com a ocorrência dentro do contexto familiar e social. No que concerne ao âmbito familiar a revelação do diagnóstico do TEA rompe com a idealização que os pais fazem sobre o filho, e o pouco conhecimento sobre o transtorno dificulta a atitude de aceitação do diagnóstico de autismo, dessa forma, percebemos que o núcleo familiar também necessita da atenção de um

profissional de psicologia. A sociedade estabelece padrões que funcionam de maneira implícita a todos e quando alguém destoa, caso do sujeito autista, a diferença se torna evidente e os estigmas preponderam em vários setores da vida do indivíduo, a exemplo das relações com os pares, que são afetadas diante da imagem estereotipada criada pelo outro e atribuída a pessoa no espectro do autismo, e no trabalho, já que a maioria das empresas não estão preparadas para lidar com as peculiaridades do universo dos autistas, e assim desconsideram suas verdadeiras potencialidades.

Durante a pesquisa, nos deparamos também, com o caráter iatrogênico acerca das pessoas com diagnóstico de transtornos mentais e podemos notar como o saber médico ainda sobressai na visão do outro sobre o diferente.

No contexto do TEA foi possível perceber a escassez de estudos que abordam a temática autismo e estigma, assim como, a prevalência das técnicas de intervenção que priorizam os aspectos comportamentais, essas práticas moldam o sujeito autista a padrões de comportamentos pré-estabelecidos socialmente.

Não é pretensão deste estudo tecer críticas às práticas utilizadas no tratamento do autismo, e sim apontar para a importância de terapêuticas que consideram o sujeito e toda humanidade implicada na condição de existir para além de um diagnóstico que o estigmatiza. Salientamos que a atuação do psicólogo frente a estigmatização do sujeito autista deve considerar a subjetividade na manifestação peculiar existente na expressão do TEA, e sugerimos uma prática que possibilite o fazer do profissional de psicologia em consonância com aquilo que o autista, dentro das suas possibilidades, consegue dizer sobre si, promovendo a construção do entendimento sobre o autismo à medida que ele surge como demanda e não se limitar a um saber engessado sobre o TEA.

O presente artigo não objetiva esgotar a temática apresentada, pelo contrário, pretendemos chamar a atenção para a importância de mais pesquisas e estudos voltados para o cerne da questão autismo e estigma, e favorecer um olhar para o indivíduo com o diagnóstico do autismo que não o destitua da sua humanidade.

REFERÊNCIAS

BENEDETTO, M.S. Autismo sem ismo: a neurodiversidade e a experiência interior por uma etnografia não normativa. Orientador: Irene de Assunção Raposo Rodrigues. 2020. 85 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Portugal, 2020. Disponível em:

<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/20887/1/BenedettoMS_Autismoemismo_ISCSP_2020.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2021.

BRILHANTE, A. V. M. et al. “Eu não sou um anjo azul”: a sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]., v. 26, n. 2, p. 417-423, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/CLJhwP677n6865nSVZW78hf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 mai. 2021.

Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993.

CAMILO, C. H; MESSIAS, G. S. Considerações sobre autismo e direito ao trabalho: sociabilidade e identidade sob a ótica dos direitos humanos. *Rev. Reflex. E Crít. do Direit.*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 34-55, 2020. Disponível em: <<https://revistas.unaerp.br/rcd/article/view/2170/1726>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

DIAS, S. Asperger e sua síndrome em 1944 e na atualidade. *Rev. Latinoam. Psicopatol. Fundam.*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 307-313, jun. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141547142015000200307&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 15 mai. 2021.

FERNANDES, M. C. M. O. Autismo, Estigma e Vulnerabilidade. Associação Uni. De Pesq. em Psic. Fundam., fev. 2020. Disponível em: <http://www.fundamentalpsychopathology.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Maria-CristinaMaiadeOliveiraFernandes_Autismoestigmaevulnerabilidade_def_congressopsicopatologia-converted.pdf> . Acesso em: 20 out. 2021.

FERREIRA, F. G. C. A negociação do diagnóstico do autismo. Orientador: Arlei Sander Damo. 2015. 49 f. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em:

<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132351/000983252.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> . Acesso em: 25 out. 2021.

FERREIRA, M. S; CARVALHO, M. C. A. Estigma associado ao transtorno mental: uma breve reflexão sobre suas consequências. *Rev. Interdisc. de Estud. em Saúde*, Caçador, v. 6, n. 2, p. 192-201, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/ries/article/view/1094/698>>. Acesso em: 20 out. 2021.

FOUCAULT, M. História da Loucura na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GOFFMAN, E. estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 109 p. ISBN 85-01-04965-4. Disponível em:

< <https://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf> > Acesso em: 27 out. 2021.

GOMES, M. H. S. C. et al. Identidade e inclusão das pessoas com deficiência no Brasil. Rev. Brasil. de Hist. Ciên. Sociais -RBHCS, Rio Grande, v. 7, n. 14, p. 180-205, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10590/pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

GONÇALVES, R. B. A presença de crianças diagnosticadas com autismo na rede pública de ensino: expectativas e opiniões de pais, professores e profissionais de saúde. Orientador: Marcos Cezar de Freitas. 2019. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019. Disponível em:

<<https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/59993/RAELEN%20BRANDINO%20GONCALVES.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em: 10 nov. 2021. JERÔNIMO, A. C. A Inclusão Da Diferença Nas Políticas Públicas De Atenção À Crianças Diagnosticada Com Autismo. Psicanál. & Barroco Em Rev., Rio de Janeiro, v.17, n. 01 jul. de 2019. Disponível em:

<<http://www.seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/9218/7907> >. Acesso em: 05 nov. 2021.

LACERDA, L. Luz, Câmera, Estereótipo – Ação! A representação do autismo nas séries de TV. Rev. Espaço Acadêmico, Maringá, v. 17, n. 193, p. 13-22, jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/33887/19454>. Acesso em: 13 mar. 2021.

LIMA, J. A. A. D. Análise de abordagens interventivas em psicologia para crianças com Transtorno do Espectro Autista. Orientador: Cíntia Alves Salgado Azoni. 2021. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2021. Disponível em:

https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/32608/1/Analiseabordagensinterventivas_Lima_2021.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

LIMA, M. C. P. et al. O sujeito autista como figura da segregação. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 113-127, 2018. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672018000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 11 nov. 2021.

LOCATELLI, P. B; SANTOS, M. F. R. S. Autismo: Proposta de Intervenção. Rev. Transform., Rio de Janeiro, n. 8, p. 203-220, 2016. Disponível em:

<<http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/63/59>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

LOPES, B. A. NÃO EXISTE MÃE-GELADEIRA: Uma análise feminista da construção do ativismo de mães de autistas no Brasil (1940-2019). Orientador: José Augusto Leandro. 2019. 291 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Programa de Pós-Graduação em Ciências Aplicadas. Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <<https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2922/1/BRUNA%20ALVES%20LOPES.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2021. MACHADO, A. C. H. et al. A relação entre a neurodiversidade e o Transtorno do Espectro Autista. Rev. edu. em saúde-RESU. Anápolis, v. 7, n. 2, p. 173-176, 2019. Disponível em: <<http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/educacaoemsaude/article/view/4065/2765>>. Acesso em 13 mar. 2021.

MACHADO, M. S. et al. Tornar-se família de uma criança com transtorno do espectro autista. Contextos Clínic., São Leopoldo, v. 11, n. 3, p. 335-350, dez. 2018. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983348220180003006>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MARQUES, M. A. B. ET AL. A CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA PERSPECTIVA DA GESTALT-TERAPIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. IGT – NA REDE, RIO DE JANEIRO, V. 16, N. 31, P. 140-337, 2019. DISPONÍVEL EM:

<<HTTP://IGT.PSC.BR/OJS3/INDEX.PHP/IGTNAREDE/ARTICLE/VIEW/571>>. ACESSO EM: 12 NOV. 2021.

MERLLETI, C. Autismo em causa: historicidade diagnóstica, prática clínica e narrativas dos pais. Psicologia USP [online]., v. 29, n. 1, p. 146-151, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-656420170062>>. Acesso em: 15 ser. 2021.

NASCIMENTO, L. A; LEÃO, A. Estigma social e estigma internalizado: a voz das pessoas com transtorno mental e os enfrentamentos necessários. Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 103-121, mar. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010459702019000100103&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 17 mar. 2021.

PRADO, A. L; BRESSAN, R. A. O estigma da mente: transformando o medo em conhecimento. Rev. psicopedag., São Paulo, v. 33, n. 100, p. 103-109, 2016. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010384862016000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 13 mar. 2021.

PINTO, R. N. M. et al. Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre, v. 37, n. 3, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-14472016000300413&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 17 mar. 2021.

PERUFFO, B. Transtorno Do Espectro Autista: Apoio Psicológico Para Pais Frente Ao Diagnóstico. Orientador: Raquel Furtado Conte. 2020. 48 f. TCC (Graduação) – Curso de Psicologia, Área Do Conhecimento De Humanidades, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2020. Disponível em:

<<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/8397/TCC%20Bruna%20Peruffo.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 29 de nov. 2021.

ROMANO, L. S. et al. Autismos: Uma estrutura de existência e a legitimidade dos sujeitos. *Estilos clin.*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 329-341, ago. 2019. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141571282019000200013&lng=pt&rm=iso>. Acessos em: 20 set. 2021.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paul. de Enfer.* [online]., v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 out. 2021. SILVA, N. L. “Stimados Autistas”: Diagnóstico precoce como forma de entrada para a contemplação dos direitos dos autistas. *Rev. Direit. no Cinem.*, Bahia, v. 5 n. 5, 2021. Disponível em: <<https://revistas.uneb.br/index.php/direitonocinema/article/view/12726>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

VENDRAMIM, C. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. *Simpósio Inter. Repens. Mitos Contêmp.*, São Paulo, v. 3 p. 16-25, 2019. Disponível em:

<<https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/view/4389/4393>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Capítulo 3



10.37423/230808092

O EMPREGO DA TECNOLOGIA 5G NO TELEJORNALISMO: MAPEAMENTO DE OLHARES ACERCA DAS TRANSFORMAÇÕES

Leandro Olegário

*Escola Superior de Propaganda e Marketing -
Porto Alegre*

Guilherme Maia

*Escola Superior de Propaganda e Marketing -
Porto Alegre*



Resumo: O propósito fundamental deste artigo consiste em avaliar os efeitos da implementação da tecnologia 5G na dinâmica produtiva do telejornalismo no estado do Rio Grande do Sul. O objetivo é compreender as transformações trazidas por esse novo paradigma de serviço para a profissão. Para conduzir essa investigação, foram conduzidas entrevistas com especialistas provenientes de quatro setores distintos: mercadológico, institucional, acadêmico e tecnológico. Esses segmentos estão intrinsecamente ligados à esfera da comunicação e da tecnologia, e a intenção foi compreender suas percepções acerca dessa nova conjuntura. A abordagem adotada caracteriza-se pela natureza qualitativa e exploratória. Como metodologia, a pesquisa empregou a Cartografia. Os achados que emergem revelam perspectivas quanto a avanços potenciais no fluxo de trabalho do telejornalismo, assim como reflexões a respeito dos novos papéis desempenhados pelos profissionais no cumprimento da responsabilidade social inerente ao jornalismo audiovisual.

Palavras-chave: telejornalismo; internet 5G; rotina produtiva; cartografia; comunicação.

INTRODUÇÃO

Na medida em que a tecnologia assume um papel fundamental nos meios de comunicação, os métodos tradicionais passaram por transformações notáveis. Um primeiro aspecto a ser considerado está relacionado às fontes e ao acesso às informações, os quais foram agilizados e simplificados na era digital, impulsionados pelo advento das plataformas de mensagens instantâneas. Isso traz consigo uma maior celeridade na apuração dos eventos, uma vez que a necessidade de disseminar as informações de maneira ágil incentivou uma abordagem mais rápida - gerando, por vezes, uma dinâmica que exige revisões e atualizações constantes nos materiais. O formato dos produtos jornalísticos também passou por ajustes, levando à criação de conteúdos mais superficiais e desprovidos de contexto. No entanto, é importante ressaltar que surgiram também novos formatos, como as experiências imersivas e os newsgames. Um ponto crucial a ser enfatizado é que o que antes era concebido para uma única mídia agora deve ser elaborado com vistas a ser compatível com múltiplas plataformas - sejam duas, três ou até mesmo todas elas, conforme discutido por LOPES e BONISEM (2019).

No telejornalismo não é diferente. O formato vem evoluindo suas técnicas de produção e distribuição desde o início da década 2010. Com o crescimento da internet e as tecnologias impulsionadas por ela, principalmente a das múltiplas telas (smartphone, smart tv, tablet e notebook), passou-se a existir “a oferta de conteúdo em diversas plataformas” (SOUZA, 2011, p. 112). A partir desta nova realidade, os veículos de imprensa passaram a apostar ainda mais na convergência como fator que busca valorizar a produção e disseminação do conteúdo em diferentes mídias. É o que Silva e Machado Filho (2016) chamam de “TV híbrida”, que se resume em uma união da programação televisiva com a internet, produzindo conteúdos on demand. Para os autores, esse é o estágio mais contemporâneo da TV e as experiências a partir do desenvolvimento de conteúdos crossmedia e transmídia vêm fazendo parte da produção televisiva atualmente.

Lívia Cirne (2016) afirma que o transmídia e o telejornalismo se tornam uma necessidade na produção jornalística, pois as empresas se sentem “obrigadas” a construir estratégias de consumo de notícias pela web, ao mesmo tempo que transforma a audiência em uma aliada e solicita uma participação mais efetiva do público consumidor. Yvana Fachine (2014) amplia o debate. De acordo com a autora, o telejornalismo contemporâneo passa a experimentar práticas associadas à transmídia e ao storytelling, levando o telespectador a não consumir apenas o material televisivo, mas também outros produtos a partir de múltiplas plataformas resultando no que define como “transbordamentos

narrativos”. E isso, conforme aponta Ana Gruszynski (2015), acaba por se tornar mais um dilema para a produção do jornalismo televisivo.

Assim sendo, o objetivo principal ofertado por este estudo é examinar de que maneira a introdução da tecnologia 5G impacta a forma como o telejornalismo é produzido no Rio Grande do Sul. O propósito subjacente a essa pesquisa é compreender as mudanças resultantes da adoção desse novo modelo de serviço de tecnologia da informação, buscando identificar as alterações que ele traz para a prática jornalística audiovisual informativa.

UMA BREVE CONSIDERAÇÃO ACERCA DA TECNOLOGIA DA INTERNET 5G

Dentro dessa perspectiva de mudanças, o telejornalismo, assim como os outros formatos que compõem a área, está prestes a seguir na direção de novos caminhos. Com o surgimento da internet 5G e o amplo debate sobre a evolução na comunicação, a tecnologia de quinta geração para as redes móveis deverá fazer com que haja outras tantas adaptações nos conceitos de produção, circulação e consumo dos conteúdos jornalísticos. Afinal, conforme o estudo *The Impact of 5G: Creating New Value across Industries and Society*, de 2020, este aprimoramento de conectividade em redes irá desbloquear um potencial significativo para melhorias de resultados técnicos e financeiros em escala global, gerando, por exemplo, a otimização da prestação de serviços, tomada de decisão e experiência do usuário final.

Segundo Hossain (2013), a nova tecnologia irá fornecer todos os tipos de aplicações possíveis, utilizando apenas um dispositivo universal e interligando a maior parte das infraestruturas de comunicação já existentes. Os terminais 5G serão, portanto, multimodo reconfiguráveis e com rádio cognitivo habilitado. Com isso, as redes móveis 5G irão concentrar-se no desenvolvimento dos terminais de usuários, onde terão acesso a diferentes tecnologias sem fios simultâneas, combinando diferentes fluxos de tecnologias distintas. Além disso, o terminal irá fazer a escolha final entre diferentes redes de acesso sem fio para um determinado serviço.

O 5G, portanto, tende a ser a mais concreta representação do terceiro marco da revolução 4.0, dando continuidade às tecnologias de internet móvel anteriores (1G, 2G, 3G e 4G). Assim sendo, deverá concretizar conceitos como o de internet das coisas¹, promovendo transformações na maneira como pessoas e organizações se relacionam. Para isso, promete, entre suas características principais, o crescimento das taxas de transmissão, maior densidade de conexões - explicado pelo aumento da quantidade de dispositivos conectados em uma determinada área -, e a baixa latência, que é o tempo

mínimo entre o estímulo e a resposta da rede de telecom. (Agência Nacional de Telecomunicações, 2021).

A CARTOGRAFIA COMO PROPOSTA METODOLÓGICA

Deste modo, considerando a importância da quinta geração de internet para a construção de um telejornalismo ainda mais inédito, eficaz e ético, procura-se responder o seguinte questionamento: Quais os impactos da Internet 5G na rotina produtiva do telejornalismo gaúcho?

Diante do objetivo geral exposto na parte introdutória do trabalho, para executar esta pesquisa, foram feitas entrevistas com profissionais de quatro segmentos: mercadológico, institucional, acadêmico e tecnológico, relacionados à comunicação e tecnologia, partindo do pressuposto de como eles percebem essas mudanças. Para chegar às fontes, foi utilizado pelo autor o conceito de *stakeholders*, que é definido por Freeman (1984, p.48) como “grupos ou indivíduos que afetam ou são afetados pela realização dos objetivos organizacionais”. Para tal, o trabalho considerou a vertente qualitativa. O tipo de pesquisa utilizada no estudo foi a exploratória, uma vez que o principal objetivo é o da descoberta de intuições ou o aprimoramento de ideias.

Quadro 1 - Profissionais entrevistados para a pesquisa em 2022

Setor	Fonte	Cargo
Mercadológico	J1	Repórter - Grupo RBS
	J2	Repórter - Grupo Bandeirantes/RS
Institucional	G1	Diretor de entretenimento e canais – Grupo RBS
	G2	Gerente de jornalismo - SBT/RS
Acadêmico	P1	Coordenadora PPGCOM - PUC/RS
	P2	Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - UFJF
Tecnológico	E1	Ex-diretor de novas tecnologias – Grupo RBS
	E2	Diretor-geral da TVE e da FM Cultura

Fonte: Autores, 2023.

Quanto à coleta de dados, escolheram-se as técnicas de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevista em profundidade. Por fim, a cartografia é a metodologia adotada para análise dos dados.

De acordo com Deleuze (2005, p. 1), a proposta para uma cartografia se trata de “desemaranhar as linhas de um dispositivo. É, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que Foucault chama de ‘trabalho em terreno’” (DELEUZE, 2005, p.1). Deste modo, é preciso que sejam instaladas próprias linhas, que não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas em atravessá-lo, arrastá-lo, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal (DELEUZE, 2005). No caso específico deste trabalho, as terras desconhecidas citadas por Deleuze dizem respeito à internet 5G e os seus possíveis impactos na rotina produtiva do telejornalismo.

Virgínia Kastrup (2007, p.45) cita que "a atitude investigativa do cartógrafo seria mais adequadamente formulada como um 'vamos ver o que está acontecendo', pois o que está em jogo é acompanhar um processo, e não representar um objeto". Assim, a autora divide o gesto atencional do cartógrafo em quatro fases, denominadas por ela de “etapas do gesto atencional do cartógrafo”, em que cada uma possui especificidades e importância para a construção da materialidade do conceito de cartografia. Os quatro estágios deste processo são: o Rastreo; o Toque; o Pouso; e o Reconhecimento Atento (KASTRUP, 2007), esta última a ser amplificada neste artigo.

ABORDAGENS PARA RECONSIDERAR O TELEJORNALISMO DIANTE DOS EFEITOS DA TECNOLOGIA 5G

Aqui, explora-se o reconhecimento atento, ou seja, a última fase da metodologia utilizada (MAIA; OLEGÁRIO, 2022). Assim sendo, visa-se apresentar, a partir de um cruzamento de dados entre os materiais recolhidos junto às fontes e o uso de documentos teóricos, um direcionamento para o panorama jornalístico e para a rotina e habilidades profissionais com o advento da quinta geração de internet móvel aplicada ao telejornalismo.

Na perspectiva do panorama jornalístico, já faz algum tempo que o telejornalismo vem adaptando a maneira de contar histórias e, por consequência, de cumprir o seu papel social. Por mais que Stringari (2020) afirme que a televisão é a principal forma para a democratização de informações, agora, o formato jornalístico precisa dividir a atenção com outras plataformas tecnológicas de criação e divulgação de conteúdos. Isso, então, acaba por estimular a oferta de novas opções narrativas ao telespectador (FREITAS, 2018).

Diante deste cenário, J2 entende que os jornalistas vivem em meio a um panorama de permanentes desafios na profissão, ampliados significativamente pela chegada da tecnologia nas redações, que passaram a virtualizar o trabalho e interferir nos conteúdos (MARCONDES FILHO, 2009). Esse

pensamento é embasado por Barroso (2016) ao salientar que o telejornalismo sempre apresentou um fluxo de mão única e com poucas possibilidades de participações ao público, mas que, devido a frequente utilização de novas tecnologias, isso acabou mudando e resultando em uma aproximação com os espectadores.

Seja para entregar um melhor material ou para fazer uso das facilidades disponíveis na cadeia produtiva, o jornalismo audiovisual está cada vez mais ligado à tecnologia. Como salienta **P1**, “a internet modificou as rotinas de produção do telejornalismo como um todo”. Para exemplificar esse novo momento que o formato vive, é possível trazer o conceito de “hipertelevisão”, criado por Scolari (2008), que permite a construção de diferentes caminhos narrativos. Com a utilização de estratégias transmidiáticas na programação (YVANA FECHINE, 2013), pode-se fazer uso das multitelas, que acabam por estimular a participação do público neste cenário (FINGER, 2014).

Outro ponto que evidencia a mudança na profissão, reflexo do avanço tecnológico, é destacado por Cádima (2015) e ressaltado por **J1**. Esse contexto de convergência cria espaço para que haja uma potencial interação entre jornalistas, tecnologias e cidadãos, possibilitando a criação de ambientes mais colaborativos. **J1** aponta justamente isso, ao se referir que, atualmente, “o jornalista passou a usar conteúdos produzidos por terceiros para compor a notícia, [...] passou a se pautar por assuntos-tendência nas redes”.

Com a internet 5G, portanto, a expectativa é de que se tenha ainda mais facilidades para explorar os dois aspectos principais que conduzem as transformações telejornalísticas nos últimos anos: as diferentes formas narrativas de conteúdos e a contribuição popular para a atividade. Isso pode ocorrer a partir das características de baixa latência e conectividade massiva, que, conforme aponta Farias (2019, p.84), possibilitará “novas aplicações e modelos de negócios que podem melhorar drasticamente a qualidade de vida em todo o mundo por meio de novos casos de uso sem precedentes que exigem alta comunicação instantânea de dados”. No jornalismo, especificamente, **E2** destaca que, com o advento da nova tecnologia, será possível “ter equipamentos com mais capacidade e isso vai melhorar a qualidade e latência”, conseguindo acessar locais que antes não seria realizável a não ser por satélite.

A par de mais uma iminente mudança para a profissão, **J2** pontua que a nova tecnologia trará facilidade e mobilidade para as transmissões, já que contará “com uma banda com maior velocidade, com maior capacidade em termos de qualidade de imagem e de áudio”. **G1**, que também acredita neste conceito de agilidade para o telejornalismo, vai ao encontro do que diz **J2**. Para ele, uma das

possibilidades será o “aumento de cobertura e de alcance das reportagens em função da melhor cobertura da telefonia móvel, [...] viabilizando mais informação, imagens em mais locais in real time”.

P1 embasa que a internet 5G é “uma tecnologia para as emissoras”, sendo, para quem produz, muito acessível, uma vez que os meios tecnológicos para se realizar uma transmissão já foi muito caro. Conforme aponta a pesquisadora, “o 5G, sem sombra de dúvidas, no modo como nós temos usado a internet na produção de conteúdo, traz um significativo avanço”. E completa:

O que me agrada no 5G é que eu acho que nós temos a possibilidade, por exemplo, de terminar com os desertos de notícia. E isso é uma coisa boa. Se a gente conseguir ampliar o sinal, como se diz que há uma facilidade de ampliação do sinal no interior do Brasil, nós temos a possibilidade de ter uma maior produção de informação local e pelo local e colaborativo. [...] O 5G vai nos permitir fazer o que antigamente os jornais do interior faziam, e que hoje já não têm mais condições de fazer. Ou seja, ter uma notícia hiperlocal com qualidade. (**P1**).

P2 acredita que “a chegada da internet 5G possa acelerar processos de participação e mesmo de produção de conteúdo em vídeo de forma personalizada. Nesse sentido, teríamos cada vez fluxos audiovisuais mais múltiplos”. Tais alternativas são vistas com bons olhos por **P1**, já que “quanto mais a gente melhora as condições de transmissão, de captação, a gente diminui esses limites entre o que é televisão, o que é internet, o que é mídia social”.

Ainda dentro das possibilidades para uma melhor entrega de conteúdos ao público, **E2** cita que, a partir das potencialidades prometidas pelo 5G, a tendência é de ganho em transmissões de eventos e de notícias ao vivo. Tais perspectivas, segundo ele, acaba, cada vez mais, fortalecendo o telejornalismo de TV aberta, que sairá um pouco mais do estúdio para estar “na rua com qualidade para poder alavancar a audiência”. No entanto, “além de aumentar a capacidade de produção, cobertura e vivos”, **G2** acredita que o 5G “irá permitir que a TV aberta disponibilize conteúdo sob demanda e entrega de publicidade direcionada, de acordo com o perfil e interesse do telespectador”, o mesmo já destacado por Olegário (2020), ao indicar a possível materialização do conceito de jornalismo ubíquo.

Mas os efeitos da internet 5G no horizonte telejornalístico não ficam apenas nas diversas alternativas de circulação e consumo dos materiais audiovisuais. A nova tecnologia, conforme referem às fontes, também promete impactar a parte produtiva do formato. **J2** fala que o 5G potencializará ainda mais os “não profissionais”. Segundo o jornalista, “o processo colaborativo tende a ganhar força com as pessoas produzindo mais conteúdos não profissionais e compartilhando-os”.

J1 traz o mesmo ponto para a discussão, mas com um sinal de alerta. Para ele, o grande desafio imposto pela tecnologia será o de competir com os smartphones e as mídias sociais, “que constantemente são também as redes de informações falsas”. A atenção a esses fatores é de igual forma abordada por **P1**, ao citar que todos esses avanços tecnológicos são úteis desde que seja mantida a questão ética da checagem e de todas as outras etapas da rotina produtiva. “[...] Hoje, quando todo mundo se acha jornalista, o que nos dá credibilidade é exatamente a nossa apuração, o nosso cuidado ético”.

É exatamente esta particularidade, de reafirmar-se como espaço da informação correta e checada, que **P2** acredita ser o maior desafio da área. Segundo ela, a partir dessa potencialização da participação cidadã, “é preciso reforçar equipes de apuração, capacitadas para identificar conteúdos manipulados e que podem circular nas redes e serem remetidos para as redações”. Ela ainda reforça que, “em tempos de combate à desinformação, creio que o telejornalismo pode se fortalecer como lugar de checagem”, já que, para o formato, “o ganho e o diferencial são a credibilidade”.

Deste modo, segundo **J2**, será necessário “usar a nossa técnica, a técnica de apuração e de finalização, para trabalhar melhor, para que a gente possa mostrar ao público a importância de se acompanhar o trabalho jornalístico e os telejornais”. Afinal, conforme o jornalista:

[...] parece que o desafio já está posto e, a partir do momento que a gente tem o 5G se consolidando efetivamente, esse desafio se amplia porque há possibilidade, obviamente, de pessoas não profissionais terem mais capacidade de divulgar o que elas bem entendem. E aí entra o nosso papel, como jornalistas profissionais, de qualificar o conteúdo dentro da técnica jornalística, ouvindo as diversas versões e, obviamente, ampliando. (**J2**).

Para concretizar essas perspectivas, contudo, **J1** destaca que a profissão precisa, sim, acompanhar a transformação do mundo. Afinal, “se o 5G oferece soluções para grandes empresas, agronegócio, sistemas de monitoramento, o jornalismo tem obrigação de tirar o melhor desta tecnologia”. Assim sendo, ele sugere que os diretores de grandes grupos de comunicação aceitem os novos tempos e se adaptem ao cenário o mais rápido possível.

G1 também entende a necessidade de adaptações. Com isso, cita que “um importante desafio é a preparação de profissionais de jornalismo que tenham maior protagonismo ao longo de toda a cadeia de produção, pois a tecnologia vai permitir isso”. A demanda por investimento em novos equipamentos e sistemas que viabilizem o uso do 5G é igualmente destacado pelo gestor.

Deste modo, como salienta **E1**, a tendência é de que, cada vez mais, “enormes carros de transmissão, que antigamente se usavam para fazer os ao vivo, agora, via de regra, possam ser substituídos por kit

miniatura de celular com vários chips”. E isso ao mesmo tempo que, de acordo com **P2**, haverá “possibilidade de maior agilidade, por exemplo, no transporte de arquivos de vídeo, entre equipes em externa e emissoras, e mesmo entre público (audiência ativa) e emissora”.

Ao apresentar as perspectivas para o panorama jornalístico a partir da utilização da internet 5G no telejornalismo, entende-se que a nova tecnologia trará mudanças em dois principais pontos de atuação do setor: produção de materiais e criação e circulação de conteúdos.

O primeiro porque haverá mais participação da audiência no processo produtivo dos telejornais, já que a conectividade será um facilitador para tal. E isso exigirá um fortalecimento na checagem dos materiais recebidos dos cidadãos, e até mesmo um diferencial em relação aos demais agentes de informações, a fim de que seja mantido os cuidados éticos da profissão.

Já o segundo diz respeito à etapa final, ou seja, o que e como chega até o espectador. Com o 5G aplicado ao telejornalismo, vislumbra-se uma excessiva melhora na cobertura de acontecimentos, bem como na realização de transmissões ao vivo. Além disso, a expectativa é de que, ao fazer uso das múltiplas telas e da convergência midiática, a serem melhorados com a nova tecnologia, também possibilitará a entrega de conteúdos sob demanda, de acordo com o perfil de cada espectador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As produções jornalísticas televisivas ostentaram historicamente audiências substanciais e características intrínsecas definidoras. Não obstante, conscientes da eficácia do reino digital, cujo desenvolvimento exponencial ao longo da última década é incontestável, essas produções passaram a se renovar de modo a incorporar este ambiente e, de maneira preeminente, alavancar este espaço para a otimização dos serviços providos ao público. Por meio da utilização de conteúdos imersivos - capazes de direcionar os espectadores para os sítios eletrônicos das emissoras mediante a implementação de códigos QR, como exemplo paradigmático - e da disponibilização de edições noticiosas em plataformas on-line, o paradigma do telejornalismo transformou-se em uma abordagem jornalística destinada a múltiplos dispositivos, ajustando-se às tecnologias contemporâneas a fim de se preservar enquanto fonte fidedigna e inexaurível de informações para a coletividade.

Portanto, pode-se inferir que a indagação investigativa indica que a rotina produtiva do jornalismo televisivo gaúcho será reconfigurada pela implementação da Internet 5G, desencadeando uma maior necessidade de verificação dos conteúdos e impondo um ritmo produtivo mais acelerado, além de demandar profissionais com competências multifacetadas, dotados de amplo domínio das

ferramentas tecnológicas. Este ajuste visa fortalecer o jornalismo como um campo de validação e, até mesmo, viabilizar a oferta de conteúdo sob demanda e personalizado para o público. Cabe destacar que a Internet 5G também acarretará contribuições positivas em relação à cobertura e transmissões ao vivo, onde os repórteres, presentes no local, poderão informar os espectadores em tempo real. Este conceito deriva dos atributos proeminentes da nova tecnologia, que possibilitarão uma conectividade mais ágil e uma estabilidade de sinal aprimorada.

Outro aspecto digno de nota, conforme delineado pelas fontes entrevistadas, é o envolvimento do cidadão comum. Apesar da colaboração da audiência com as redações dos telejornais já estar manifesta no presente, por meio do encaminhamento de sugestões de pauta, imagens e vídeos, a tendência natural aponta para um nível ainda mais profundo de participação da audiência na produção dos conteúdos a serem veiculados. Por fim reforçar-se: em meio à celeridade da internet e à dinâmica dos conteúdos digitais, o jornalismo ético, de qualidade e eficaz torna-se cada vez mais crucial.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Anatel aprova o edital do leilão de 5G. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/assuntos/noticias/anatel-aprova-o-edital-do-leilao-de-5g>.
- BARROSO, Graciele. Transmídia no telejornalismo de emissoras públicas: estratégias adotadas nos telejornais Repórter Brasil Noite (TV Brasil) e Jornal Antares (TV Antares). Jornalismo em ambientes multiplataforma. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016.
- CÁDIMA, Francisco. Novas Convergências Digitais: Mídia, Humanidades e Artes. Revistas Novos Olhares, Vol. 4.1. 2015.
- CIRNE, Livia. De uma para muitas... mídias: uma abordagem da transmediação no telejornalismo. Revista Latino-Americana de Jornalismo - NCORA, 2016.
- DELEUZE, G. & Guattari, F. Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia (Vol.1). 1995. São Paulo: Editora34.
- DELEUZE, G. Foucault, São Paulo: Brasiliense, 2005.
- FARIAS, Guilherme Francisco de. 5G Redes de comunicações móveis de quinta geração: evolução, tecnologia, aplicações e mercado. Trabalho de conclusão de curso – Engenharia Elétrica, Universidade do sul de Santa Catarina. Palhoça. 2019.
- FECHINE, Yvana. Transmediação e cultura participativa: pensando as práticas textuais de agenciamento dos fãs de telenovelas brasileiras. Revista Contracampo. Rio de Janeiro, 2014.
- FINGER, Cristiane. O telejornalismo na hipertelevisão: os desafios dos produtores e dos receptores das notícias no mundo multitelas. In VIZEU, Alfredo; Mello, EDNA; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska. Telejornalismo em questão: análises, conceitos e desafios. Florianópolis: Insular. 2014.
- FREEMAN, R. Edward. Strategic Management: a stakeholder approach. Toronto: Pitman, 1984.
- FREITAS, Fabiana Rossi da Rocha. Dados e Hipertelevisão: reflexões iniciais. 2018.
- GRUSZYNSKI, A. Design editorial multiplataforma. In: Anais... XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2015.
- HOSSAIN, Saddam. 5G Wireless Communication Systems. American Journal of Engineering Research (AJER), Vol.2, 2013.
- KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. Psicol. Soc. vol.19 no.1 Porto Alegre Jan./Apr. 2007.
- LOPES, Daniele Vieira; BONISEM, Fabiano Mazzini. O Jornalismo na Era Digital: Impactos Percebidos por Repórteres e Editores. Espírito Santo, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2019/resumos/R68-0800-1.pdf>.
- MARCONDES FILHO, Ciro. Superciber: a civilização místico-tecnológica do século 21: sobrevivências e ações estratégicas. São Paulo: Paulus, 2009.

MAIA, Guilherme; OLEGÁRIO, Leandro. Os impactos do 5G no telejornalismo regional: uma proposta metodológica. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UFPB – 5 a 9/9/2022.

OLEGÁRIO, Leandro dos Santos. MAIS inovação, MAIS comunicação: Entenda por que esta tecnologia de telefonia é tão aguardada por especialistas, e como pode impactar na sociedade. Coletiva TNDNCS - Inovação + Comunicação. 2020. Disponível em:

<http://acervo.maven.com.br/pub/coletivanet/?numero=24&edicao=12612#page/>.

SILVA, Peterson de Santis; MACHADO Filho, Francisco. A TV híbrida como oportunidade de negócios para as emissoras regionais de televisão aberta no Brasil. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151195>.

SOUZA, Maurício Dias. Jornalismo e Cultura da Convergência: A Narrativa Transmídia na Cobertura do Cablegate nos Sites El País e Guardian. 2011. 251f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Santa Maria, 2011.

STRINGARI, Rosângela. Rotinas de Produção no Telejornalismo: práticas e discurso dos telejornais locais do meio-dia em Curitiba – um estudo comparativo e impacto do digital. 2020.

WORLD ECONOMIC FORUM. The Impact of 5G: Creating New Value across Industries and Society. Suíça, 2020. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_The_Impact_of_5G_Report.pdf.

Capítulo 4



10.37423/230808094

INDICE DE ÁREA FOLIAR DE PLANTAS DE GIRASSOL SUBMETIDOS A DIFERENTES DOSES DE ZINCO E FORMAS DE APLICAÇÃO

Tânia da Silva Siqueira

Mateus Ferreira Andrade

Damaris Daniele Barreto Melo

Naiza Izabela de Barros Santos Nogueira

Luzia Micaele Alves Barbosa

Arianne de Andrade da Silva

Maria Jucélia Pereira de Souza

Jéssica da Silva Xavier

Pedro Henrique da Silva Nascimento

Josimar Bento-Simplicio

Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada

Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada

Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada

Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada

Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada

Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada

Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada

Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada

Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada

Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada

Resumo: O girassol, assim como outras culturas, possui considerável demanda nutricional, hídrica e climática, especialmente no que se refere a produção ornamental, exigindo ainda, técnicas adequadas de condução e manejo. Elevadas produtividades do girassol são diretamente relacionadas com o suprimento adequado da demanda nutricional. O zinco está entre os micronutrientes mais requeridos para o pleno desenvolvimento da parte aérea da planta. Contudo, ainda são escassas informações a respeito do zinco nas plantas de girassol, especialmente no que diz respeito aos impactos na área foliar. Com isso, o referido trabalho objetivou avaliar a influência de crescentes doses de zinco e duas formas de aplicação sob as variáveis área foliar e índice de área foliar no girassol ornamental, variedade Sunrich Orange. O experimento foi conduzido no âmbito da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em sua Unidade Acadêmica de Serra Talhada, sob delineamento de blocos casualizados, em esquema fatorial 2 x 5, com quatro repetições. Os tratamentos corresponderam a duas formas de aplicação (no tratamento da semente e foliar) e 5 doses (0, 80, 160, 240 e 360 g.ha⁻¹) de zinco, totalizando 40 unidades experimentais. As crescentes doses de zinco atreladas as duas formas de aplicação (Tratamento da semente e via foliar), não apresentaram efeitos significativos sob as variáveis índice de área foliar e área foliar.

INTRODUÇÃO

O *Helianthus annuus* mais conhecido como Girassol, nome este que faz alusão a sua inflorescência, seguindo o movimento do sol, Pertence à família Asteraceae (CASRTRO et al.,2005). É detentora de grande potencial para aumento da produção no País, não só no que se refere a produção de grãos para alimentação animal ou humana, mas também, objetivando práticas adequadas de manejo do solo, matéria-prima para a produção de biocombustíveis ou uso como planta ornamental (CASRTRO et al.,2005).

O emprego do girassol como flor de corte vem alcançando êxitos no mercado da floricultura devido suas características como época de semeadura que pode ser ampla, adequando-se às exigências do setor e sua boa adaptação aos diferentes climas podendo tolerar temperaturas baixas e períodos de estresse hídrico (SOUZA, 2019).

O girassol, assim como outras culturas, possui considerável demanda nutricional, hídrica e climática, especialmente no que se refere a produção ornamental, exigindo ainda, técnicas adequadas de condução e manejo. Em geral o melhor momento de semeadura é aquele que permite satisfazer as exigências das plantas nas diferentes fases de desenvolvimento, reduzindo riscos do aparecimento de doenças, especialmente após o florescimento e assegurar uma boa produtividade além de possibilitar o planejamento para o corte e a utilização (CURTI, 2010).

A produção de girassol ornamental no âmbito brasileiro, é recente, razão pela qual há certa hesitação e desconhecimento por parte do produtor, principalmente no tocante ao manejo adequado no que se refere a adubação. Na região do nordeste essa produção ainda se encontra em estágios iniciais, visto que apesar do girassol representar mais uma opção para o semiárido nordestino, culturas não tradicionais encontram dificuldades de serem introduzidas no semiárido, em razão da preferência, pelo agricultor, do cultivo das variedades que lhes foram passadas hereditariamente (FREITAS, 2012).

Tendo em vista as questões referidas ao baixo histórico de lavouras de girassol no Nordeste brasileiro, sobretudo na região semiárida, é preciso adoção de práticas que explicitem a viabilidade econômica da produção para a localidade, a fim de intensificar e/ou expandir as áreas de produção. É isento de dúvidas que as questões nutricionais do solo estão diretamente ligadas a altas produtividades de diversas culturas agrícolas. A absorção dos nutrientes pelo girassol, de modo geral, é influenciada por diversos fatores, entre eles a capacidade de exploração do sistema radicular, as condições climáticas, as propriedades dos solos, a disponibilidade de água e nutrientes no solo e o manejo cultural (CASTRO

e OLIVEIRA, 2005). Ainda segundo o autor o zinco está entre os micronutrientes mais extraídos pela cultura, no que se refere ao desenvolvimento da parte aérea.

O zinco (Zn) tem função estrutural e funcional nas transformações pelas quais passam as substâncias que constituem o interior dos organismos vivos, como reações de síntese (anabolismo) e reações de desassimilação (catabolismo) que liberam energia (BARBOSA et al., 2009). Ainda segundo o autor o principal sintoma de deficiência é a redução do crescimento das folhas, com diminuição da atividade fotossintética.

Contudo, ainda são escassas informações a respeito do zinco nas plantas de girassol, especialmente no que diz respeito aos impactos no índice de área foliar. Com isso, o referido trabalho objetivou avaliar a influência de crescentes doses de zinco em duas formas de aplicação sob as variáveis área foliar e índice de área foliar no girassol ornamental, variedade Sunrich Orange.

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado nas dependências de cultivos agrícolas da Universidade Federal Rural de Pernambuco em sua Unidade Acadêmica de Serra talhada, localizada na mesorregião do Pajeú, estado de Pernambuco, com coordenadas geodésicas de 7°57'8.30"S latitude sul e de longitude 38°17'39.84"O Oeste e altitude de 429 metros.

O delineamento utilizado foi de blocos casualizados, em esquema fatorial 2 x 5, com quatro repetições. Os tratamentos corresponderam as duas formas de aplicação (no tratamento da sementes e via foliar) e 5 doses de zinco (0, 80, 160, 240 e 360 g.ha⁻¹), totalizando 40 unidades experimentais. Cada unidade experimental foi composta por 5 plantas.

A variedade utilizada foi Sunrich Orange, semeada no espaçamento 1x 0,20 m, totalizando 50.000 plantas por hectare. A adubação realizada seguiu as recomendações do manual de recomendação de adubação para o estado de Pernambuco. Sempre que necessário foi realizado o controle de pragas e ervas daninhas, através dos métodos químico e mecânico, respectivamente.

Para verificação dos objetivos propostos foram mensurados a área foliar e o índice de área foliar. No que diz respeito a obtenção da área foliar foi utilizado o fator de correção 0,67, com o auxílio da equação 1 abaixo, proposta por Almeida et al., (2011).

$$AF=(L*C)*0,67$$

Equação 1

Os resultados obtidos foram submetidos à análise de variância (ANOVA), pelo teste de F ($p < 0,05$) e comparadas pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade, através do software estatístico R versão 4.3.1.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na Figura 1 a seguir, observam-se os valores médios referentes a área foliar, onde não são observados efeitos significativos para os tratamentos avaliados.

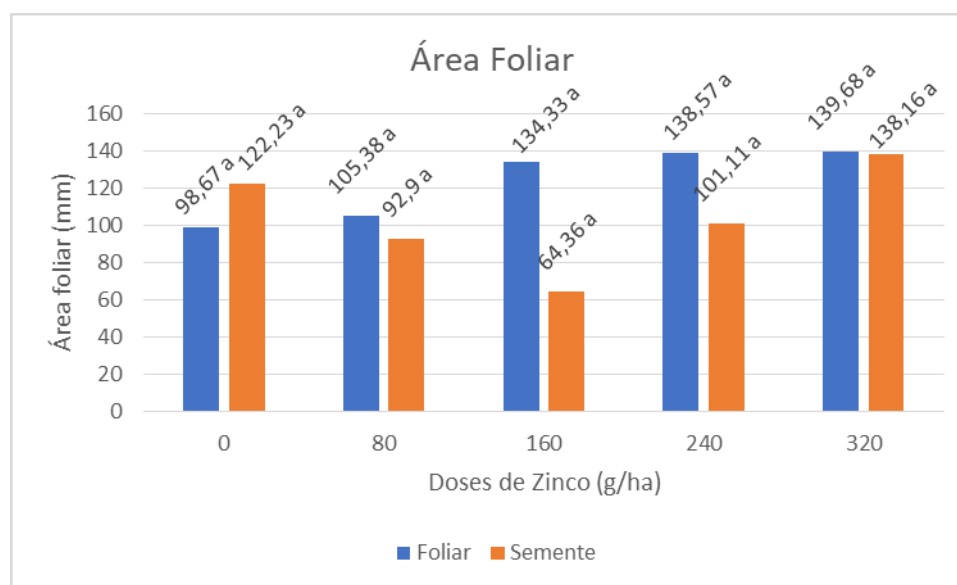


Figura 1: Valores médio de área foliar (mm) de plantas de girassol, em função de crescentes doses de zinco e duas formas de aplicação. Serra Talhada-PE. CV (%) = 27,46. Valores de $Pr > F_c$ para doses de Zinco, Formas de Aplicação e interação igual a 0,19, 0,40 e 0,37, respectivamente.

Embora não tenha sido observado efeito significativo das doses aplicadas, assim como das formas de aplicação, a máxima dose de zinco apresentou um incremento médio de 41,56 % em relação ao tratamento sem a aplicação de zinco, quando aplicado via foliar e de 13,03 % para a aplicação no tratamento das sementes. É possível que a ausência de efeito significativo nos tratamentos tenha sido mediante falhas na forma de aplicação, por exemplo, um bico com má regulagem do jato de saída da calda, aliado ao momento (hora do dia) inadequado, tenha contribuído para a baixa eficiência das plantas responderem aos tratamentos.

Na figura 2 a seguir, observam-se os valores médios correspondentes ao índice de área foliar, onde não foram observados efeitos significativos para os tratamentos avaliados, testando as dosagens e formas de aplicação de zinco.

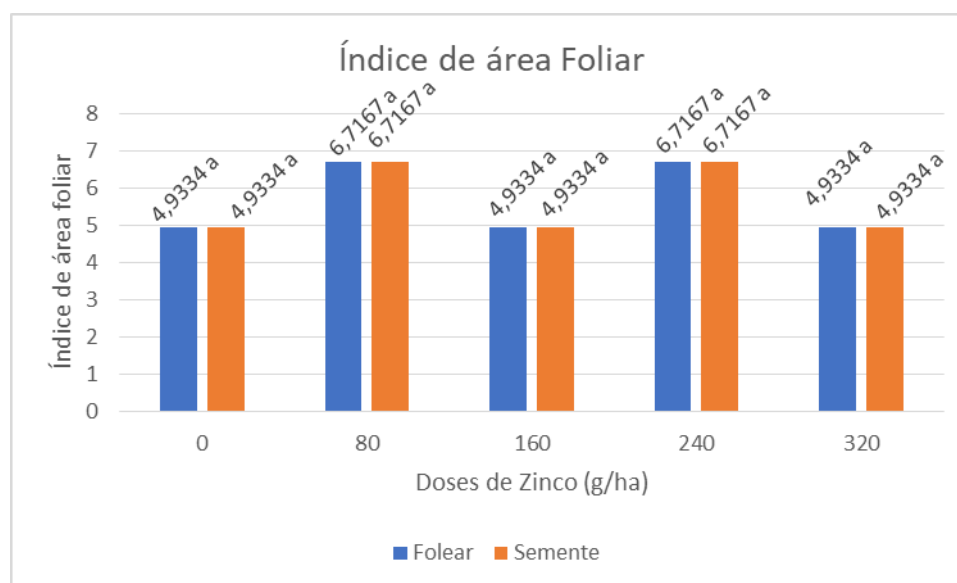


Figura 2: Valores médio de Índice de área foliar de plantas de girassol, em função de crescentes doses de zinco e duas formas de aplicação. Serra Talhada-PE. CV (%) = 27,46. Valores de $Pr > F_c$ para doses de Zinco, Formas de Aplicação e interação igual a 0,19, 0,40 e 0,37, respectivamente.

As doses de 80 a 240 g de zinco por hectare, apresentaram valores crescentes e em proximidade linear, sendo que a dose de 240g apresentou um incremento médio de 41,57 e 32,54 %, com relação a dose zero e a dose máxima aplicadas via foliar, respectivamente. A dose de 240 g.ha⁻¹ também apresentou-se como provedora do maior índice de área foliar quando aplicada via tratamento de semente. Natale et al., (2002) encontraram decréscimo na área foliar da cultura da goiaba, com relação a aplicação de elevadas doses de zinco. Neste contexto é importante se cercar dos mais diversos conhecimentos agrometeorológicos para entender a essência do comportamento das plantas. Ao trabalhar com doses de zinco na cultura da cana-de-açúcar, Farias et al., (2009) concluíram que não houve efeito das doses de Zn sobre os índices industriais da cana-de-açúcar.

4. CONCLUSÃO

As crescentes doses de zinco atreladas as duas formas de aplicação (Tratamento de sementes e via foliar), não apresentaram efeitos significativos sob as variáveis índice de área foliar e área foliar.

5. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. A., PEIXOTO, C., PASSOS, A., SANTOS, J., & PEIXOTO, V. (2011). Diferentes métodos para a determinação da área foliar em genótipos de girassol. *ENCICLOPEDIA BIOSFERA*, 7(13).
- BARBOSA, J. G.; BARBOSA, M. S.; MUNIZ, M. A.; GROSSI, J. A. S. Nutrição mineral e adubação de plantas ornamentais. *Informe Agropecuário*, v. 30, n. 24, p. 16-21, mar./abr. 2009.
- CASTRO, C. de; DE OLIVEIRA, F.A. Nutrição e adubação do girassol. EMBRAPA. 2005. Acesso em 15 de Agosto de 2023.
- CASTRO, C. de; FARIAS, J.R.B. de. *Ecofisiologia do girassol*. 2005. Disponível em: alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/468448/1/Capitulo-9.pdf. Acesso em 15 de Agosto de 2023.
- CURTI, G.L.. Caracterização de cultivares de girassol ornamental semeados em diferentes épocas no Oeste Catarinense. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- FARIAS, C. H. D. A., FERNANDES. P. D., G.H. R., & DANTAS.N. J. Qualidade industrial de cana-de-açúcar sob irrigação e adubação com zinco, em Tabuleiro Costeiro paraibano. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, v. 13, p. 419-428, 2009.
- FREITAS, G. A. Análise econômica da cultura do girassol no Nordeste. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/918> 2012.
- NATALE, W., PRADO, R. D. M., CORRÊA, M. C. D. M., SILVA, M. A. C. D., & PEREIRA, L. Resposta de mudas de goiabeira à aplicação de zinco. *Revista Brasileira de Fruticultura*, v. 24, p. 770-773, 2002.
- SOUSA, F.J.B.. Desenvolvimento do girassol ornamental (*Helianthus annuus* cultivar Anão de Jardim) em substrato com hidrogel irrigado com água salina. Dissertação de Mestrado. UFC. 2019.

Capítulo 5



10.37423/230808097

DESPATRIARCALIZAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS FEMININOS: CONTRIBUIÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Aline Rodrigues Maroneze

Unijuí

Rosângela Angelin

URI Santo Ângelo/RS



Resumo: O patriarcado tem sido uma forma de pensar, organizar e agir nas sociedades, subjugando, em especial, as mulheres. Apesar da atuação do patriarcado, a violência e a estereotipação dos corpos das mulheres na idade média – com sinais evidentes, ainda na contemporaneidade –, o presente estudo, por meio de um estudo hipotético dedutivo, acompanhado de uma hermenêutica feminista, lança como questionamento da pesquisa: Quais as contribuições dos movimentos feministas e da Constituição Federal de 1988 na despatriarcalização de estereótipos femininos? O estudo demonstrou as contribuições dos movimentos feministas e de mulheres, bem como da Constituição Federal de 1988 na despatriarcalização de estereótipos femininos. Os movimentos feministas e de mulheres, com sua atuação frente as denúncias, lutas, resistência e anúncio de que as mulheres também são humanas e, portanto, signatárias de direitos e garantias de cidadania. A Constituição Federal de 1988, com normas que revolucionam a sociedade, num evidente movimento de despatriarcalização de estereótipos femininos. Muito embora se tenha logrado avanços, é necessário que, junto a isso, as mudanças culturais acompanhem esse avanço.

Palavras-chave: Constituição Federal de 1988. Despatriarcalização. Estereótipos Femininos. Movimentos Feministas.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres.*

Rosa Luxemburgo

O corpo social sofreu grandes transformações com o passar das eras. E estas transformações ficam ainda mais visíveis quando se lança um olhar sobre as mulheres e a conquista de direitos de cidadania. A sociedade mudou e aos poucos as mulheres foram ganhando espaço e reconhecimento, por intermédio da ação de movimentos sociais. Contudo, o sistema econômico capitalista e o patriarcado ainda oprimem as mulheres, desmerecendo-as, humilhando-as e, estereotipando-as de muitas formas. Uma das formas mais coloquiais de estereotipação das mulheres que não se enquadram nos parâmetros patriarcais é denomina-las de “bruxas”, remetendo a história pregressa da caça às bruxas, na Idade Média, que exterminou um contingente elevado de mulheres e ditou um lugar de subcidadania para elas.

Apesar da atuação do patriarcado, a violência e a estereotipação dos corpos das mulheres na idade média – com sinais evidentes, ainda na contemporaneidade -, o presente estudo, por meio de um estudo hipotético dedutivo, acompanhado de uma hermenêutica feminista, lança como questionamento da pesquisa: Quais as contribuições dos movimentos feministas e da Constituição Federal de 1988 na despatriarcalização dos estereótipos femininos?

Para atender ao tema central da pesquisa, o estudo está estruturado em três seções, sendo que num primeiro momento, o texto se atém em investigar sobre a atuação do patriarcado na criação de estereótipos negativos relacionados às mulheres, para, na sequência, estudar sobre e como os Movimentos Feministas atuam na emancipação das mulheres e, conseqüentemente, na quebra de estereótipos negativos ligados à imagem da mulher. Finalmente, o texto se atém a lançar um olhar sobre as contribuições da Constituição Federal de 1988 na despatriarcalização dos estereótipos femininos e, conseqüente emancipação.

1 A ATUAÇÃO DO PATRIARCADO NA CRIAÇÃO DOS ESTERÍÓTIPOS NEGATIVOS RELACIONADOS ÀS MULHERES

Esta seção tem como objetivo refletir sobre o patriarcado e a sua relevância na construção dos estereótipos negativos atrelados à imagem da mulher, uma vez que ainda paira no imaginário popular, em especial, o arquétipo da bruxa má, feia e indisciplinada, figura esta que é constantemente

reforçada pelos contos infantis e pelas produções cinematográficas. Além disso, a caça às bruxas perdura na sociedade patriarcal atual, também sob a forma de condenação, demérito contra mulheres que afrontam as regras patriarcais, bem como pode ser vista como um fundamento para as violências que os corpos das mulheres vivenciam na atualidade.

Sylvia Walby (1990), é uma das autoras que acredita que o conceito de patriarcado é de suma importância para que possa ser analisada sobre a desigualdade de gênero. No livro, “Theorizing Patriarchy”, a autora apresenta um estudo sobre as seis estruturas patriarcais identificadas por ela, e por onde o patriarcado agiria, são elas: 1) o trabalho doméstico; 2) o trabalho e as desigualdades salariais e de funções; 3) o patriarcado nas instituições públicas; 4) violência masculina; 5) relações patriarcais no campo da sexualidade; e 6) relações patriarcais em instituições culturais (como igrejas, mídia e a reprodução dos estereótipos). Sobre isso, é importante esclarecer que estes campos se complementam e reforçam a reprodução da lógica patriarcal na tentativa de dominar as mulheres.

Sobre a questão da dominação masculina é imprescindível trazer os ensinamentos de Pierre Bourdieu (2005), quando ele afirma que para que possa ser compreendida a questão da condição das mulheres ao longo da história é necessário que se atente também para as instituições como a família, a Igreja, o Estado, a Escola, entre outros, conforme pondera o autor.

A pesquisa histórica não pode se limitar a descrever as transformações da condição das mulheres no decurso dos tempos, nem mesmo a relação entre os gêneros nas diferentes épocas; ela deve empenhar-se em estabelecer, para cada período, o estado do sistema de agentes e das instituições, Família, Igreja, Estado, Escola etc., que, com pesos e medidas diversas em diferentes momentos, contribuíram para arrancar da História, mais ou menos completamente, as relações de dominação masculina. (Bourdieu, 2005, p. 101).

No patriarcado também acaba por haver “a divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras), segundo a oposição entre o masculino e o feminino, recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas.” (BOURDIEU, 2005, p. 16). Para Bourdieu (2005), o patriarcado acaba por definir os papéis sociais que cabem aos homens e os que cabem às mulheres, assim como é definida a forma de se comportar, vestir e falar, sendo que determinados costumes e roupas são de homens e somente destes, e outras são exclusivas das mulheres. Esta diferenciação acaba, de maneira inconsciente, naturalizando inclusive violências.

Heleith Iara Bongiovani Saffioti (2005), afirma que no patriarcado as mulheres são tidas como objetos de conteúdo sexual para os homens, não passando de meras geradoras de outras vidas, e objetos sexuais para satisfação dos homens:

as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também enquanto grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Esta soma de dominação com exploração é aqui entendida como opressão. Ou melhor, como não se trata de fenômeno quantitativo, mas qualitativo, ser explorada e dominada significa uma realidade nova. (Saffioti, 2005, p. 42).

Nesse sentido, sobre o que vem a ser o patriarcado, Saffioti (2005) aponta uma definição, ao afirmar que o patriarcado se parece com uma máquina que funciona sem parar, quase que de forma automática, ao afirmar isso a autora busca igualar percepções, muito embora o patriarcado se transforme a depender do lugar e da cultura, ganhando mais ou menos força. Segue a autora ponderando:

Patriarcado exprime, de uma só vez, o que é expresso nos outros termos, além de trazer estampada, de forma muito clara, a força da instituição, ou seja, de uma máquina bem azeitada que opera sem cessar e, abrindo mão de muito rigor, quase automaticamente. (Saffioti, 2005, p. 38).

Ainda, sobre a estrutura do patriarcado, Heidi Hartmann (1994) denuncia a existência de uma solidariedade masculina em favor da dominação e opressão das mulheres:

Entiendo por patriarcado un conjunto de relaciones sociales que tiene una base material y en el cual hay relaciones jerárquicas entre los hombres y una solidaridad entre ellos, que les permiten controlar a las mujeres. El patriarcado es por lo tanto el sistema de opresión de las mujeres por los hombres. (Hartmann, 1994, p. 256).

É necessário dizer que, segundo o entendimento de muitas autoras feministas o patriarcado e o capitalismo tem uma relação de muita proximidade, já que foi justamente o surgimento do sistema patriarcal que consolidou o capitalismo. Esta afirmação se comprova a partir dos ensinamentos da economista e feminista Heidi Hartmann (1994), que afirma que essa lógica de dominação masculina pode ser explicada a partir da divisão sexual do trabalho, onde os homens experientes e com bons salários, seriam substituídos por mulheres com remuneração reduzida e carga excessiva de trabalho, ainda acrescenta que o capitalismo acabou por se sobressair ao patriarcado, conforme segue:

Los capitalistas heredaron la segregación de los empleos por sexos, pero muy a menudo han podido utilizarla en beneficio propio. Si pueden sustituir a hombres de experiencia por mujeres menos pagadas, mucho mejor; si pueden debilitar a los trabajadores amenazando con hacerlo, también les conviene; y en todo caso, se pueden utilizar esas diferencias de status para gratificar a los hombres y comprar su apoyo al capitalismo con beneficios patriarcales,

también está bien [...]. El capitalismo creció sobre el patriarcado. (Hartmann, 1994, p. 289-290).

Dessa forma, enquanto perdurar a lógica do capitalismo, a igualdade das mulheres frente aos homens será um sonho distante e utópico, porque o capital tende a acentuar a lógica opressiva presente no patriarcado, conforme afirma Istvan Mészáros (2002):

Sob o domínio do capital em qualquer de suas variedades - e não apenas hoje, mas enquanto os imperativos desse sistema continuar a determinar as formas e os limites da reprodução sociometabólica - a 'igualdade de mulheres' não passa de simples falsa admissão. (Mészáros, 2002, p. 301).

Para que pudesse se firmar enquanto sistema econômico, “o capitalismo precisou destruir: a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher obeah que envenenava a comida do senhor e incitava os escravos a se rebelarem” (Federici, 2017, p. 14).

Dentro desse contexto do patriarcado capitalistas da atualidade se faz importante lançar um olhar de aproximação entre quem eram as bruxas do medievo e que são as bruxas hoje. Pode-se perceber que as ditas bruxas do período medieval eram, em sua maioria mulheres fortes, independentes e que, de alguma forma contrariavam, não se adequavam ou resistiam às normas impostas, comprometendo o ideal de poder, tanto da Igreja, quanto do próprio Estado. Por isso todas aquelas mulheres que ameaçassem este ideal deveriam ser caçadas, torturadas, condenadas e queimadas nas fogueiras, num ato que tinha, no fundo, um cunho pedagógico para as demais mulheres.

A imagem da bruxa, criada pela Igreja e pelo patriarcado representa as mulheres que o capitalismo anseia aniquilar, para que, assim, possa se firmar enquanto sistema econômico, estas tais bruxas eram: “a herege, a curandeira, a esposa desobediente.” (Federici, 2017, p. 22). Portanto todas as mulheres que não estivessem alinhadas aos preceitos cristãos impostos pela Igreja, corriam o risco de serem torturadas ou mortas pelos Tribunais da Inquisição. A ideia concebida sobre as mulheres consideradas bruxas era baseada na imagem feia e desagradável, algumas eram anciãs ou possuíam alguma deficiência física, mas também poderiam ser as mulheres muito bonitas, que despertassem desejo sexual nos padres ou nos homens comprometidos, já que se entendiam que as mulheres enfeitiçariam os homens através da beleza (Federici, 2017).

O estereótipo da “bruxa” construído pela Igreja Católica durante a Inquisição repercute até os dias de hoje, e isso pode ser percebido através da imagem da bruxa que é veiculada nos desenhos infantis e nas histórias contadas às crianças. A maldade e a magia geralmente estão ligadas à figura da bruxa, que também vem atrelada ao feio e ao repugnante. Toda essa construção negativa da figura da mulher

como bruxa, repercute no cotidiano das mulheres que não se adequam ao status quo, ou seja, que não seguem os papéis de gênero esperados para ela, gerando desvalorização e demérito.

Tais posicionamentos são responsáveis pela naturalização de violências, já que a mulher raramente é considerada vítima, mas sim culpada por toda e qualquer violência que sofre. Buscando aprofundar os processos de resistência das mulheres diante de tantas violências, a próxima seção do capítulo ocupa-se com uma breve retomada das contribuições dos movimentos feministas para a emancipação das mulheres e a desconstrução de estereótipos.

2 A CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS PARA A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES E O RECONHECIMENTO DE DIREITOS

Esta parte da investigação tem como objetivo estudar sobre os movimentos feministas e como sua mobilização emancipa as mulheres e ressignifica estereótipos, inclusive, o das bruxas. Para isso, a pesquisa tem como ponto de partida o estudo sobre os movimentos feministas, já que eles são movimentos sociais bastante amplos e diversificados, ao passo que existem muitos debates teóricos e políticos ao seu entorno, tendo esses movimentos surgido como movimentos de luta coletiva, depois da metade do século XX. Assim, os movimentos feministas surgem como uma forma de buscar a mudança da lógica de opressão destinada às mulheres e reproduzida pelo patriarcado. Então, essas mobilizações surgem quando as mulheres se (re)conhecem como oprimidas e buscam uma alternativa equitativa às relações de gênero (Fougeyrollas-Shwebel, 2009).

Os movimentos feministas surgem baseados nos princípios dos direitos humanos universais e da igualdade, ao passo que as mulheres percebem a relação desigual entre homens e mulheres. O feminismo nasce em meio à afirmação dos princípios universais de igualdade, ou seja, na conceituação dos direitos humanos universais, e a realidade de uma divisão desigual de poderes entre homens e mulheres. (Fougeyrollas-Shwebel, 2009).

Embora existam muitas vertentes estudiosas do feminismo, acredita-se ser importante dar destaque ao feminismo socialista, já que ele entende ser necessária uma unidade entre homens e mulheres, onde ambos devem buscar o fim do “patriarcado capitalista”, pois ele não traz prejuízos apenas para as mulheres, já que essa desigualdade também está baseada na luta de classes. Nesse sentido, pondera Haraway:

Se o capitalismo e o patriarcado são um sistema único, chamado patriarcado capitalista, então a luta contra a opressão de classe e de gênero deve ser unificada. A luta é obrigação de homens e mulheres embora a organização

autônoma das mulheres permanecesse como uma necessidade prática (Haraway, 2004, p. 229).

De forma geral, o feminismo tem como objetivo a busca por igualdade, respeitando as diferenças, visão essa onde o indivíduo, independente de gênero, não tenha que submeter-se a lógica das relações hierarquizadas. Nesse sentido, as ideias feministas buscam romper com padrões estereotipados e hierarquizados dos sexos:

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades „femininas“ ou „masculinas“ sejam atributos do ser humano em sua globalidade (Alves; Pitanguy, 2003, p. 9).

Por conta do patriarcado, operar-se na sociedade uma distribuição desigual de poderes entre homens e mulheres, o que resulta em violências e discriminações sociais e institucionais até os dias atuais. Gerda Lerner (2019), pondera sobre a lógica da coisificação da mulher no patriarcado:

Mulheres eram objeto de venda ou troca no mercado de casamentos para o benefício de suas famílias; mais tarde, elas eram conquistadas ou compradas como escravas, onde seus serviços sexuais eram parte de seu trabalho, e suas crianças eram propriedade de seus mestres. Em todas as sociedades conhecidas a mulher era a primeira a ser escravizada entre os povos conquistados, enquanto os homens eram mortos. (Lerner, 2019, p. 212-213).

Importante destacar que os movimentos feministas são amplos e diversificados, e devido a sua grandiosidade eles abrange diversos tipos de movimentos de mulheres, como o feminismo burguês, o feminismo radical, das mulheres socialistas, mulheres lésbicas, negras, enfim, uma enorme gama de concentração de mulheres lutando por seus direitos, por igualdade, cidadania e emancipação, visto que as pautas que dizem respeito às mulheres são muitas e se diferenciam a depender de quais mulheres estamos falando (Fougeyrollas-Shwebel, 2009).

Os movimentos feministas surgem para questionar e apontar a disparidade entre homens e mulheres, buscando através da conquista de direitos e do reconhecimento da mulher enquanto sujeita, a equidade entre os gêneros e a emancipação feminina. Nesse sentido, Rosângela Angelin e Noli Bernardo Hahn (2019) dividem os movimentos feministas do Ocidente em três períodos distintos. O primeiro período inicia-se no século XVIII e início do século XX, onde os movimentos feministas surgem com a Revolução Francesa e questionam a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que excluiu as mulheres como sujeitas detentoras de direitos políticos. Então, como forma de protestar e buscar por reconhecimento Olympe de Gouges, escreve a Declaração da Mulher e da Cidadã, mas isso custou sua vida, uma vez que acabou sendo morta pelo Estado em sinal de repressão pela afronta.

Estes movimentos também questionam os estereótipos convencionais reproduzidos pelo patriarcado.

Assim, Riane Eisler (2007) vai afirmar sobre os movimentos de mulheres do século XIX:

não só desafiou os estereótipos convencionais de dominância masculina e submissão feminina; pela primeira vez na história escrita, ofereceu também um inédito e importante desafio frontal ao sistema vigente, atingindo em cheio seu cerne ideológico. [...] Isto porque, além de desafiar a tradicional dominação de homens sobre mulheres, questionou também o mais fundamental dos valores de nosso sistema, segundo o qual traços como ternura, compaixão e pacifismo são considerados femininos e, portanto, totalmente inadequados para homens verdadeiramente “masculinos” – e para a governança social. (Eisler, 2007, p. 210).

Já o segundo período dos movimentos feministas ocorreu entre os anos de 1960 e 1980 e dizem respeito “a valores voltados à problemática da diferença, aos costumes culturais em relação às mulheres, em especial, aspectos votados à sua sexualidade, à violência contra elas e, também, ao mercado de trabalho.” Por fim, a terceira fase “iniciou-se após a década de 1990, frente à ampliação no debate envolvendo a sexualidade feminina e a libertação sexual, buscando ampliar direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres.” (Angelin; Hahn, 2019, p. 95).

As conquistas dos movimentos feministas são muitas, contudo, apesar disso, um grande número de mulheres ainda vive uma vida restrita, que ainda é definida pelos homens, mas a mudança também precisa acontecer dentro de cada uma, para que, enfim, possa ser alcançada a emancipação do sexo feminino, conforme pondera Touraine:

A libertação das mulheres não seria completa se não as libertasse de toda referência ao seu ser próprio, à sua natureza ou à sua “psicologia”. A construção de si pelas mulheres é fundada sobre o aquilo que resiste à sua identidade social, isto é, sobre uma natureza que não se reduz a uma cultura ou a uma organização social. É assim que as mulheres vão se erguendo até chegar à afirmação da singularidade e à liberdade de escolher sua própria vida, definida pela oposição a toda definição imposta de fora (Touraine, 2007, p. 47).

Touraine (2007) afirma que a lógica da opressão/submissão presente no patriarcado foi algo culturalmente aprendido ao longo de muitos anos, sendo que a igreja, a escola, a família e as instituições tem muita contribuição para a formação desta cultura. Confirmando o que foi dito acima, Riane Eisler (2007, p. 240), vai afirmar que a relação entre o que é dominado e o que está dominando: “é internalizado desde o nascimento por todas as crianças que crescem numa família tradicional de dominância masculina”. Aqui, chama-se a atenção, mais uma vez, para a importância da atuação da família no reforço e perpetuação do patriarcado na sociedade, e também na mudança deste padrão.

Simone de Beauvoir (1967, p. 9), por sua vez, afirma que, “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade.” Sobre o modo de agir das mulheres e a pretensa “passividade” feminina, pondera a autora:

Assim, a passividade que caracterizará essencialmente a mulher "feminina" é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade (Beauvoir, 1967, p. 21).

Por fim, diante de tudo o que fora visto até aqui, percebe-se a importância e a relevância dos movimentos feministas no cenário social, onde através de sua mobilização conquistou uma série de direitos às mulheres, garantindo um reconhecimento igualitário para as mulheres e, resgatando a ideia das bruxas como mulheres subversivas que enfrentavam a igreja e o Estado em nome de suas convicções e de garantia de uma vida boa para todas e todos (Angelin, 2005).

Desta forma, percebe-se que os movimentos feministas trazem às mulheres reconhecimento, esperança, cidadania e emancipação social, garantindo a possibilidade, do exercício uma vida com dignidade e autonomia. Disso também vai depender a mudança cultural voltada para a desconstrução do patriarcado que atinge toda a sociedade. Dando sequência, a última seção dessa pesquisa busca lançar um olhar para a contribuição da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito a despatriarcalização dos estereótipos femininos no contexto social.

3 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E DIREITOS DAS MULHERES: UMA ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO LEGAL NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTERÉOTIPOS PRECONCEITUOSOS E NA EMANCIPAÇÃO FEMININA

Nesta seção busca-se tecer apontamentos sobre a Constituição Federal de 1988, e sua contribuição na desconstrução de estereótipos negativos criados pelo patriarcado e dirigidos às mulheres como forma de desmerecê-las e desqualificá-las, corroborando para a subcidadania. Contudo, antes de se adentrar ao debate acerca das contribuições da Constituição Federal de 1988 nesse processo de emancipação das mulheres, é importante se ter presente a forma como as mulheres eram reconhecidas no decorrer da história, para então, poder-se mensurar os avanços trazidos pela carta constitucional.

Por um longo período da história as mulheres foram desvalorizadas, desprezadas e diminuídas frente ao contexto da vida privada, assim como da vida pública. Elas não tinham lugar nos espaços e nas instituições públicas, tampouco na política. Seu lugar estava reservado ao âmbito doméstico, no

cuidado do lar e da família. Sobre a inferioridade com que a mulher era tratada, traz-se a obra de Aristóteles (1991, p. 29), chamada “A Política”, onde o autor remonta a ideia da superioridade do homem sobre a mulher, ao ponderar que, “Em todas as espécies, o macho é evidentemente superior à fêmea: a espécie humana não é exceção. [...] a força de um homem consiste em se impor, a de uma mulher, em vencer a dificuldade de obedecer.” (Aristóteles, 1991, p. 31).

Sobre a questão da inferioridade feminina, reafirmada pela sociedade e pelo Estado, Hanna Arendt (1989), esclarece que às mulheres estavam destinadas à esfera privada, onde eram as únicas responsáveis pelo cuidado da família, da casa, pela educação dos filhos. Já aos homens correspondia o papel de provedores do lar e o espaço na política. Este espaço era destinado apenas aos homens, já que às mulheres sequer podiam opinar sobre assuntos simples, tampouco assuntos envolvendo a polis:

O que distinguia a esfera familiar era que nela os homens viviam juntos por serem compelidos por suas necessidades e carências [...]. A comunidade do lar decorria da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar [...]. A esfera da polis, ao contrário, era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da família constituía a condição natural para a liberdade na polis. (Arendt, 1989, p. 40).

As breves ponderações, acima, demonstram a concepção das mulheres no período da Grécia clássica que foram sofrendo transformações no sentido de uma adequação do patriarcado, ideias essas que perduram no imaginário e nas próprias legislações do cenário contemporâneo, como pode ser visto no Brasil que, até 2002 tinha um Código Civil que considerava a mulher relativamente capaz, criando um estereótipo de fragilidade e debilidade perante as coisas do Estado. Por sua vez, o Código Penal, até pouco tempo, se pautava na análise do que seria uma mulher honesta, a partir de estereótipos envoltos de características ainda medievais.

Assim, com as mobilizações dos movimentos feministas e de mulheres no processo da Constituinte, que gerou a Constituição Federal de 1988¹, muitas demandas das mulheres foram acolhidas no berço do regime democrático republicano que estava sendo gestado. Conforme preceituado no art. 1º, *caput*, da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil é constituída em Estado Democrático de Direito, tendo como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. (Brasil, 1988).

Como pode ser perceber pelo artigo que inaugura o arcabouço legal da Constituição Federal de 1988, não há qualquer menção a diferenças entre homens e mulheres, pelo contrário, é dado destaque aos

fundamentos constitucionais que regerão o país, como por exemplo a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Portanto, homens e mulheres são cidadãos e cidadãs, e gozam de cidadania e dignidade, o que vai ser confirmado no *caput* do art. 5º, que elenca a igualdade de todos e todas perante a lei, bem como a garantia da vida, da liberdade, da igualdade, segurança e propriedade, os quais são chamados de direitos fundamentais individuais, dando-se um destaque para o inciso I desse artigo:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; [...]. (Brasil, 1988).

Ainda no art. 5º, destaca-se o inciso XVIII que versa sobre a licença maternidade à mulher trabalhadora, que terá direito ao afastamento do trabalho por cento e vinte dias sem que este afastamento lhe cause demissão ou perda/desconto no salário: “licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.” (Brasil, 1988). Não menos importante é o art. 3º, da Constituição Federal de 1988, que apresenta as metas do Estado brasileiro e consagra, no inciso IV do texto constitucional a prerrogativa e o compromisso do Estado em promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação: “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (Brasil, 1988).

O inciso acima citado denota o princípio da diferença e da diversidade, deixando evidente os esforços do estado em despatriarcalizar os estereótipos femininos que geram opressão. Seguindo o rol de conquistas dos movimentos feministas e de mulheres, merece destaque o art. 7º que, historicamente foi o marco inaugural do reconhecimento das mulheres camponesas como trabalhadoras e, por conseguinte, merecedora, por direito, de benefícios trabalhista e previdenciários que historicamente lhe foram negados. Além disso, proíbe a diferenciação salarial entre homens e mulheres. (Brasil, 1988).

Dando sequência ao rol de conquistas das mulheres na busca da despatriarcalização das relações vigentes, traz-se à baila o art. 183, § 1º da Constituição Federal de 1988², que versa sobre usucapião, que pode ser conferido tanto ao homem quanto à mulher, ou a ambos, independente do estado civil, para que a mulher possa adquirir o título de domínio da propriedade urbana não há a exigência de

que seja casada. (Brasil, 1988). Não se pode olvidar que, em muitos momentos da história brasileira, a mulher precisou da anuência e da autorização do marido para que pudesse realizar atos da vida civil.

Já o artigo 189 do texto constitucional, traz a mesma garantia à mulher no que se refere à concessão de domínio à mulher, sem que haja a necessidade de casamento, só que neste caso, trata-se da distribuição de imóveis rurais, pela reforma agrária:

Art 189 Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei (Brasil, 1988).

O artigo 201 da Constituição Federal de 1988 garante o direito à pensão por morte para a mulher, que tenha casado ou que tenha uma união estável: “V - pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, obedecido o disposto no § 5 e no art. 202” (Brasil, 1988). Já o art. 226, § 5 vem emancipar a mulher do dever de manter o casamento, o que durante muito tempo foi obrigação apenas da mulher, sendo que ela se encontrava em desvantagem com relação ao matrimônio. Contudo, o referido artigo liberta a mulher deste dever, quando afirma que, “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.” (Brasil, 1988)

Quando a Constituição Federal proclama que homens e mulheres possuem o mesmo dever legal sobre o casamento, está garantindo à mulher o direito à igualdade perante o marido, já que nem sempre foi desta maneira, uma vez que historicamente, os homens gozaram de privilégios, enquanto a mulher era vítima de desigualdades, preconceitos e violências dentro da sua própria família.

Após realizar essa breve retomada da atuação dos movimentos feministas e de mulheres na gestão da Constituição Federal de 1988 e, das conseqüentes contribuições para a despatriarcalização de estereótipos femininos, é importante se ter presente que, dessas normativas constitucionais, muitas legislações e políticas públicas foram criadas dentro do contexto brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a breve pesquisa que teve como escopo refletir sobre as contribuições dos movimentos feministas e da Constituição Federal de 1988 na despatriarcalização dos estereótipos femininos, percebe-se que a atuação dos movimentos feministas, como movimentos de denúncia, lutas,

resistência e anúncio de que as mulheres também são humanas e, portanto, signatárias de direitos e garantias de cidadania, foram decisivos e importantes.

A atuação dos movimentos feministas e de mulheres perpassou as ruas e, culminou em direitos e garantias apregoados na Constituição Federal de 1988, a qual tem contribuído para a emancipação das mulheres, ao dar visibilidade à mulher em muitos dispositivos legais ao longo do texto constitucional, como pode ser visto nesta pesquisa e, com isso, refletir seus preceitos principiológicos para todo o ordenamento jurídico.

Contudo, isto ainda é insuficiente, já que a positivação dos direitos não garante a real efetividade. No entanto, é um avanço muito importante, levando-se em consideração que se vive em uma sociedade patriarcal, que ainda julga e estereotipa a mulher no sentido de desqualificá-la e desvalorizá-la, assim como foi feito com as bruxas do medievo, inclusive, no sentido das mais variadas violências. Como pode ser percebido, a Constituição Federal de 1988, logrou emancipar as mulheres em muitos sentidos: individual, social, político e civil. O princípio da igualdade isonômica talvez seja um dos avanços mais importantes, porque em muitos momentos, a mulher foi considerada inferior ao homem, e este princípio atua como forma de desconstruir a pretensa inferioridade que o patriarcado insiste em reafirmar.

Assim, a Constituição Federal de 1988 e os movimentos feministas despatriarcalizam a sociedade ao reafirmar que não existe superioridade ou inferioridade entre as pessoas, ao passo que todas e todos são seres humanos e humanas. Ao mesmo tempo que atua na despatriarcalização da sociedade a Carta Magna também ressignifica estereótipos negativos dados à mulher, uma vez que também veda o preconceito e a discriminação entre os gêneros. Contudo, também fica evidente ao longo da pesquisa, que a perseguição às mulheres e a repercussão de estereótipos negativos, ainda permanece bem vivos na sociedade e no imaginário popular, uma vez que a bruxa continua sendo vista como uma mulher desobediente, transgressora de regras e indisciplinada. Por outro lado, os movimentos feministas tem ressignificado a figura das “bruxas”, como mulheres fortes, resistente, lutadoras e emancipadas que, foram perseguidas justo por serem emancipadas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. O que é Feminismo. 8. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2003.
- ANGELIN, Rosângela. A “caça às bruxas”: uma interpretação feminista. Revista Espaço Acadêmico n° 53. Outubro de 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/053/53angelin.htm>. Acesso em: 29 set. 2021.
- ANGELIN, Rosângela; HAHN, Noli Bernardo. Movimentos Feministas e a Vida das Mulheres: (re)construindo possibilidades emancipatórias. Curitiba: Editora CRV, 2019.
- ARENDT, Hannah. A condição Humana. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- ARISTÓTELES. A Política. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo. Martins Fontes.1991.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Vade Mecum. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- EISLER, Riane. O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro. São Paulo: Palas Athena, 2007.
- FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena et al. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 144-149.
- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos Pagu, n. 22, pp. 201-246. 2004.
- HARTMANN, Heidi. Capitalismo, patriarcado y segregación de los empleos por sexos. In: BORUERIAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; ALEMANY, Carmem (comp.). Las mujeres y El trabajo: rupturas conceptuales. Barcelona: Icaria: Fuhem, D.L. 1994 (economía crítica, 11).
- LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.
- MÉZÁROS, Istvan. Para além do capital. Tradução de Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial; Editora da UNICAMP, 2002.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero e Patriarcado. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Sueli de. Marcadas a Ferro. Violência contra a Mulher. Uma Visão Multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 35-76.
- TOURAINÉ, Alain. O mundo das mulheres. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- WALBY, Sylvia. Theorizing Patriarchy. Oxford: Basil Blackwell Ltd, 1990.

Capítulo 6



10.37423/230808112

À MARGEM DA LINHA: DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO CRIMINALIZADO AO DEBATE DO DIREITO À CIDADE.

Beatriz Mateus Pereira

ISJB – Centro Juvenil São Pedro

Marcelo de Sousa Inácio

ISJB- Centro Juvenil São Pedro

Renato Gonçalves dos Santos

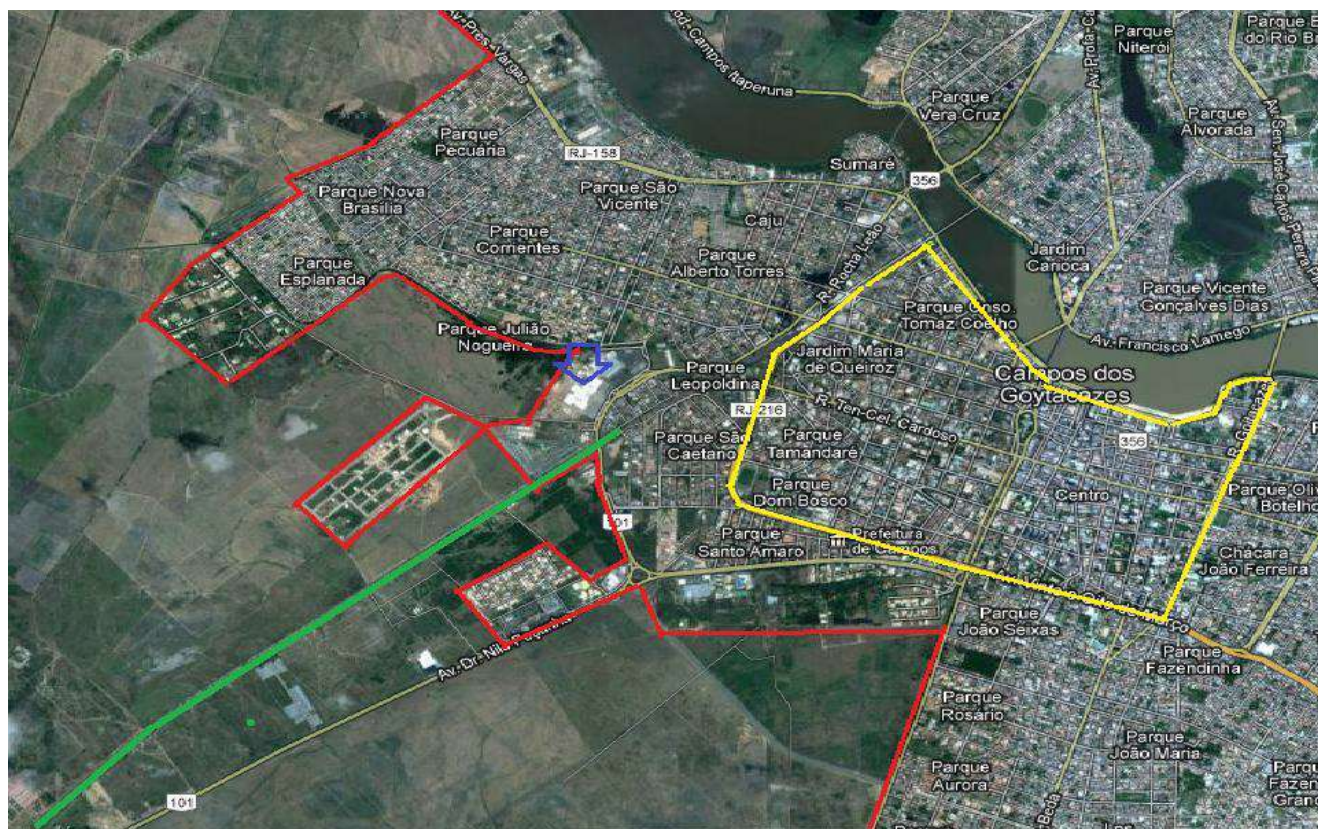
ISJB- Centro Juvenil São Pedro



Este artigo contextualiza a dinâmica de produção socioespacial da Favela da Margem da Linha do Rio, situada em Campos dos Goytacazes, onde, num viés de consolidação de cidadania e da função social da cidade, vem sendo desenvolvido o Projeto “Mobilização pela Defesa e Garantia de Direitos” pela equipe do Centro Juvenil São Pedro, bem como aborda a luta pela efetivação de direitos dos moradores, especialmente diante de violências institucionais que são perpetradas cotidianamente, sobretudo, considerando as formulações de Andreino Campos, Raquel Rolnik, Mendes e Gomes.

A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DA FAVELA DA MARGEM DA LINHA DO RIO

A favela da Margem da Linha do Rio localiza-se às margens da linha férrea, da antiga Rede Ferroviária Federal, por onde circulava o trem de carga que fazia a ligação entre Campos dos Goytacazes e Rio de Janeiro, cruzando terras pertencentes à antiga Usina do Queimado. A favela está demarcada pela BR 101 e o Canal Cacomanga.



Indicação da localização do Boulevard Shopping (em azul) em perspectiva ao vazio urbano das Terras da Usina do Queimado (em vermelho). Em amarelo, a área central urbana e região da Pelinca, concentradoras de investimentos. Em verde, localização da Favela da Margem da Linha (Adaptado pelos autores).

Fonte: Google Earth. Adaptado por Faria e Gomes (2012).

Gomes (2013) afirma que na década de 1970 parcelas da antiga Usina do Queimado eram ocupadas pela família proprietária e pelos moradores da vila operária existentes no entorno da usina. A senhora Alexandrina, moradora da Favela da Margem da Linha, atualmente com 75 anos de idade, foi entrevistada pela equipe da ISJB – Centro Juvenil São Pedro¹ e nos confirmou essa informação. Nos relatou que viveu com seus pais na extinta vila operária e que se mudou para a área onde se constitui a favela após um desastre com a antiga casa da família. O material utilizado na construção da residência na favela foi aquele restante da casa desabada na vila de operários.

Ainda, segundo dados dessa entrevista com a senhora Alexandrina é possível identificar inúmeras mudanças pelas quais passou a área, que a época da ocupação contava com um pequeno grupo de moradores, rua de terra batida onde qualquer chuva produzia muita lama, sem serviços públicos como iluminação e água potável. As casas eram abastecidas com água do poço e muitas famílias buscavam água numa bica. Essa informação de Alexandrina é confirmada por Sandra e Cristiane também residentes na Favela há mais de 30 anos.

Essa área onde se constitui a Favela da Margem da Linha do Rio ocupada inicialmente por moradores da antiga vila operária passou a receber outros moradores que se mudaram de outras cidades do estado do RJ, ES e MG para ficarem mais próximos a suas famílias. Segundo Gomes (2013) mais de 50%² dos moradores residem na favela a mais de 20 anos.

A Favela é composta, segundo dados do IBGE (2010), por 2196 pessoas, sendo 1112 homens e 1084 mulheres, destes 45,30% são crianças e adolescentes, enquanto 6,01% são idosos, ou seja, uma área ocupada por sujeitos prioritários na execução de políticas públicas. As famílias se configuram por ser extensas e isso pode-se ver nos resultados na pesquisa por GOMES (2013), mas também nos dados de atendimentos registrados na própria unidade da ISJB, o Centro Juvenil São Pedro.

É importante destacar que a família é o lugar onde as relações fundamentadas na diferença entre os sexos, a filiação, na aliança e na coabitação se entrecruzam (FREITAS, BRAGA, BARROS, 2010). Neste sentido, o lugar da (habitação) onde esta família se torna relevante, não apenas no que se refere às condições de infraestrutura, mas também por permitir determinadas relações de vizinhança e, conseqüentemente de sociabilidade. Em especial nas famílias mais pobres, a relação de vizinhança garante a sobrevivência e o cuidado com os membros mais fragilizados (crianças, adolescentes e idosos). (GOMES, 2013, p.29).

As famílias residentes na Favela da Margem da Linha, considerados os dados da pesquisa da UFF e do estudo socioeconômico³ realizado pelo Centro Juvenil São Pedro, contam majoritariamente com benefícios sociais como Bolsa Família, Renda Mínima e Cheque Cidadão para composição de sua renda.

O Centro Juvenil São Pedro através de sua ação de apoio às famílias, dispõe, na condição de benefício eventual de cestas básicas para famílias que tenham perfil para inclusão nos programas de transferência de renda mencionados acima, mas que por alguma razão não conseguiram ser incluídos; para aqueles que possuem tais benefícios e nenhuma renda proveniente de trabalho, com o consequente encaminhamento ao mercado de trabalho; e para aquelas famílias com renda igual ou inferior a R\$77,00/mensais; e neste último mês de junho, das 90 famílias atendidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Centro Juvenil São Pedro, 38 constavam entre os beneficiários do benefício eventual, ou seja, 42% das famílias. Também a pesquisa da UFF aponta para um número expressivo de famílias que compõe sua renda com estes benefícios, em torno de 63,3%.

É importante notar que parte desses moradores, embora, com baixa renda realiza trabalhos e segundo GOMES (2013) as principais funções exercidas pelos trabalhadores são: atendente, jardineiro, pedreiro, doméstica, padeiro e serviço gerais. E essas atividades são geograficamente situadas no entorno da Favela, nos bairros: Pelinca, Nova Brasília, Pecuária, Tapera, Parque Tamandaré, Centro, Parque Aurora, São Caetano, Turf Club e na própria comunidade, onde existe também uma série de pequenos pontos comerciais agregados as residências.

As redes de relações estão estabelecidas neste território onde os moradores se organizaram para dar conta das próprias necessidades tendo em vista a ausência de políticas públicas no território. Quando o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS chegou a Ururaí, região próxima a Favela, os moradores já haviam, faz muitos anos, encontrado formas de estabelecer referência com o território. Em 2013 as crianças e adolescentes que frequentam as atividades do Centro Juvenil São Pedro no contraturno estavam distribuídas em 18 escolas diferentes, em bairros próximos a Favela, onde não há nenhuma escola, embora residam 995 crianças e adolescentes com idade entre 0 a 18 anos (IBGE 2010). Também já possuem seus vínculos de trabalho como sinalizado acima.

Desde o início da ocupação até os dias atuais pode-se notar que houve muita mudança. Não há tanta lama, como nos tempos da Sra. Alexandrina, desde o calçamento da Av. Antônio Alves Poubel (a avenida ao longo da qual se estabeleceu a ocupação), as famílias são beneficiadas com o abastecimento de água da concessionária Águas do Paraíba, sem emissão de cobrança de taxas, há coleta de lixo 3 vezes por semana, o serviço de energia elétrica do qual quase a totalidade da Favela dispõe não é pago por 58,4% do moradores entrevistados por GOMES (2013). Contudo ainda há problemas muito importantes, como o serviço de coleta de esgoto precário e isso pode ser visto por qualquer um que transite na Favela e a ausência de banheiro nas residências. Segundo dados do

levantamento feito pelo mapeamento da equipe do Programa Habitacional Morar Feliz atualmente 67 domicílios não possuem banheiro. Também não estão disponíveis posto de saúde e transporte coletivo.

Após a década de 1990, em especial, as referidas terras foram sendo paulatinamente particionadas dando origem à construção de hipermercados, loteamentos fechados de alto padrão, condomínios residenciais verticais etc. Dentre os inúmeros investimentos públicos e privados na área, destaca-se a implantação do Boulevard Shopping, no ano de 2011, que acelerou o processo de ocupação, com a implantação de duas torres de edifícios de mais de 10 andares, pertencentes a grandes redes hoteleiras, e, conseqüentemente, provocando intensa especulação fundiária, como destacado por Faria e Gomes (2012). Conforme estes autores, entre 2009 e 2011 houve valorização fundiária de cerca de 70% no Parque Rodoviários, onde está localizado o Shopping. Além disso, apesar de grandes vazios urbanos no entorno do empreendimento, não se encontra ofertas expressivas de terrenos, o que evidencia a concentração da terra nas mãos de grandes investidores para lançamentos imobiliários futuros. (GOMES, 2013, p. 25)

A população da Favela da Margem da Linha viveu em condição marginal, sem condições dignas de moradia, acesso adequado aos serviços básicos e a infraestrutura urbana durante décadas e agora quando chegam os investimentos, quando a área em que residem se valoriza, quando novos postos de trabalho se abrem no entorno, a proposta do Município de Campos dos Goytacazes é removê-los, marginalizando novamente a população, que agora seria levada para as Margens da BR 101, na altura da localidade de Ururaí.

A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E OS CONFLITOS EM VISTA DA GARANTIA DE DIREITOS: O PROJETO DE MOBILIZAÇÃO.

A palavra cidade traz em seu significado etimológico a raiz grega que é igual a polis. O ser da polis é o ser político, ou seja, o cidadão (filho da cidade) que exerce e usufrui na cidade direitos e deveres. Na polis grega, mulheres, escravos e estrangeiros não se enquadravam ao conceito de cidadão, fato que com o olhar ocidental, em tese, já foi superado, onde todos os seres humanos pela condição humana têm o direito compartilhar da função social da polis. Para além do espaço geográfico/território a cidade é constituída de relações, desejos, interesses, símbolos e necessidades. A função social é fazer da cidade um espaço onde os cidadãos tornem-se humanizados, socializados e sujeitos inseridos em todos os processos e que privilegie a autonomia, criando um imaginário positivo onde todos os cidadãos sejam envolvidos e livres no processo. Segundo MENDES (2010, p 22) “Cada sociedade

produz os seus espaços, determina os seus ritmos de vida, modos de apropriação, expressando a sua função social, pelas formas através das quais o ser humano se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso” .

As cidades infelizmente não têm um espaço de direito e deveres de todos os cidadãos isso porque as representações imaginárias da função social trazem ainda uma reprodução de práticas e conceitos racistas, excludentes, xenofóbicos, homofóbicos segregando os diferentes.

A raça. Força motriz dos estudos do início do século XX fixou, no imaginário instituído, valores que fizeram a sociedade acreditar que as diferenças entre os indivíduos eram biologicamente intransponíveis. Todo discurso precisa ser fundamentado. A questão étnico-racial brasileira não foi diferente e buscou o seu lastro na crença de que negros e brancos eram diferentes, fosse pela concepção das ciências (demostrada pelos postulados biológicos), fosse pela criação divina. CAMPOS (2006, p. 49)

Ser negro é “ser” considerado um desalmado na visão de CAMPOS (2006 p. 99). A instituição igreja no exercício da sua função e autorizada a falar em nome do divino reforçou muito bem essa ideia do negro sem alma.

Quem não tem alma são as coisas, os objetos. O negro torna-se coisificado, manipulado, trocado, não reconhecido, ou seja, invisível como cidadão e sujeito autônomo. A cidade moderna como espaço social de cidadãos de direitos e deveres passa traduzir, inserir e invisibilizar os ‘seres’ sem almas. Esse contexto histórico-ideológico pode nos ajudar a entender o processo de criminalização, exclusão e de gentrificação que tem ocorrido na Favela da Margem da Linha-RJ.

A tendência da nova configuração das cidades a partir dos seus planejamentos e planos diretores é fazer com que as políticas públicas sejam fragmentadas, caracterizando o processo de segregação e criminalização e bem como o direito à cidade. CAMPOS (2006, p.21) reafirma que

O desafio de qualquer administrador é criar estratégias que permitam intervir no espaço urbano sem provocar fraturas na espacialização dos mais pobres e, assim, promover equidade espacial, além de assentar nas redes sociais os princípios básicos da autonomia.

O único direito dos moradores da Margem da Linha-RJ a partir do status quo político social tem sido o direito de não ter direito. O que configura o processo de criminalização, invisibilidade, conflitos e segregação. Corroborando com a falta de infraestruturas, transportes, escola, posto de saúde, saneamento básico, lazer, cultura. Não implementar na Margem da Linha-RJ as políticas urbanas de direito de qualquer cidadão é contribuir para relação de poder autoritário.

A força capitalista e econômica reproduz no contexto da sociedade a relação de heteronomia em que os valores são ditados por quem tem maior e mais poder aquisitivo e menos autonomia para que está do lado oposto do sistema. Para os grandes burgueses capitalistas mais – Heteronomia - e para os pobres, proletariados, assalariados e moradores da Favela menos – autonomia.

No espaço social em que parte da população é dominada pelos direitos e interesses dos outros resta neste conflito menos autonomia, liberdade, direito de ir vir, educação, habitação digna, saúde, transporte, lazer e cultura. Em outros termos, CAMPOS (2006, p.66) pensa que

A quase-ausência da participação popular no processo de implantação de infraestruturas, em espaços de moradia, conduz a outro problema: a liberdade, pressuposto básico da autonomia, dos princípios marcantes do desenvolvimento sócio-espacial pleno.

Os governos, projetos, planos municipal dizem e planejam o que deve ser melhor e feliz para os Moradores da Favela da Margem da Linha-RJ. Essas novas configurações autoritárias, verticalizadas, tirânicas são percebidas através dos novos planos de governo que demarcam novos espaços para construção de casas do Programa Morar Feliz. Corroborando para a relação de poder e de dependência da Favela da Margem da Linha-RJ.

Como todo plano e ações planejadas estão carregados de ideias, intenções e valores. Dessa maneira as estruturas sociais estão organizadas com mentalidades e poderes criados e recriados a todo instante, o que caracteriza um processo de gentrificação. Para MENDES (2010, p.22)

A gentrificação é um processo de reestruturação urbana e de lutas de classe, um produto social de um modo específico de produção, marcado pela reestruturação econômica que é característica do capitalismo tardio e avançado, particularmente condicionado por um regime de acumulação de capital mais flexível, que é subsidiário.

A propósito entendemos que o processo de criminalização e o direito à cidade que tem ocorrido na Favela da Margem da Linha-RJ apresentam características para conceito de gentrificação. Tornando a mobilização e o direito do espaço urbano para aqueles que o sistema econômico e social considera merecedor. Essas mobilidades e apropriação estão associadas ao modelo de produção capitalista e de reprodução do espaço-social como lugar a ser consumido e que movimente financeiramente o mercado de capital.

A Favela da Margem da Linha-RJ está geograficamente situada em um espaço com alto investimento imobiliário, hoteleiro e de um centro comercial tido como de luxo para cidade de Campos dos Goytacazes- RJ – Shopping Center Boulevard. Fazendo do local um espaço promissor para o

crescimento econômico, financeiro, urbano e imobiliário movimentando assim os futuros empreendimentos.

A gentrificação é por definição, um processo de “filtragem social” da cidade. Vem desencadear um processo de recomposição social importante em bairros antigos das cidades, indicando um processo que opera no mercado de habitação, de forma mais vinculada e concreta nas habitações em estado de degradação dos bairros tradicionalmente populares. Correspondendo à recomposição (e substituição) social desses espaços – tradicionalmente da classe operária/popular – e à sua transformação em bairros de classe média, média-alta – não se pode deixar de referir, por conhecimento deste processo de “substituição social”, o reforço da segregação sócio-espacial, que na sequência parece aprofundar a divisão social do espaço urbano (MENDES, 2010, p.23)

Dentre os processos de gentrificação ocorridos na Favela da Margem da Linha-RJ o que caracteriza a criminalização, “filtragem social” pode-se destacar por exemplo, o caso do transporte, percebe-se que a única linha de ônibus a disposição dos moradores passa pela BR- 101 e traz em seu letreiro “*Unf-Shopping Boulevard e Recanto das Palmeiras*”. Os moradores da Favela Margem da Linha-RJ não têm uma linha de ônibus que passa dentro da Favela e a única não traz no seu letreiro Favela da Margem da Linha.

A realidade se faz e refaz através de símbolos, imagens e signos que traduzem o sentido real dos poderes estabelecidos pela lógica do sistema. Essas representações construídas em torno da Favela Margem da Linha-RJ comunicam de que lugar o sistema capitalista tende a favorecer. O autor CAMPOS (2006, p.52) considera que “o imaginário deve utilizar o simbólico não somente para “exprimir-se”, o que é obvio, mas para “existir”, para passar do virtual a qualquer coisa a mais. O simbolismo pressupõe a capacidade imaginária, pois pressupõe a capacidade de ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é.”

A partir desta perspectiva e manifestação simbólica entendemos a lógica da valorização do espaço urbano e bem como de quem tem direito de participar da cidade.

A cidade tornou-se um espaço organizado para o investimento de capital. As tradições experimentadas no espaço construído são reproduzidas por causa dos passos dados para converter o capital financeiro no elo mediador entre o processo de urbanização (em que todos os seus aspectos, inclusive a edificação de ambientes construídos) e as necessidades ditadas pela dinâmica subjacente do capitalismo. (MENDES, 2010, p. 24)

A análise desse fenômeno traduzido como gentrificação está centrada na esfera da produção, consumo e investimento. Quem fará parte da cidade não é uma questão de direito de todos e sim quem o capital determina que faça. Sendo assim, a gentrificação é um processo que faz do espaço-

geográfico e social um movimento de acordo com as políticas econômicas estruturadas, fazendo da gestão urbana espaço pensado para os poucos brancos, burgueses, conservadores e capitalista. O Estado tem representado a partir dessa situação o interesse do modo de produção e principalmente da classe burguesa. Deixando à margem da linha, da BR 101 e entre os muros que separam os condomínios Recanto das Palmeiras/Damha aqueles que escapam deste modelo de referência com intuito de melhorar a imagem da cidade.

Portanto, pensar o processo de direito à cidade e a diminuição da criminalização é uma necessidade que decorre de uma revolução econômica e social, que torne todos os sujeitos autônomos e livres desse processo autoritário, imperialista e verticalizada.

A partir do início dos boatos com a ameaça de remoção dos moradores, o CJSP passou a desenvolver um projeto de mobilização que ao problematizar coletivamente as ameaças permitiu a fundação da Associação de Moradores e a construção de uma pauta de reivindicações que passou a ser tratadas institucionalmente com integrantes do poder público municipal.

O amadurecimento deste processo permitiu a eleição da Presidente da Associação para o Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS e a realização de várias manifestações de rua no início de 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ONU considera que o direito à moradia integra o direito a um padrão de vida adequado, não se resumindo apenas a um teto e quatro paredes, mas ao direito de toda pessoa ter acesso a um lar e a uma comunidade segura para viver em paz, com dignidade e saúde física e mental. Tal direito esta vinculado ao conceito de segurança de posse “todas as pessoas têm o direito de morar sem o medo de sofrer remoção, ameaças indevidas ou inesperadas”. (ROLNIK, 2014)

Nesta perspectiva os moradores da Favela tiveram a perfeita leitura da realidade. Ao perceberem que moram em um local que ao longo de décadas nunca foi considerado área de risco, e que tal fato é concomitante ao processo de expansão imobiliária, perceberam que o caminho era o da mobilização.

Esta leitura reafirma o conceito de que o direito à cidade é sempre uma conquista. Historicamente o tema só entra na pauta da agenda política depois da organização e mobilização dos trabalhadores.

Como observa Lefebvre, citado por Mendes (2010), a análise da condição urbana contemporânea demonstra que o espaço não pode ser reduzido apenas a uma locação, ou ao mero

desdobramento/reflexo das estruturas econômicas, políticas e ideológicas, mas precisa ser percebido como espaço da morada do Ser.

Problematizar: o processo de urbanização do espaço hoje ocupado pela Favela da Margem da Linha do Rio; e a possibilidade da expulsão dos moradores para outro espaço criminalizado (uma vez que a valorização chega a área onde hoje eles estão instalados), é um recurso para lutar pelo reconhecimento dos sujeitos de direitos, em oposição a coisificação dos desalmados.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, de Oliveira Andrelino, O Planejamento Urbano e a “Invisibilidade dos afrodescendentes – Discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Geografia. Setembro de 2006.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre (coord). Diagnóstico Socioeconômico e Análise da Produção Histórica da Favela da Margem da Linha, Campos dos Goytacazes – RJ. Relatório Final apresentado à PROEX – Pró-Reitoria de Extensão – da Universidade Federal Fluminense, como produto final do projeto inscrito no SIGProj sob o nº: 131098.427.123914.01112012. UFF: Campos dos Goytacazes, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010.

MENDES, Luís. (2010), e-metropolis. O contributo de Neill Smith para uma geografia crítica da gentrificação, 01, pp 21-33

ROLNIK, Raquel. Projeto da Relatoria Especial do Conselho da ONU para o direito à moradia. Disponível em <direitoamoradia.org/?Page-id=46&lang=pt> acesso feito em 30 de junho de 2014.

Capítulo 7



10.37423/230808115

CRIPTOMOEDAS: SEUS DESAFIOS DE REGULAMENTAÇÃO E OS IMPACTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CENTRALIZADAS

Matheus Xavier Caetano

UERJ

Daiane Rodrigues dos Santos

UERJ

Christiano Arrigoni

UERJ



Resumo: O advento das criptomoedas teve como principal objetivo transformar a maneira como as pessoas utilizam o seu dinheiro, tanto para a realização de pagamentos, tanto para a utilização dele como reserva de valor. Com crescimento exponencial das criptomoedas, o BIS (Banco de Compensações Internacionais) em reunião com diversos bancos centrais apontou o risco que estas moedas digitais que não possuem regulamentações monetárias ou qualquer outro controle governamental, poderiam representar em suas economias no futuro, impactando principalmente as instituições financeiras centralizadas. Este artigo tem como finalidade analisar a revolução digital, que, ainda, não possui políticas regulamentares sólidas em nenhum país e pode afetar radicalmente a economia global. Adicionalmente, a presente pesquisa teve como objetivo aludir sobre como as instituições financeiras reagem a isso, observando sua posição de intermediadora de transações e seus desafios seculares. Há muitas áreas oportunas para que bancos tradicionais, *fintechs* e bancos nascidos na era digital apresentem soluções para armazenagem, movimentação/transferência e utilização destes ativos de maneira fácil e segura. Assim, no mercado financeiro, os bancos que atenderem estrategicamente negócios de criptoativos e investidores provavelmente terão uma vantagem competitiva no futuro.

Palavras-Chaves: Criptomoedas, *Bitcoin*, Revolução digital

1. INTRODUÇÃO

A sociedade é movida por inovações, mas nenhuma outra perdurou por tanto tempo quanto aquela considerada a obsessão do mundo moderno, o dinheiro. (MANGUEIRA, 2018). Durante muito tempo a forma como as finanças eram controladas seguiam sem muitas alterações significativas, e a modernização ofereceu aos indivíduos mudanças no modo de lidar e/ou investir o seu dinheiro (GOMES, 2019). Com esta ideia de modernização que após a crise de 2008, um homem com o pseudônimo de *Satoshi Nakamoto* criou um ativo digital denominado *Bitcoin*. Uma moeda digital criptografada criada com o interesse de ser mais fácil em transações, ter maior velocidade em suas negociações entre pessoas físicas, maior agilidade entre a interação dos compradores e vendedores e a redução dos custos nas transações além de uma maior segurança em seu ambiente de negociação (FONSECA e SANTOS, 2021).

Satoshi Nakamoto baseou a estrutura deste ativo em uma tecnologia denominada *Blockchain* (NETO e MARACAJÁ, 2018), funcionando como um livro razão compartilhado e imutável, facilitando assim todo o processo de registro de transações e aumentando a segurança entre elas. Igualmente a toda mudança radical no mundo, o *Bitcoin* levou alguns anos até desenvolver alguma fama, ficando muitas vezes restrito a fóruns como o *Reddit* ou o *4Chan*. Com o passar do tempo, as criptomoedas passaram a ganhar mais destaque, ano após ano e em 2017 sendo um marco para a moeda, pois foi o ano em que seu valor de mercado explodiu após diversas matérias em meios de comunicação, fazendo a busca por *Bitcoins* elevarem seu preço a patamares nunca antes vistos. Com toda esta valorização e negociação da principal criptomoeda, surgem as *Altcoins*, e também as “casas de câmbio” de criptomoedas, tendo suas operações voltadas a compra e venda destes ativos. Em 2022, cerca de 2600 tipos de moedas digitais já eram negociados, movimentando um montante de mais de US\$ 406.15 Bilhões (STATISTA, 2022).

As moedas digitais alcançaram níveis de relevância onde sua regulação se tornou necessária na maioria dos países do mundo. Segundo a revista PEGN (2022) o Banco central dos bancos centrais (BIS) divulgou um relatório onde foi recomendado que os bancos centrais globais devem começar a discutir sobre como abordar as moedas digitais, visto a crescente pela qual este mercado estava passando.

Nos últimos anos, com o aumento do uso de criptomoedas, ações regulatórias começaram a ser requeridas por parte da sociedade, com o objetivo de estimar os impactos sobre a economia e o sistema monetário, este tema tem a função de responder à pergunta “Como as criptomoedas impactam as instituições financeiras centralizadas?”.

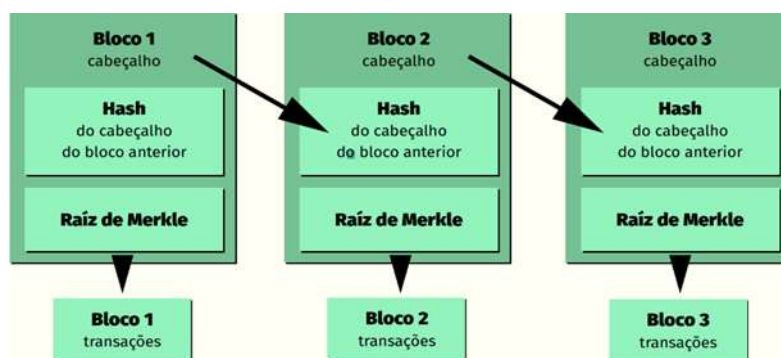
O presente trabalho está dividido em 6 seções, incluindo esta primeira referente a introdução do tema. A segunda sessão discorre sobre a criação das principais criptomoedas e seus motivos de criação, como as instituições financeiras receberam esta notícia e como se organizaram para reagir e não perder espaço no mercado. A terceira e a quarta seção versão sobre as instituições financeiras centralizadas e sobre seus impactos. Na quinta sessão é explicado como o Brasil e outros países estão caminhando em relação a regulamentação destas criptomoedas e a possível integração delas em sua economia. Por fim a sexta sessão apresenta uma conclusão do cenário atual e sobre o potencial que esta nova tecnologia possui, mas para que possamos usufruir de todo seu recurso ainda precisamos definir diversos pontos regulatórios.

2. CRIPTOMOEDAS

No fim do ano de 2008 surge a primeira criptomoeda na forma de código, denominada *Bitcoin*. O *Bitcoin* foi lançado por *Satoshi Nakamoto* em um fórum aberto, a moeda foi precursora de um modelo de pagamentos mundial inteiramente focado na descentralização, que foi o marco e fonte de inspiração para a criação de diversas outras moedas digitais, as *Altcoins* (GOMES, 2019), moedas essas com sistema de funcionamento similar ao do *Bitcoin*. *Software* de código aberto, online que funciona como meio de pagamento.

De acordo com Fonseca e Santos (2021), as moedas digitais consistem em uma moeda criptografada, permitindo assim grande segurança das transações e o anonimato das mesmas. De acordo com os autores, cuja tecnologia permite que as informações sejam transformadas em códigos de complexa decifração, permitindo assim grande segurança das transações e também o anonimato das mesmas em vista dos fatos mencionados.

Segundo Agner (2019) a criptografia é uma parte fundamental no funcionamento dos criptoativos e ela é quem dará a garantia da integridade e consistência das informações. As criptomoedas utilizam uma tecnologia de criptografia chamada *Blockchain*, um sistema que ainda de acordo com Agner (2019) consiste em uma estrutura de dados ordenada composta por blocos de transações criptografados, estas denominadas de *hash*, e ligados ao bloco anterior, tendo utilidade como um livro razão público e imutável. A figura 1 apresenta o processo de registro e encadeamento de informações da *Blockchain*.

Figura 1: Encadeamento dos blocos da *Blockachain*

Fonte: www.itsrio.org (2019)

3. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CENTRALIZADAS

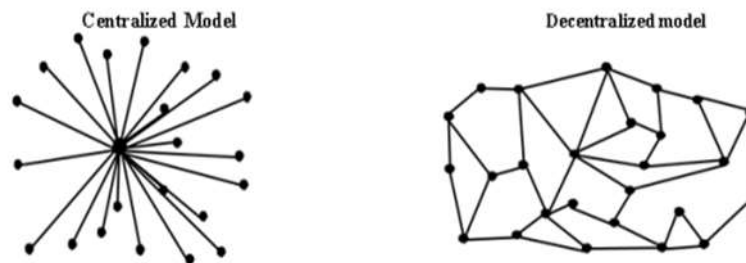
O sistema financeiro tem sofrido várias alterações nos últimos anos. Dessa forma, as instituições financeiras buscam incansavelmente por uma maior eficiência da sua estrutura, organização e operações; devido a globalização, a maior competitividade do setor bancário/financeiro e as constantes inovações tecnológicas (CAMARGO, 2009).

Fatores como a desregulamentação financeira, avanços tecnológicos nas telecomunicações e informática e, mais recentemente, do sistema tecnológico digital, provocaram significativas mudanças globais, resultando na transformação do setor bancário, a partir de 1980. As instituições financeiras foram extremamente beneficiadas com as revoluções tecnológicas, obtendo um mais fácil e rápido acesso à informação de mercado, o que lhes proporcionou uma maior competência de análise e um menor tempo de reação a essa mesma informação. Com a facilidade em obter informações instantaneamente a nível global, a capacidade de recolher, absorver e analisar constitui um fator competitivo dentro do setor. Após a expansão geográfica das instituições financeiras, facilitadas pelas inovações tecnológicas, as instituições financeiras passaram a ter uma maior capacidade de gerir e analisar um maior volume de dados a partir de diferentes locais. Com muitos bancos internacionalizados advieram um maior número de operações repetidas. Assim, de modo a prevenir a duplicação de operações, as instituições procuraram a centralização, assumindo o controle das operações e consequentemente diminuindo os custos.

O processo de tomada de decisão e a visão da instituição estão concentradas num único local, quando há a verticalização das operações. Ao adotar uma estrutura centralizada, a instituição divide-se em diferentes departamentos e tarefas pela presença de uma clara cadeia de comando, onde as responsabilidades pela decisão concentram-se no topo da estrutura hierárquica. A figura 2 apresenta

uma comparação entre o modelo que tradicionalmente é utilizado pelas instituições financeiras e o modelo descentralizado utilizado pelas criptomoedas.

Figura 2: Modelo centralizado versus modelo descentralizado.



Fonte: www.globalmediajournal.com (2021)

A circulação, gestão e análise da informação é um fator determinante para a eficiência de uma instituição financeira, no atual ambiente de competitividade do setor bancário. O processo de recolhimento, processamento e transmissão da informação é um dos principais propósitos das instituições financeiras. Segundo Liberti e Petersen (2018), a informação divide-se em dois grupos: *hard* e *soft information*. Sendo a primeira caracterizada como um tipo de informação quantitativa registrada numericamente. Por outro lado, definem a *soft information* como opiniões, ideias e visões da instituição e por isso um tipo de informação que é comunicada através de texto. Em resumo, *hard* e *soft information* são estudos que se associam a conceitos de centralização e descentralização bancária. Segundo Stein (2002), as instituições hierárquicas estão mais aptas a gerir *hard information*, uma vez que esta informação é mais facilmente transmitida através da sua estrutura hierárquica, enquanto as instituições descentralizadas estão mais aptas a lidar com *soft information*.

A centralização bancária apresenta vantagens, algumas delas estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1- Vantagens da centralização bancária

1) Uma clara cadeia de comando, que possui uma forte estrutura de delegação de tarefas em que todos os trabalhadores sabem a quem devem reportar;
2) A visão da instituição financeira é aplicada mais facilmente, pois as claras vias de comunicação e a implementação da visão são mais eficazes;
3) Redução de custos ao nível das infraestruturas e do pessoal, defendendo que a centralização das operações não obriga à contratação de operacionais especializados para desempenhar funções, visto que as principais decisões são tomadas no topo da cadeia hierárquica; considera ainda que uma estrutura centralizada pode mitigar a duplicação de tarefas, o que pode constituir igualmente uma redução de custos;
4) Rápida e fácil implementação da decisão, procedente de um processo de tomada de decisão a nível executivo que envolve um número reduzido de pessoas, tornando-o mais eficiente; numa estrutura descentralizada o processo de tomada de decisão envolve um maior número de pessoas, o que pode gerar conflitos e retardar o processo.
5) Melhor qualidade de trabalho, a centralização de processos, procedimentos e de controle pode originar uma melhoria na qualidade das operações e ainda reduzir a duplicação de tarefas, e
6) Redução da corrupção, da fraude e más práticas resultantes de um uso inapropriado da autoridade.

Fonte: Elaboração própria

Assim como vantagens, a centralização bancária apresenta também desvantagens, algumas são: 1. Liderança burocrática, comparando um sistema centralizado a um sistema ditatorial no que diz respeito à estrutura organizacional, onde os operacionais não participam no processo de tomada de decisão e apenas implementam as decisões tomadas a nível executivo – o que pode resultar num menor desempenho e motivação dos operacionais; 2. Controlo remoto, a sobrecarga de tomada de decisões a nível executivo pode gerar falta de supervisão na implementação dessas decisões, o que abre portas a uma deficiente implementação das mesmas; 3. Trabalho mais moroso, a transferência de informação e resultados dos executivos para os operacionais, se não efetuada de forma ágil e eficiente, pode resultar na diminuição de produtividade dos trabalhadores; 4. Perca de lealdade dos operacionais, a reduzida ou inexistente presença dos operacionais no processo de tomada de decisão por parte dos trabalhadores representa uma barreira à sua criatividade, o que pode provocar desmotivação e perca de lealdade por parte dos operacionais.

4. OS IMPACTOS ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CENTRALIZADAS

De acordo com Camargo (2009) partir da década de 70, iniciou-se, em vários países do mundo, um processo de liberalização e desregulamentação do setor de serviços financeiros. Gradualmente, foram sendo eliminadas as restrições sobre operações financeiras, estabelecidas após a crise de 1929. A presença do Estado é diminuída e surgem inovações tecnológicas e financeiras, como a securitização, os derivativos e as operações fora do balanço. Essas mudanças alteram a forma de atuação desse setor, principiando um acentuado processo de consolidação do setor de serviços financeiros, por meio de fusões e aquisições, de modo a obter economias de escala e poder de monopólio no mercado bancário.

Entre os anos de 1980 e 1990, o mundo assistiu a um frenético movimento de fusões entre bancos. Posteriormente, o Brasil não seguiu um caminho diferente do resto do mundo, pois quando o setor bancário perdeu os ganhos inflacionários decorrentes do *floating* bancário, em função do fim da alta inflação em decorrência da implantação do Plano Real em 1994, o Brasil passou por uma intensa consolidação bancária. Como resultado desta onda de fusões e do próprio crescimento dos bancos públicos federais a partir de crise financeira de 2008, o setor bancário varejista brasileiro ficou fortemente concentrado – ao final de 2020 os cinco maiores bancos – Banco do Brasil, Caixa, Itaú, Santander e Bradesco – concentravam 81,8% do total do crédito bancário do país, conforme dados do Relatório de Estabilidade Financeira.

Neste contexto geral de grande concentração bancária no Brasil e de elevada lucratividade dos grandes bancos, duas grandes inovações institucionais e regulatórias recentes têm potencial de ter um forte impacto no provimento dos serviços bancários e nas taxas e tarifas de prestação de seus serviços: a proliferação de *fintechs* e bancos digitais, por um lado; e a implementação do Open Banking, uma iniciativa do Banco Central do Brasil, que começou a ser implementada em 2021 (PAULA, 2022)

Com o avanço da tecnologia, oportunidades inovadoras ganharam espaço e possibilitaram a entrada de diversas *fintechs* no país e do fenômeno conhecido como Open Banking. Enquanto as *fintechs* abrangem instituições com o perfil menos burocrático, atendimento e serviços mais ágeis e custos e taxas menores, o Open Banking consiste em um modelo de negócio.

A partir da criação das *fintechs*, os bancos demonstraram uma enorme capacidade de reação, passando a comprar ou criar suas próprias *fintechs* e ainda dando início a um intenso processo de

digitalização dos serviços bancários, tornando-os mais próximos aos bancos digitais. Sendo assim, conclui-se que os grandes bancos estão se adaptando mais uma vez ao novo contexto de inovações, de modo a manter sua relevância.

Em particular, no caso do *Open Banking* o potencial de estimular a competição e a inovação por parte das instituições financeiras é grande, ao permitir que instituições insurgentes ampliem seu portfólio de atuação e ofereçam um conjunto mais amplo de serviços financeiros.

Com relação aos produtos relacionados a *Blockchain* e criptoativos, os bancos seguem a mesma direção que tomaram a partir de mudanças no mercado. A entrada dos grandes bancos brasileiros no mercado de negociação de criptomoedas, acirra ainda mais a concorrência entre diversas empresas deste segmento no Brasil.

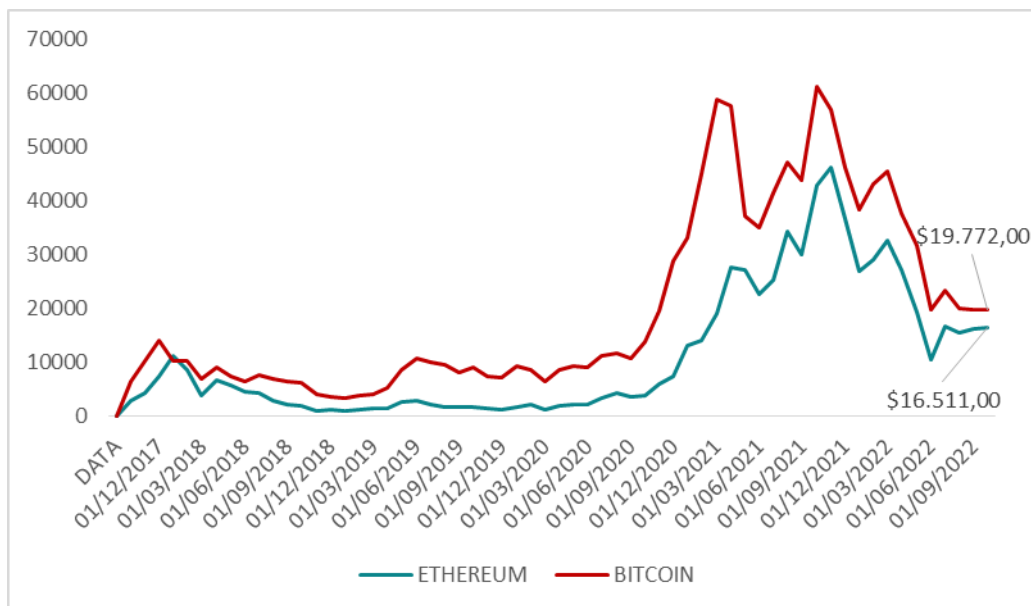
Há muitas áreas oportunas para que bancos tradicionais, *fintechs* e bancos nascidos na era digital apresentem soluções para armazenagem, movimentação/transferência e utilização destes ativos de maneira fácil e segura. Assim, no mercado financeiro, os bancos que atenderem estrategicamente negócios de criptoativos e investidores provavelmente terão uma vantagem competitiva no futuro. Segundo relatório realizado pela KPMG (2021), umas das maiores empresas de auditoria do mundo, a maneira como os bancos competem no mundo digital mudou para sempre devido à crescente aceitação dos criptoativos pelo mercado, devido ao rápido avanço da tecnologia das criptomoedas e à participação de instituições financeiras dentro do ecossistema das criptomoedas.

A adoção das criptomoedas tem o potencial de resolver alguns dos problemas mais difíceis do amplo ecossistema financeiro, criando nos níveis de abertura, confiança e escala. Já que os criptoativos permitem a criação de um sistema mais aberto, oferecendo uma democratização do acesso financeiro à uma ampla gama de clientes em uma rede de trocas. Além disso, os ativos criados em uma era digital, os criptoativos oferecem uma maior transparência, trazendo o entendimento em tempo real, além de maior assecuração para a custódia e as liquidações.

Como o registro das criptomoedas são feitos de forma descentralizada, a verificação da existência desses ativos não é feita da mesma maneira que para ativos financeiros de forma geral, em que existe uma responsabilidade centralizada por parte de um custodiante, no caso brasileiro, temos a B3 S.A - Brasil Bolsa e Balcão - (B3) ou o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). A tecnologia *Blockchain* e as criptomoedas trouxeram vantagens aos investidores, como a agilidade no registro de suas operações e a segurança desses registros, já que a tecnologia distribuída é segura e altamente resistente a ataques cibernéticos, pois independe de um único ponto de armazenamento. Em

contrapartida, o investidor fica exposto a outros riscos, como por exemplo o risco de liquidez e a alta volatilidade dos preços, conforme ilustrado na figura 3.

Figura 3: Volatilidade de preços das criptomoedas.



Fonte: Adaptado pelos autores com base em dados do *Coinmarketcap* (2022)

Existe uma lacuna a ser preenchida no mercado de criptomoedas supramencionado, relacionada à regulação dessas operações. Se por um lado, a regulação poderia trazer obrigações a serem cumpridas pelos participantes desse mercado que poderiam aumentar os custos de transação e consequentemente prejudicar a expansão dessas operações, por outro lado, a ausência de uma regulação específica traz desconfiança e pode acabar inibindo os investidores que se sintam inseguros, sem uma proteção regulatória. Na próxima sessão serão abordados projetos com o objetivo de regulamentar e trazer mais segurança aos investidores deste ativo.

5. A REGULAMENTAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS

Com o processo de globalização e o avanço da tecnologia, é de se notar o crescimento da utilização da internet por parte das pessoas. Este meio de conexão coletivo serviu para diversas coisas, como um filtro de informações, entretenimento e um meio para transações comerciais. (AMBROZINI e SCHMIDT, 2021). Esta que não possui um local físico e nem está ligada a um costume de um único lugar, País ou região, se transformando em um ambiente totalmente plural.

Atualmente, as pessoas possuem uma pequena ideia da forma de funcionamento do sistema financeiro, e que sistemas são criados para atender demandas. Desta forma, surge um sistema de pagamentos novo, as criptomoedas, tendo como pioneiro, o *Bitcoin*. Esta que começou a se popularizar entre os veículos de mídia no ano de 2017, teve seu início marcado por associação a *Deepweb*, mais especificamente a criação da plataforma ilegal de venda de drogas o *Silk Road*. Esse evento foi fundamental para o aumento do volume de usuários e pela criação de sua má fama, já que a principal forma de pagamento era o *Bitcoin* (LIMA, 2018).

Este anonimato proporcionado pelas criptomoedas, principalmente após este famoso caso do *Silk Road*, acendeu um alerta nos bancos centrais mundiais, visto que por se tratar de um criptoativo descentralizado, não possuía nenhum país sede ou banco central para que houvesse uma regulamentação. Este fato levou países da Europa, Ásia, América do Norte e também o Brasil a debaterem sobre a legalidade da moeda e alguns como o Vietnã, Bolívia e Equador declararem proibida a utilização de moedas Digitais.

O governo da China, em setembro de 2017, proibiu que empresas de áreas financeiras como por exemplo bancos de utilizarem ou aceitem criptomoedas. Também foi proibido o funcionamento de todas as *exchanges* do país. Este fato em ficou conhecido com ChinaBan. Essas medidas constituíram um duro golpe para o criptomercado em escala mundial, visto que a China era o maior mercado desse setor, e sozinha concentrava 80\% de toda a atividade de mineração global.

Nos Estados Unidos de acordo com (REIS e COELI, 2021) a regulamentação é tema que transita a área cinza da lei, não havendo um consenso sobre as regulações dos criptoativos. Em novembro de 2017 a SEC (*Securities and Exchange Comission*) órgão semelhante a CVM do Brasil, negou projetos de produtos financeiros que fossem relacionados às criptomoedas, como ETFs (*Exchange Trade Funds*) de *Bitcoin*. A ACFTC (*U.S Commodity Futures Trading Commision*), por sua vez, classificou o *Bitcoin* não como uma moeda, mas sim como uma commodity e anunciou que qualquer atividade ilícita relacionada com o uso da criptomoeda estará sob sua autoridade. A entidade também emitiu um comunicado que a CME (Bolsa de Chicago) e a CBOE (*Chicago Board Options Exchange*) elaborassem mercados futuros de *Bitcoin*.

Na União Europeia, a regulamentação de criptoativos varia de acordo com a legislação de cada país membro, mas desde janeiro de 2020, quando foi emitida a diretiva contra lavagem de dinheiro, exigindo que as *exchanges* realizem a diligência de KYC (*Know your Client*) forçando que as mesmas cumpram os requisitos padrão de emissão de relatórios (COMPLYADVANTAGE,2022), tornando assim

os criptoativos instrumentos financeiros legais a serem transacionados nos países, dependendo apenas da legislação de cada país membro.

El Salvador foi o primeiro país do mundo a tornar uma criptomoeda sua moeda oficial. Equiparada com sua moeda corrente, o *Bitcoin* se tornou moeda de curso legal no país, com legislação aprovada e sancionada pelo governo local, de modo que a criptomoeda deve ser aceita por lei pelas empresas como forma de pagamento legal, compras, obtenção de serviços e até mesmo o pagamento de impostos (SANTOS, 2021).

Atualmente no Brasil não há um marco regulatório para as croptomoedas, mas já há um projeto que vem balizando a regulação do ativo. Neste ano de 2022, o CAE (Comissão de assuntos econômicos) aprovou um projeto em que reconhece e regula o mercado de criptomoedas no Brasil. O Projeto de Lei nº 3825, de 2019, propõe a regulamentação do mercado de criptoativos no país, mediante a definição de conceitos; diretrizes; sistema de licenciamento de *Exchanges*; supervisão e fiscalização pelo Banco Central e CVM; medidas de combate à lavagem de dinheiro e outras práticas ilícitas; e penalidades aplicadas à gestão fraudulenta ou temerária de *Exchanges* de criptoativos e não tendo recursos no plenário, irá direto para a câmara dos deputados. A intenção do projeto é que utilizando o reporte das movimentações tanto pelas intermediadoras, quanto pelas pessoas físicas e jurídicas que realizarem as operações das corretoras nacionais, sejam coibidas práticas ilícitas, principalmente a lavagem de dinheiro (AMBROZINI e SCHMIDT, 2021).

6. CONCLUSÃO

Por meio das análises recentes sobre os criptoativos e como as instituições financeiras eram impactadas por este novo mercado, foi possível avaliarmos que as moedas digitais e seus condicionantes de funcionamento são o futuro da economia. É necessário que haja uma regulamentação clara sobre seu funcionamento e limitações, pois não há fronteiras que delimitem os criptoativos, como por exemplo há em moedas tradicionais. Para que uma regulamentação seja efetiva é necessário que não apenas um país crie regras e regulações, mas diversos, conforme recomendação do BIS. A tecnologia *Blockchain*, principal responsável pelo registro das transações, garante a segurança com seu sistema imutável e descentralizado, porém o anonimato quase que total abre brechas para atividades ilícitas, como tivemos no exemplo mais famoso, o *Silk Road*.

O aumento exponencial de transações em criptomoedas, levou as instituições financeiras a se adaptarem e desenvolverem novas ferramentas para protegerem seu domínio de mercado. A partir

da criação e compra de *fintechs*, os bancos vêm aumentando sua participação no mercado digital, visando um apelo a credibilidade de uma instituição tradicional, redução de custos a seus clientes e desburocratização de processos, a forma de manter ativo em suas carteiras o maior número possível de clientes.

Por fim, a realidade que conhecemos na forma de transacionar nossos recursos está sendo drasticamente alterada com todo o advento da digitalização do mercado e as criptomoedas têm forte contribuição nisto, sua tecnologia *Blockchain* abre um leque de possibilidades para o futuro, mas com estas possibilidades, grandes desafios para os *players* que as regulamentará.

REFERÊNCIAS

MANGUEIRA, Anna Cecilia dos Santos. BITCOIN: Uma análise da trajetória do dinheiro – Do escambo às criptomoedas. Um estudo das legislações vanguardistas e suas influências sobre o projeto de Lei nº 2.303/15. 2018

Disponível em:

http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/1173/5/anna_cecilia_santos_mangueira.pdf

Acessado em: 15/07/2022

SANTOS, Daiane; FONSECA, Jorge Renato Martins. Moedas Convencionais e Moedas digitais, história e perspectiva. 2021

Disponível:https://www.researchgate.net/publication/356431146_MOEDAS_CONVENCIONAIS_E_MOEDAS_DIGITAIS_HISTORIA_E_PERSPECTIVA Acessado em: 15/07/2022

GOMES, Iradiane Santana. O potencial de transformação da atual lógica monetária pelas criptomoedas, as controvérsias e barreiras para sua regulamentação. 2019

Disponível em

:https://www.repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/2208/1/tcc_iradianesantanagomes.pdf

Acessado em: 19/07/2022

AMBROZINI, Jairo Luiz da Luz, SCHMIDT, Albano Francisco. A regulamentação das Criptomoedas e seus efeitos. 2021

Disponível

em:https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/20036/1/Jairo%20Luiz%20da%20Luz%20Ambrozini_DIR5BM-AGA.pdf Acessado em: 19/07/2022

LIMA, João Romulo Pereira. Criptomoedas: Regulação e Oportunidades. 2018. Disponível

em:http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Joao_Romulo_Pereira_Lima.pdf

Acessado em: 25/07/2022

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 2002.

Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf Acessado em: 25/07/2022

RIBEIRO, Roberto Rivelino, Martins; CUEVA, Jazmin Figari de la; CAMACHO, Reinaldo Rodrigues; MORAES, Romildo de Oliveira. Análise da Abordagem Metodológica: Um Estudo das Teses e Dissertações em Contabilidade Gerencial, 2010

Disponível em:<https://anpcont.org.br/pdf/2012/EPC202.pdf>

NETO, Pedro Inacio Alves; MARACAJÁ, Flavio. Criptomoedas: Regulamentação e seus impactos nas grandes instituições financeiras. 2018

Disponível em:<https://bdtcc.unipe.edu.br/wp-content/uploads/2020/01/TCC-PEDRO.pdf> Acessado em: 25/07/2022

CAMARGO, Patricia Olga. A evolução recente do setor bancário no Brasil, 2009.

<https://static.scielo.org/scielobooks/hn9cv/pdf/camargo-9788579830396.pdf> Acessado em: 01/08/2022

LIBERTI AND PETENSEN. Hard and Soft information, 2018.

<https://www.kellogg.northwestern.edu/faculty/petersen/htm/papers/hard%20and%20soft%20information.pdf>

STEIN, Jeremy C: Information Production and Capital Allocation: Decentralized versus Hierarchical Firms, 2002. <https://scholar.harvard.edu/files/stein/files/hierarchies-jf-final.pdf>

PAULA, Luís Fernando de Paula. Fintechs, Bancos Digitais, Open Banking e seus efeitos sobre o setor bancário brasileiro, 2022. https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2022/TD_IE_014_2022_PAULA.pdf Acessado em: 01/08/2022

Relatório KPMG. Plano bancário para o mundo. 2021

Disponível em:<https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/br/pdf/2021/05/plano-bancario-para-o-mundo-cripto.pdf> Acessado em: 18/08/2022

SANTOS,Daiane Rodrigues, SANFINS Marco Aurélio , NASCIMENTO Alex, NACIF Pedro Lázaro De Santi.2021. Disponível em:<https://www.globalmediajournal.com/open-access/the-token-economy-assets-for-the-Blockchain-era.pdf> Acessado em: 18/08/2022

Revista PEGN (2017)

Disponível em:<https://revistapegn.globo.com/Tecnologia/noticia/2017/09/Bitcoin-nao-pode-ser-ignorado-diz-banco-central-dos-bancos-centrais.html> Acessado em: 18/08/2022

AGNER,Marco: Bitcoin para programadores. 2018

Disponível em:<https://itsrio.org/wp-content/uploads/2018/06/Bitcoin-para-programadores.pdf> Acessado em: 18/08/2022

Relatório ITS Rio. Blockchain para aplicações de interesse público.

Disponível em:<https://itsrio.org/wp-content/uploads/2019/03/Relatório-ITS-GE-Blockchain-vFinal.pdf> Acessado em: 03/09/2022

Capítulo 8



10.37423/230808116

A CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIAS E A CREDIBILIDADE DA AUTORIDADE MONETÁRIA BRASILEIRA: UM ENSAIO COM A PERCEPÇÃO DE UNIVERSITÁRIOS

Gabriel Azevedo as Costa Machado

UERJ

Diego de Moraes Ferreira

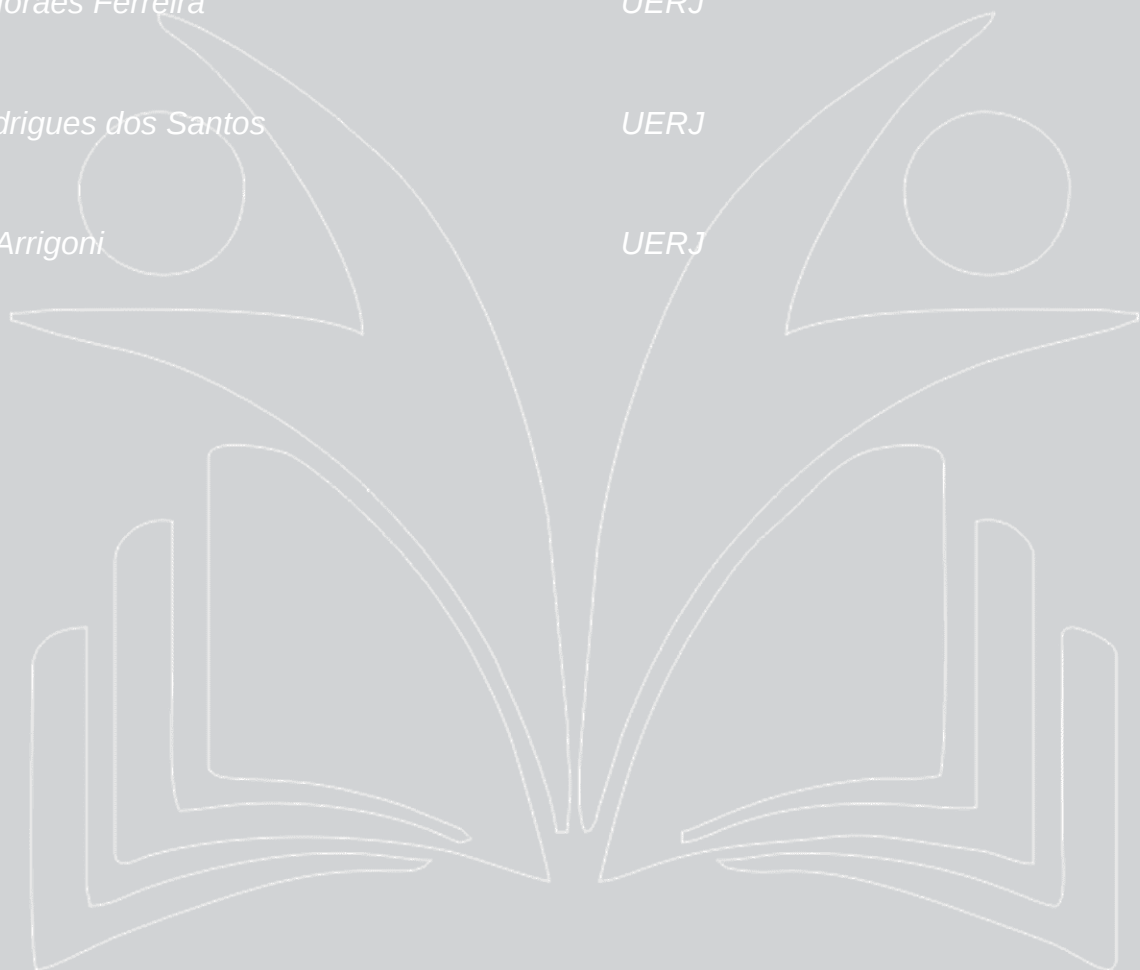
UERJ

Daiane Rodrigues dos Santos

UERJ

Christiano Arrigoni

UERJ



Resumo: A política monetária é uma ferramenta fundamental na gestão econômica, os Bancos Centrais têm a responsabilidade de executar uma política monetária eficaz para garantir a estabilidade econômica e combater a volatilidade dos preços dos bens e serviços. A independência e a credibilidade de um Banco Central é um fator importante para a implementação bem-sucedida da política monetária e sua eficácia. A credibilidade de um Banco Central está definida pelo quanto os agentes econômicos acreditam que o mesmo fará o que foi proposto anteriormente, e para isso a autonomia operacional, definida pelo grau de irreversibilidade das decisões do Banco Central por ações de terceiros, é um fator fundamental para atingir metas e objetivos. O objetivo deste trabalho foi avaliar a percepção de um grupo de universitários sobre a independência e o grau de credibilidade do BACEN, a percepção da inflação e a política monetária com a finalidade de controlar a inflação. Para tal foi utilizado formulário eletrônico em uma amostra não probabilística.

Palavras-Chaves: Expectativa de inflação, Credibilidade, Política Monetária.

1. INTRODUÇÃO

Um dos benefícios da independência dos bancos centrais é retirar as pressões políticas das decisões de política monetária. A autoridade monetária pode apresentar diversos graus de liberdade para definir seus objetivos, dentre eles a independência total, independência operacional e dependência, sendo assim uma linha contínua de estágios de funcionalidade que vai desde sujeição até a autonomia. A adoção de um sistema dotado de um Banco Central independente se justifica graças ao controle sobre a discricionariedade, sendo capaz de mitigar o viés inflacionário. De acordo com Silva (2018), bancos centrais independentes possuem regras oficiais de conduta a serem seguidas, quer de natureza política (como a redução do desemprego em ciclos eleitorais), quer de natureza econômica.

Uma característica importante da política monetária é a defasagem entre o planejamento, aplicação e efeito de conduta monetária nos indicadores econômicos, como por exemplo, a inflação. Além disso, normalmente o custo de tal política é sentido no curto prazo enquanto o benefício é colhido no médio/longo prazo. Logo, ações monetárias apresentam um horizonte de retorno de longo prazo, cujo custo inicial no curto prazo seja diluído conforme o tempo, e para isso é necessário um Banco Central (BC) com autonomia e sem influência de terceiros que no geral buscam resultados no curto prazo. Resultados empíricos sobre a independência monetária estão mais evidentes em economias mais desenvolvidas, o que reforça a ideia de que indicadores macroeconômicos possuem um melhor desempenho quando a autoridade monetária detém maior liberdade.

Como a política monetária é uma ferramenta fundamental na gestão da saúde financeira de uma economia, os bancos centrais têm a responsabilidade de executar uma política monetária eficaz para garantir a estabilidade econômica e combater a volatilidade dos preços praticados na economia em questão. Como supracitado, a credibilidade de um banco central é um fator importante para a implementação bem-sucedida da política monetária e sua eficácia. Um banco central deve ser visto como uma instituição confiável e experiente, que usa seus poderes apenas com responsabilidade e com o maior benefício para os agentes econômicos. A credibilidade do BC influencia diretamente a expectativa dos agentes econômicos. Autoridades monetárias que alcançam e mantêm metas estabelecidas possuem um indicador de maior confiança dentre os agentes, que por sua vez agem conforme as expectativas levantadas pela política monetária. A autonomia do BC está diretamente ligada à sua credibilidade, já que quanto mais livre for as ações tomadas pelo banco, maior será o poder que ele exerce sobre a economia como todo, o que facilita o cumprimento de objetivos previamente definidos.

De acordo com De Mendonça (2000),

“O conceito credibilidade pode ser entendido como o nível de confiança que os agentes econômicos depositam na exequibilidade de uma política anunciada ser implementada e ser cumprida até o fim. Ou seja, uma política inspirará maior credibilidade se ela sinalizar aos agentes uma chance reduzida da ocorrência de inconsistência temporal. Assim, se por exemplo o BC ao longo de sua história obteve êxito no combate à inflação (o que implica conquista de reputação) os agentes acreditam que o BC terá sucesso no controle da inflação futura, o que, por sua vez, denota alto grau de credibilidade” (De Mendonça, p:254, 2000).

Credibilidade, conceito que surgiu em meados da década de 1970, também recebeu diversas definições. Segundo F. Kydland e E. Prescott (1977), um banco central será credível se a sua política for temporalmente coerente. Assim concebida, a credibilidade exige o abandono de políticas discricionárias. Esta recomendação é fundamental para a abordagem da credibilidade De acordo com Aguiar (2018), o banco central deve abandonar qualquer tentação de provocar “surpresas inflacionárias” porque, na presença de agentes bem-informados, a inflação esperada é idêntica à inflação real.

A realidade dos mercados financeiros tem modificado a visão dos *policymakers* em relação à teoria da expectativa racional. A credibilidade dos Bancos Centrais é importante, pois torna a desinflação menos dispendiosa, auxilia na manutenção dos baixos índices de inflação quando esta já está baixa, facilita a defesa da moeda, e fortalece a independência do Banco Central (BLINDER, 2000).

A política monetária exercida pelo Banco Central do Brasil (BACEN) tem impacto significativo sobre as expectativas econômicas do público em geral. Em outras palavras, a credibilidade do BACEN influencia diretamente a expectativa dos agentes econômicos sobre os principais indicadores, através de informações referentes às medidas monetárias que a autoridade irá adotar em um dado período e se ela tem a capacidade de cumprir com as obrigações de metas anunciadas (CAMPOS, 2015). Desta forma, quando o BACEN não consegue honrar seus compromissos e metas ou quando sua precisão de avaliação monetária é falha, e ele passa a enfrentar desconfiças dos agentes econômicos.

Essas mudanças na perspectiva econômica, por parte dos agentes, são baseadas na teoria das expectativas racionais de credibilidade, onde os agentes utilizam as informações disponíveis para formar a “melhor” expectativa possível para uma determinada variável macroeconômica segundo algum critério razoável. Logo, quando o BACEN estabelece metas de inflação para períodos futuros com base nos dados fornecidos no presente, induz expectativas econômicas aos agentes sobre a taxa

de inflação futura, o que acarretará numa mudança dos índices inflacionários durante o período corrente (CAMPOS, 2015).

Segundo Gomes e Silva (2016), o Brasil adotou um Regime de Metas Inflacionária (RMI) a partir de 1999, que tinha como objetivo principal assegurar, junto aos agentes econômicos, um nível inflacionário aceitável com a meta de inflação determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Desta forma, a influência das medidas adotadas pelo BACEN recai muito mais sobre as expectativas de inflação do público, que por sua vez irá afetar os índices inflacionários, e consequentemente a inflação. Vale ressaltar, que o principal instrumento usado pelo BACEN para controle/fixação da inflação dentro da meta estabelecida é a Taxa Selic, que é a taxa básica de juros da economia brasileira. De acordo com SARTORI (2014, p.01), “o regime de metas de inflação é definido como uma estratégia de condução da política monetária e possui como objetivo principal o compromisso institucional com a estabilidade de preços no longo prazo”.

De acordo com Aguir, (2018), a implementação de um regime de metas de inflação ajuda a mitigar a falta de confiança de que as autoridades monetárias hoje inspiram os agentes econômicos e de fato fortalecerá a credibilidade do banco central na condução da política monetária.

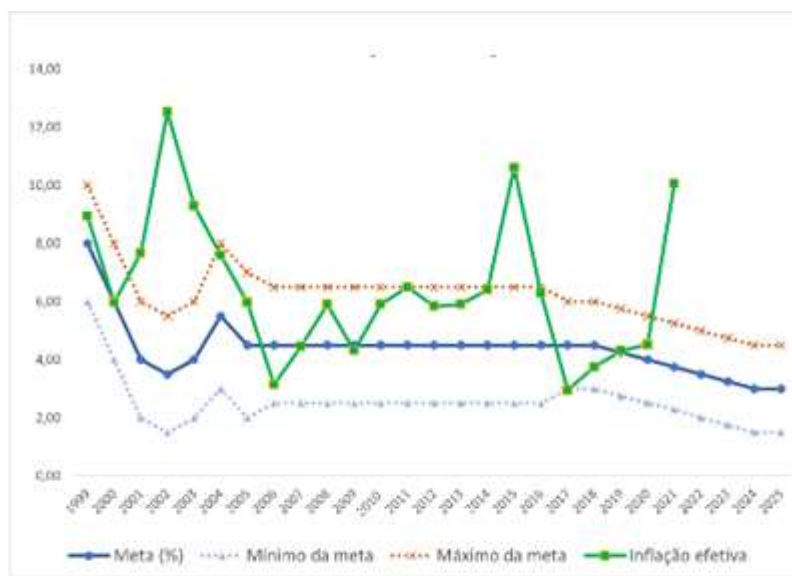
O regime de metas de inflação adotado pelo BACEN é um indicador necessário para justificar a condução da política monetária a ser seguida. Porém, e se a inflação observada não for mantida em torno da meta conforme determinação do BACEN? Em 2015, a meta de inflação proposta pelo BACEN era de 4,5% a.a, com um intervalo de tolerância de 2,5%-6,5%, contudo a inflação apresentada foi de 10,67%, ou seja, uma diferença de mais de 5 pontos percentuais em relação à meta fixada (BACEN, 2015). Períodos de descontrole inflacionário levantam diversas dúvidas sobre a reputação do BACEN em manter os seus compromissos com a sociedade em dia, além de diminuir o nível de previsibilidade da economia, afetando de forma significativa o planejamento de projetos futuros do governo e das famílias. Segundo Barro e Gordon (1983), a persistência da inflação fora da meta estipulada é reflexo da perda de credibilidade da autoridade monetária, caso esta não cumpra os acordos previamente estabelecidos.

Apesar de um entendimento teórico, determinar uma variável que indique a credibilidade das autoridades monetárias através de um resultado numérico é uma tarefa de difícil aplicabilidade. Para isso, este trabalho procura estudar possíveis mudanças na expectativa dos agentes quanto à credibilidade do BACEN.

2. INFLAÇÃO, META DE INFLAÇÃO E EXPECTATIVA DOS AGENTES ECONÔMICOS.

Conforme pode ser observado na Figura 1, as taxas de inflação entre 2004 até 2014 estavam dentro da meta inflacionária imposta pelo Banco Central, cenário que mudou em 2015 com a variação de 4,26 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Essa aceleração na inflação foi relacionada a depreciação cambial e inércia inflacionária que ocorreram no período, com o aumento de preço no setor alimentício, habitacional e de combustível. Outro período de descontrole inflacionário ocorreu em 2020 com o início da crise do Covid 19, e seus efeitos ainda estão visíveis sobre os preços atuais, sinal de que a economia mundial ainda se recupera do choque econômico dos últimos dois anos.

Figura1 - Meta da inflação e inflação realizada por ano, 1999 a 2025.



Fonte: Banco Central do Brasil.

De acordo com a Figura 2, a inflação brasileira (medida pelo IPA), assim como em 2015 e 2016, acumulou valor superior a meta estabelecida de Banco Central e o COPOM. Os principais analistas ouvidos pelo BACEN acreditam que até o início de 2024 ela retorne ao intervalo (linha pontilhada) e se estabilize. Na última reunião ocorrida no fim de 2022 houve uma discussão sobre as perspectivas inflacionárias a partir das informações mais recentes. Alguns membros notaram o movimento benigno de commodities em reais, ressaltando riscos de queda adicional à frente. Outros membros enfatizaram o caráter volátil desses preços em ambiente de estoques pressionados. Por fim, todos avaliaram que a inflação corrente não surpreendeu de forma relevante em relação à expectativa ou alterou substancialmente o entendimento a respeito da dinâmica futura de inflação. Além disso, ressaltaram que a desinflação de serviços e dos núcleos de inflação, componentes de maior inércia, demandarão

maior atenção e perseverança na condução da política monetária (Atas do Comitê de Política Monetária – Copom 251ª Reunião - 6-7 dezembro, 2022).

Na 251ª o Comitê ressaltou ainda que, em seus cenários para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções. Entre os riscos de alta para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação, destacam-se (i) uma maior persistência das pressões inflacionárias globais; (ii) a elevada incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país e estímulos fiscais adicionais que impliquem sustentação da demanda agregada, parcialmente incorporados nas expectativas de inflação e nos preços de ativos; e (iii) um hiato do produto mais estreito que o utilizado atualmente pelo Comitê em seu cenário de referência, em particular no mercado de trabalho. Entre os riscos de baixa, ressaltam-se (i) uma queda adicional dos preços das commodities internacionais em moeda local; (ii) uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada; e (iii) a manutenção dos cortes de impostos projetados para serem revertidos em 2023. A conjuntura, particularmente incerta no âmbito fiscal, requer serenidade na avaliação dos riscos. O Comitê acompanhará com especial atenção os desenvolvimentos futuros da política fiscal e, em particular, seus efeitos nos preços de ativos e expectativas de inflação, com potenciais impactos sobre a dinâmica da inflação prospectiva.

Figura 2 – Variação das expectativas de mercado (Focus), da Meta de inflação e da inflação realizada.
Dados de 2014 a 2025.

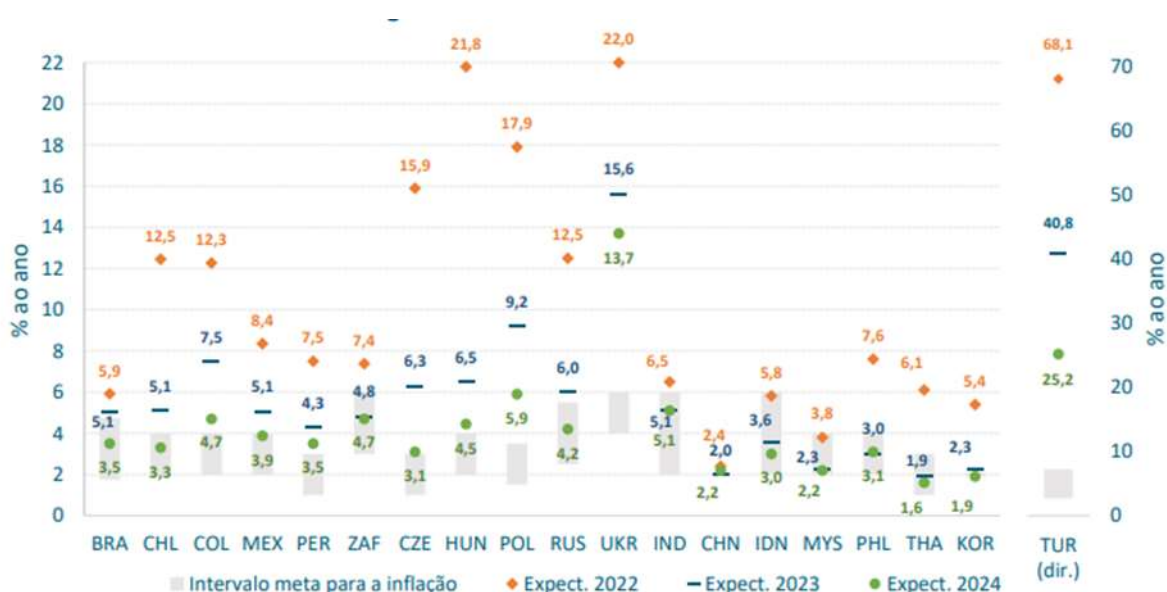


Fonte: Banco Central do Brasil.

Como destacado na Figura 3, as expectativas com relação a inflação brasileira são superiores ao intervalo da meta de inflação estabelecida pelo COPOM/BACEN. De acordo com o Órgão, a elevada incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país e estímulos fiscais adicionais que impliquem sustentação da demanda agregada, parcialmente incorporados nas expectativas de inflação e nos preços de ativos. O Comitê, ressaltou no Relatório de Inflação divulgado em 15 de dezembro de 2022 que acompanhará com especial atenção os desenvolvimentos futuros da política fiscal e, em particular, seus efeitos nos preços de ativos e expectativas de inflação, com potenciais impactos sobre a dinâmica da inflação prospectiva.

Cabe destacar que não só o Brasil está vivendo um período de inflação alta e expectativa elevada para 2022 e 2023, como pode ser visto na Figura 3, o Chile, a Colômbia, o México, o Peru, a Hungria, a Ucrânia e a Rússia também passam por esse processo.

Figura 3 – Expectativas de inflação de países selecionados



Fonte: Banco Central do Brasil.

3. METODOLOGIA

Para compreender a percepção do público em relação à credibilidade do BACEN, elaborou-se um questionário eletrônico contendo 10 questões. A amostragem foi do tipo de bola neve, onde um respondente encaminha para outros potenciais respondentes (DANCEY; REIDY; ROWE, 2017). De acordo com Noy (2008), a amostragem do tipo bola de neve participa da dinâmica das redes sociais naturais e orgânicas. O emprego da amostragem bola de neve nas redes sociais orgânicas traz à tona dois conceitos relevantes: (1) Conhecimento social: Capturado no projeto de amostragem de bola de

neve, o conhecimento social é atualmente visto como principalmente dinâmico, processual e emergente. (2) Relações de poder: Relacionada com a noção de conhecimento social está a noção de poder relações que ocorrem entre o(s) pesquisador (es) e o(s) pesquisado(s) e entre os próprios informantes. Esse recurso também está vinculado ao fato de que a amostragem de bola de neve faz uso de redes sociais naturais.

A “semente” foram alunos de graduação da Faculdade de Ciência Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE/UERJ). Amostragem não probabilística é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo. (Mattar, F. p. 132, 1996). A razão para o uso da amostragem não probabilística, no presente estudo, se refere às limitações de tempo necessários para a realização de uma pesquisa com amostragem probabilística. Assim, a amostra obtida não é probabilística.

Dentre as questões elaboradas, nove eram escalas de percepção e uma fechada sobre ser estudante de economia da FCE/UERJ ou outra categoria, como pode ser visto no Quadro 1. O questionário ficou disponível para ser respondido do dia 05/08/2022 ao dia 12/08/2022. Na última questão foi apresentado um gráfico, Figura 1, com a série histórica para meta da inflação e inflação efetiva.

4. RESULTADO DA PESQUISA COM OS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

A informação sobre ser estudante de economia da FCE/UERJ foi agrupada em duas categorias: Estudantes de Economia e Não sou estudante de economia. O objetivo principal do formulário é avaliar o conhecimento do indivíduo sobre assuntos relacionados a política monetária do Brasil, iniciando de forma simples ao definir conceitos básicos de inflação e poder de compra, no Quadro 1 são apresentadas as perguntas entregues aos respondentes.

Quadro 1 - Questões da pesquisa eletrônica.

Número	Texto da questão	Opções de resposta
Q1	Você é aluno de economia da UERJ? Qual o grau de escolaridade? Qual a sua faixa de renda? Qual a região? Faixa de idade?	Sim ou Não Preenchimento do livre Preenchimento do livre Preenchimento do livre Preenchimento do livre
A credibilidade pode ser definida como "Um banco central (Bacen) é confiável se as pessoas acreditam que ele fará o que diz" ("A central bank is credible if people believe it will do what it says.") (Blinder, 2000).		

Inflação é o aumento gradual e persistente dos preços dentro de uma economia, o que acaba implicando na diminuição do poder de compra da população no geral. Existem diversas formas de calcular a inflação, sendo a mais comum no Brasil o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O poder de compra é a capacidade dos indivíduos adquirirem bens e serviços dentro de uma economia a partir da transação monetária, ou seja, utilização do dinheiro para aquisição de bens necessários para a manutenção do bem-estar.		
Q2	No último ano você sentiu que seu poder de compra mudou? Se sim classifique. (não mudou, diminuiu, aumentou, não sei responder.	Sim ou Não Caso sim, diminuiu, aumentou ou não sei responder
Q3	Você sabia que existe meta de inflação no Brasil?	Sim ou Não
Q4	Reputação do BACEN	Escala de 1 a 5
Q5	Transparência sobre o cálculo da meta de inflação	1 – Muito ruim
Q6	Independência do BACEN	2 – Ruim
Q7	Acesso à informação do BACEN	3 – Neutro
		4 – Boa
		5 – Muito boa
		Não sei responder
Sua percepção sobre o combate à inflação.		
Q8	É dever do BACEN combater a inflação	Escala de 1 a 5
Q9	O BACEN deve dar incentivos fiscais	1 – Discordo totalmente
		2 – Discordo parcialmente
		3 – Neutro
		4 – Concordo parcialmente
		5 – Concordo totalmente
Q10	De 0 a 10, o quanto você confia no BACEN?	Escala de 1 a 10
Q11	Considerando o gráfico acima, o quanto você confia nas metas de inflação do BACEN?	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Antes das perguntas serem respondidas, no formulário foi apresentado um termo de concordância de participação da pesquisa de campo, onde o avaliado poderia responder se estava de acordo ou não com o estudo apresentado. Sendo assim, todos os dados utilizados para conclusão desta pesquisa foram analisados apenas pelos pesquisadores.

Como supra descrito, a amostragem foi do tipo de bola neve, na qual um respondente encaminha para outros potenciais respondentes. A “semente” foram alunos de graduação da Faculdade de Ciência Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE/UERJ). Assim, a amostra obtida não é probabilística. O questionário foi retornado por 48 respondentes. Cabe destacar ainda que a divulgação do questionário ocorreu durante 3 dias via WhatsApp e Facebook.

Como pode ser visto no Gráfico 1, 56,3% dos respondentes Estudam no curso de Ciências Econômicas da UERJ e o restante, 43,75% estão no momento em outro curso na mesma universidade. Cabe destacar que todos os respondentes estão matriculados em algum curso superior da instituição em questão.

Gráfico 1 – Perfil dos estudantes respondentes.



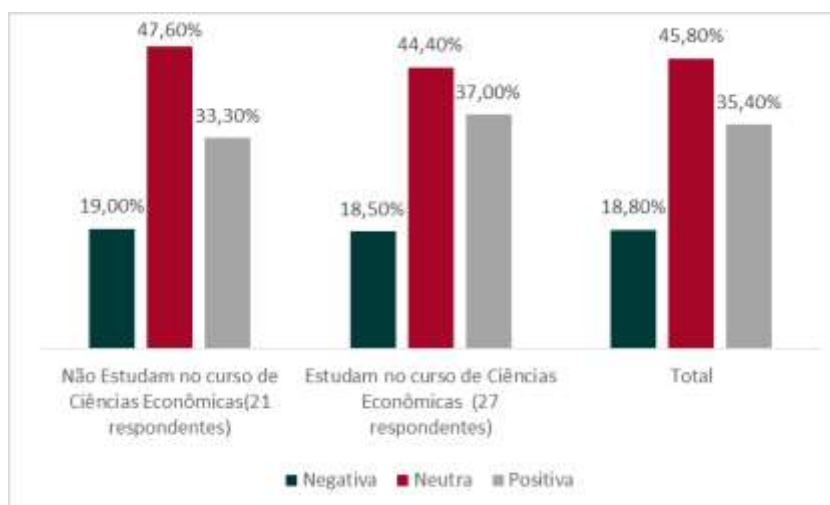
Fonte: Elaboração própria com base nas 48 respostas enviadas pelo *Google forms*

Como pode ser visto no Quadro 1 breves explicações sobre o tema desta pesquisa foram introduzidas antes dos respondentes começarem o questionário. O que é inflação, a credibilidade do Banco Central e o poder de compra dos indivíduos.

Dentre os estudantes de economia¹⁸, 5% têm uma percepção negativa da acurácia da meta de inflação do BACEN, o percentual é semelhante entre os não economistas (19,0%), contra 37,0% e 33,3%, respectivamente, que identificam como positiva, como pode ser visto na Tabela 1 e no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Respostas para a pergunta: No último ano você sentiu que seu poder de compra mudou?

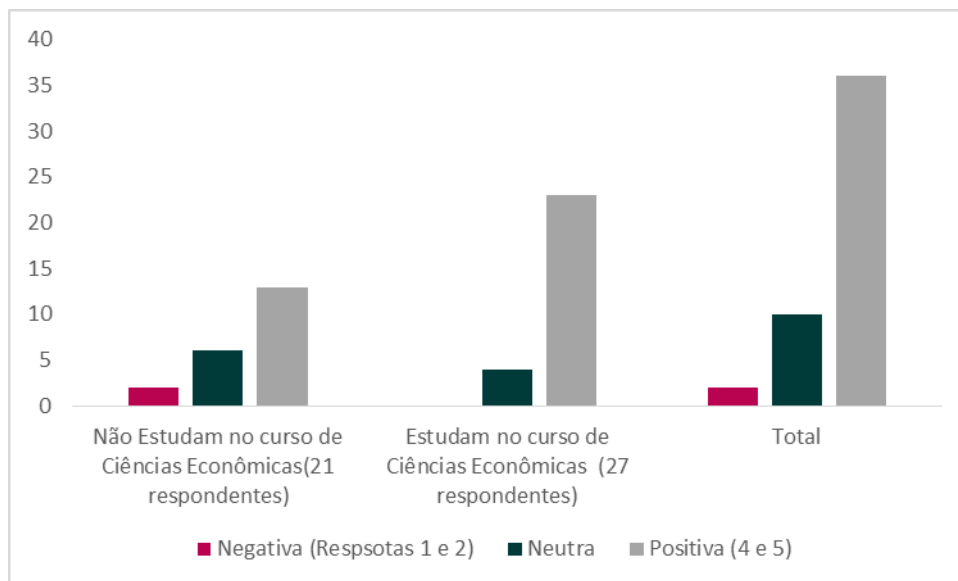
Se sim classifique. (não mudou, diminuiu, aumentou, não sei responder).



Fonte: Elaboração própria com base nas 48 respostas enviadas pelo *Google forms*

Como supracitado, a credibilidade do banco central é um conceito importante a ser compreendido para entender a evolução da economia nacional e global. A credibilidade pode ser entendida como uma medida de confiabilidade. Um banco central com forte reputação de credibilidade tem maior probabilidade de ser capaz de administrar choques econômicos, enquanto um banco central com reputação fraca pode ter dificuldade em fazê-lo. Quando observada a reputação do BACEN na pesquisa é possível constatar que nenhum dos estudantes de economia considerou a reputação negativa e quando avaliada o acesso à informação do BACEN é visto como positiva pelo mesmo grupo (63,0%). Já entre os não economista esses valores são de 9,5% e 38,1% respectivamente.

Gráfico 3 – Na sua opinião, de 1 a 5 como você considera a reputação do Bacen, sendo um para muito ruim e cinco para muito boa.



Fonte: Elaboração própria com base nas 48 respostas enviadas pelo *Google forms*

Tabela 1 – Distribuição dos resultados por grupo.

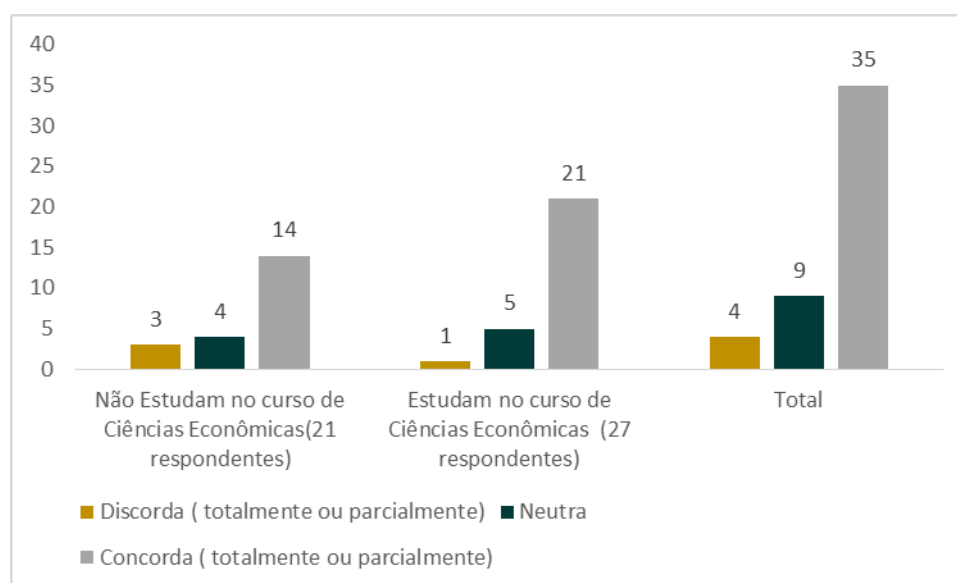
	Não Economista (N=21)	Economista (N=27)	Total (N=48)
Acurácia da meta de inflação			
Negativa	4 (19.0%)	5 (18.5%)	9 (18.8%)
Neutra	10 (47.6%)	12 (44.4%)	22 (45.8%)
Positiva	7 (33.3%)	10 (37.0%)	17 (35.4%)
Reputação do BACEN			
Negativa	2 (9.5%)	0 (0%)	2 (4.2%)
Neutra	6 (28.6%)	4 (14.8%)	10 (20.8%)
Positiva	13 (61.9%)	23 (85.2%)	36 (75.0%)
Transparência sobre o cálculo da meta de inflação			
Negativa	7 (33.3%)	6 (22.2%)	13 (27.1%)
Neutra	7 (33.3%)	8 (29.6%)	15 (31.3%)
Positiva	7 (33.3%)	13 (48.1%)	20 (41.7%)
Independência do BACEN			
Negativa	3 (14.3%)	4 (14.8%)	7 (14.6%)
Neutra	8 (38.1%)	10 (37.0%)	18 (37.5%)
Positiva	10 (47.6%)	13 (48.1%)	23 (47.9%)
Acesso à informação do BACEN			
Negativa	8 (38.1%)	5 (18.5%)	13 (27.1%)

	Não Economista (N=21)	Economista (N=27)	Total (N=48)
Neutra	5 (23.8%)	5 (18.5%)	10 (20.8%)
Positiva	8 (38.1%)	17 (63.0%)	25 (52.1%)
É dever do BACEN combater a inflação			
Discorda	3 (14.3%)	1 (3.7%)	4 (8.3%)
Neutra	4 (19.0%)	5 (18.5%)	9 (18.8%)
Concorda	14 (66.7%)	21 (77.8%)	35 (72.9%)

Fonte: Elaboração própria com base nas 48 respostas enviadas pelo *Google forms*

O Gráfico 4 apresentam as respostas sobre a percepção sobre o combate à inflação. Como pode ser visto, 77,8% dos respondentes que estudam no curso de Ciências Econômicas acreditam que é, de alguma forma, dever do BACEN combater a inflação. Apenas 3,7% dos estudantes discordam dessa afirmação, um percentual muito menor, comparado aos estudando dos outros cursos que responderam à pesquisa.

Gráfico 4– Na sua opinião, de 1 a 5 é dever do BACEN combater a inflação?



Fonte: Elaboração própria com base nas 48 respostas enviadas pelo *Google forms*

5. CONCLUSÃO

Nota-se que a maioria das pessoas dos grupos analisados avaliam positivamente os quesitos relacionados ao BACEN: reputação, transparência, independência, acurácia e acesso à informação. A maior parte concorda que é dever do BACEN combater a inflação.

Como a amostra não foi probabilísticos resultados não podem ser extrapolados para a população brasileira, o tamanho pequeno e a não aleatoriedade não permite a realização de testes de hipóteses para identificar a associação das respostas com os grupos (economistas e não economistas). Ainda assim as respostas são importantes para investigar a percepção dos estudantes com relação ao BACEN e sua atuação na economia promovendo a manutenção ou a elevação do bem-estar dos brasileiros via controle da inflação.

REFERÊNCIAS

- Aguir, A. Central bank credibility, independence, and monetary policy. *Journal of Central Banking Theory and Practice*, 7(3), 91-110. 2018.
- ARTORI, Marina Luciano. O regime de metas de inflação: fundamentação teórica e abordagem empírica para o Brasil. 2015. Tese de Mestrado.
- Banco Central do Brasil. Resolução CMN nº 4.237. Distrito Federal. 2015.
- BARRO, Robert J.; GORDON, David B. A positive theory of monetary policy in a natural rate model. *Journal of political economy*, v. 91, n. 4, p. 589-610, 1983.
- BLINDER, Alan S. Central-bank credibility: Why do we care? how do we build it?. *American economic review*, v. 90, n. 5, p. 1421-1431, 2000.
- CAMPOS, Bernard Gonin de. Credibilidade e função de reação do Banco Central do Brasil. 2015. Tese de Doutorado.
- DANCEY, Christine P.; REIDY, John G.; ROWE, Richard. Estatística sem matemática para as ciências da saúde. Penso Editora, 2017.
- DE MENDONÇA, Helder Ferreira. A teoria da independência do Banco Central: uma interpretação crítica. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 30, n. 1, p. 101-127, 2000.
- GOMES, Carlos Eduardo; SILVA, Claudeci. Regime de Metas para a Inflação no Brasil: Uma Abordagem Histórica de 1999 a 2012. *A Economia em Revista-AERE*, v. 24, n. 1, p. 65-86, 2016.
- MATTAR, F. Pesquisa de marketing. Ed. Atlas. 1996.
- NOY, C.. Sampling knowledge: The hermeneutics of snowball sampling in qualitative research. *International Journal of social research methodology*, 11(4), 327-344. 2008.
- Silva, L. S. Política monetária no Brasil: determinantes da credibilidade do Banco Central no regime de metas de inflação no período de 2002-2016. (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo). 2018.
- .

Capítulo 9



10.37423/230808127

O IMPACTO DA LIDERANÇA NO RESULTADO DA PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL

Joseane Stahl Silveira

Universidade Luterana do Brasil

Sandra Silveira da Silva

Universidade La Salle



Resumo: Toda empresa necessita conhecer as percepções e expectativas de seus funcionários em relação à organização, bem como conhecer as diferentes situações que impactam nestas percepções. Uma ferramenta muito utilizada para este fim é a pesquisa de clima organizacional. A pesquisa de clima organizacional é utilizada pela área de gestão de pessoas e tem a finalidade de identificar sintomas prejudiciais ao bom andamento da organização, possibilitando a indicação de uma possível melhora nas áreas afetadas. A liderança tem apresentado relação direta com este resultado. Este artigo visa abordar o impacto da liderança na pesquisa de clima organizacional das empresas. Esta ferramenta propicia aos gestores, diagnosticar o índice de satisfação de seus colaboradores, bem como verificar as necessidades de seus funcionários. O resultado da pesquisa está diretamente relacionado à cultura organizacional e a influência que os líderes possuem sobre os seus liderados. O objetivo da pesquisa de clima organizacional é atingir uma maior motivação entre os funcionários e, conseqüentemente, alcançar desta forma um aumento no comprometimento individual e coletivo dos colaboradores, refletindo diretamente na qualidade e na prestação de serviços da empresa. Percebe-se que, quando a liderança promove o comprometimento das pessoas com as suas atividades, este resultado já é demonstrado na pesquisa de clima organizacional.

Palavras-chave: Cultura. Clima Organizacional. Liderança.

1 INTRODUÇÃO

Toda empresa necessita conhecer as percepções e expectativas de seus funcionários em relação à organização.

Neste mercado cada vez mais competitivo, empresas de todas as áreas estão inovando em seus diversos processos, para manterem-se atualizadas e com potenciais para permanecerem no mercado empresarial. Dentro deste propósito, uma das áreas que está sofrendo grandes transformações e investimentos, é a área de gestão de pessoas. Em um enfoque maior, destaca-se a liderança. Este tema tem sido alvo de grandes estudos realizados por psicólogos e especialistas.

Segundo Chiavenato (2004, p.403) “As relações com empregados devem fazer parte integrante da filosofia da organização: a organização deve tratar seus empregados com respeito e oferecer meios de atender às suas necessidades pessoais e familiares.”

Para isto, é indispensável que a empresa estabeleça uma comunicação clara e objetiva entre empresa e funcionários.

Segundo Zarifian (2001, p. 148) “comunicar é entender o outro e compartilhar com ele referências, motivos e objetivos parcialmente comuns. “

Uma ferramenta muito utilizada para promover esta interação, utilizando uma comunicação adequada é a pesquisa de clima organizacional.

A pesquisa de clima organizacional possibilita o conhecimento de sintomas que prejudicam o bom andamento da organização, e propicia ações que aumentem a motivação dos funcionários, resultando num maior comprometimento dos colaboradores, na melhor qualidade do produto final e prestação de serviços.

Nesta senda, a liderança tem mostrado de fundamental importância no resultado das pesquisas de clima organizacional.

Ao longo dos tempos, a liderança destacou-se por ser algo natural, conquistado por um e incorporado pelos demais membros que se tornam seguidores do líder. Liderar é promover a realização de tarefas com o empenho e dedicação de todos, e fazer com que os demais se sintam tão responsáveis e comprometidos com a realização da tarefa quanto o próprio líder.

É a partir do sentimento de pertencer ao grupo e ser responsável pelos resultados, que os liderados exercem suas atividades e dedicam o melhor de si para o seu trabalho. Este comprometimento e

sentimento de pertencimento irá refletir diretamente e positivamente na pesquisa de clima organizacional.

Através da pesquisa realizada com base em referências bibliográficas, foi possível perceber o quanto é importante a empresa ser conhecedora das opiniões dos funcionários sobre a organização, bem como identificar que a liderança tem apresentado grande diferencial nos resultados obtidos. Para isto, a aplicação da pesquisa de clima é indispensável para ponderar e balisar estas informações, afim de pontuar os pontos fortes e francos da empresa em relação ao clima organizacional.

Por este motivo, o presente artigo tem por objetivo estudar o impacto da liderança no resultado da pesquisa de clima organizacional.

2 DESENVOLVIMENTO

LIDERANÇA

Embora vários autores trazem diferentes definições para o termo liderança, percebe-se que, por vezes, o entendimento deste termo dá margem à mal-entendidos, e também à ser empregado e utilizado de maneira incoerente, ou distorcido do verdadeiro sentido da palavra.

Liderança não é algo instituído, empossado, ou delegado à alguém. A liderança é algo que o indivíduo conquista perante as demais pessoas de um grupo, pois é quando elas acreditam e admiram suas ações, que decidem tornarem-se seus seguidores. É através desta aceitação e identificação que um líder terá êxito em suas atribuições.

Muito se escreve que liderança é a arte de influenciar pessoas e fazer com que elas realizem determinadas funções por acreditar que isto é importante também para elas, e não somente para aquela pessoa que está conduzindo as atividades.

CARVALHAL (2000, p. 79) destaca também algumas diferenças entre líderes e administradores, quando expressa que “o líder voa alto para criar, arriscar, inovar e inspirar novas visões e o administrador explora todo o sucesso que a visão e a criatividade tornam possível”.

Ao longo dos tempos, a liderança destacou-se por ser algo natural, conquistado por um e incorporado pelos demais membros que se tornam seguidores do líder. Liderar é promover a realização de tarefas com o empenho e dedicação de todos, e fazer com que os demais se sintam tão responsáveis e comprometidos com a realização da tarefa quanto o próprio líder.

Quando se fala em líder, não se fala necessariamente da liderança formal, designada pela empresa, mas sim, da liderança exercida pela aceitação do indivíduo, de fato.

O fato de ter sido designado para um cargo de chefia não quer dizer que o indivíduo exerça liderança sobre o seu grupo, pois a liderança, como já abordado, é conquistada e não imposta. O indivíduo que exerce autoridade pela imposição de um cargo, exerce a autoridade, propriamente dita. Seus subordinados o obedecem porque são obrigados à isto, enquanto o indivíduo que exerce autoridade pela liderança, tem seguidores que podem ser ou não seus subordinados, pois o mesmo proporciona a crença nas suas ideias e propósitos, fazendo com que a manifestação e a realização das atividades sejam feitas por vontade própria e por engajamento nos propósitos.

É importante destacar a importância do envolvimento que os seguidores precisam sentir e incorporar, a manifestação da vontade mútua em fazer parte do processo e o alto grau de responsabilidade delegado à cada colaborador. Estes atributos são conduzidos e oferecidos pelo líder, a fim de despertar em cada indivíduo a certeza de fazer parte do grupo e ser responsável pelo sucesso ou pelo fracasso do resultado final. Com isto, cada um percebe a importância do trabalho que realizou e identificam seus ganhos e vantagens no processo.

De fato, percebe-se que é através do sentimento de pertencer ao grupo e ser responsável pelos resultados, que os liderados exercem suas atividades e dedicam o melhor de si para o seu trabalho.

CLIMA ORGANIZACIONAL

As relações interpessoais estão cada vez mais em voga dentro das organizações. Esses relacionamentos criam uma atmosfera psicológica, que envolve todos os funcionários da organização, logo, surge a necessidade de identificar os fatores que afetam a motivação e a produtividade, causando intranquilidade para as organizações. Luz, salienta: “Clima organizacional é a atmosfera psicológica que envolve, num dado momento, a relação entre a empresa e seus funcionários.” (2003, p.12).

Cada organização possui uma estrutura, um ambiente de trabalho, ideologias, valores, estratégias de socialização, de gestão de pessoas, sua própria história, seus mitos, heróis, rituais, crenças e muitos outros fatores, que integram a cultura de uma organização.

Através de uma pesquisa de clima organizacional, é possível analisar a situação do ambiente de trabalho, a fim de detectar anomalias e criar uma estratégia de ação.

Um clima saudável pode ser considerado um ambiente em que as pessoas se sintam bem, por sua vez, um clima negativo propicia mal-estar.

O clima faz parte da organização, e por sua vez é parte resultante da cultura organizacional. Clima e cultura estão ligados, mas, o clima organizacional é identificado como uma manifestação da cultura organizacional.

A pesquisa de clima deve ser aplicada anualmente, ou a cada dois anos, geralmente é feita através do preenchimento de uma escala, no qual os funcionários manifestam suas opiniões, de maneira que na avaliação é possível detectar suas insatisfações e o ambiente de trabalho.

O bom relacionamento entre funcionários e chefias propicia maior motivação, comprometimento e produtividade nas organizações.

O mundo esta em eterna transformação. Essa transformação repercute na economia, política, tecnologia, cultura e em todos os campos, imagináveis e inimagináveis, afetando desta maneira, o clima das organizações.

É fácil dizer para não misturar o profissional com o pessoal, mas os problemas pessoais dos funcionários podem afetar bem mais o comprometimento com o trabalho profissional do que se possa imaginar, portanto se faz necessário uma relação de confiança, respeito e consideração, a fim de proporcionar motivação e assistência nos momentos de dificuldade de seus funcionários.

Para Luz (2003, p. 29) “poucas são as empresas que tem interesse em ouvir seus clientes internos, em conhecer suas expectativas profissionais, pessoais.” É esse desinteresse que muitas vezes pode causar a falta de motivação e a falta de comprometimento com a empresa.

Cada organização possui seu estilo em administrar, mas todas precisam visar as relações com seus funcionários e superiores, para que exista harmonia, motivação e um bom ambiente de trabalho, para gerar maior comprometimento com a organização.

Um elemento básico e necessário dentro das organizações é a comunicação. É através dela que poderemos diagnosticar manifestação de satisfação ou insatisfação, obtermos informações gerais do desenvolvimento da organização, proporcionar mudanças, entre outros meios.

A comunicação é essencial para o entendimento e desenvolvimento do trabalho nas organizações. É a comunicação que possibilita a aplicação e o retorno da pesquisa de clima organizacional.

3 MATERIAL E METODO

Este capítulo visa demonstrar o método de pesquisa, como foram realizadas todas as etapas, procedimentos, fases, etc.

Este artigo foi desenvolvido através de levantamento de informações, com base em referências bibliográficas. A pesquisa bibliográfica foi focada em aspectos específicos para aprimorar o conhecimento sobre o impacto da liderança na pesquisa de clima organizacional, afim de identificar a importância da liderança no bom andamento da organização, possibilitando identificar a satisfação dos colaboradores em relação a organização, visando alcançar a melhora na qualidade do produto e da prestação de serviços da empresa.

As fases da pesquisa foram:

- a) Coleta de informações;
- b) Pesquisas bibliográfica;
- c) Estudo do assunto;
- d) Análise e interpretação dos materiais;
- e) Análise geral e realização das considerações gerais.

A base desta pesquisa é composta por todos os materiais de apoio utilizados. O objetivo da pesquisa é ampliar os conhecimentos sobre o impacto da liderança na pesquisa de clima organizacional, pois reflete diretamente no desenvolvimento das empresas.

A pesquisa foi realizada em materiais focados na área de gestão de pessoas, com ênfase em clima organizacional e liderança.

A análise dos dados se deu da seguinte maneira, com os materiais em mãos, foram extraídas informações pertinentes à liderança e seu impacto na pesquisa de clima organizacional.

Assim, por meio de pesquisas bibliográficas, foi realizada a análise do material. Através desta análise, foi possível identificar o impacto da liderança na pesquisa de clima organizacional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através da aplicação da pesquisa de clima organizacional, é possível verificar a percepção que os colaboradores possuem da empresa, das condições e do ambiente de trabalho. Assim, pode ser

elaborado um plano de ação para melhorar o ambiente e condições de trabalho dos colaboradores, a fim de permitir uma melhor colaboração e comprometimento.

Segundo Chiavenato (2004, p. 10) “Gestão de pessoas permite a colaboração eficaz das pessoas, para alcançar os objetivos organizacionais e individuais”..

A pesquisa de clima organizacional permite que a empresa tenha conhecimento das expectativas e das necessidades dos funcionários. De acordo com as percepções dos colaboradores é possível criar estratégias e planos de ação necessários para melhorar o ambiente de trabalho.

Com a análise do material de estudo, foi possível identificar que a liderança exercida pelos líderes da empresa tem impacto significativo na pesquisa de clima organizacional, pois se o líder consegue conduzir seus liderados de maneira a fazer com que eles sintam-se parte do processo, reconhecidos e valorizados dentro da instituição, logo, a pesquisa de clima identificará este sentimento de pertencimento da instituição, o qual motiva e mobiliza os colaboradores a desempenhar suas funções, oferecendo o máximo de si no cumprimento de suas atividades. A satisfação do funcionário implica principalmente na sua motivação e realização.

Toda dedicação da empresa para atingir a necessidade dos funcionários e da empresa, resulta em maior motivação dos colaboradores, onde todos trabalham mais felizes e comprometidos. Por consequência, melhora o ambiente de trabalho, tornando-o mais agradável.

Para Chiavenato (2004, p. 430) “As pessoas passam a maior parte de seu tempo na organização, em um local de trabalho, que constitui seu hábitat.”, pode-se dizer que as pessoas passam a maior parte de seus tempos com os colegas de trabalho do que com seus próprios familiares.

Ainda Chiavenato (2004, p. 430) “O ambiente de trabalho se caracteriza por condições físicas e materiais e por condições psicológicas e sociais”. Diante do tempo que se passa, dentro de uma organização, é necessário que o ambiente seja harmonioso e que reflita um ambiente no qual o colaborador se sinta parte do processo.

Assim, se faz prioridade o conhecimento do nível de satisfação dos colaboradores através da pesquisa de clima organizacional, a qual sofrerá impacto pelo estilo de liderança desenvolvido por seus líderes.

Para Chiavenato (2004, p. 5) “ as organizações são constituídas de pessoas e dependem delas para atingir seus objetivos e cumprir suas missões.”

É importante que as organizações se dêem conta sobre as influências que as pessoas sofrem diariamente, quanto ao contexto social, econômico, político, pessoal e cultural, o qual determina o que elas pensam e como agem, influenciando desta maneira o ambiente em que trabalham.

As atividades de relações com funcionários proporcionam troca de confiança, respeito e consideração entre si. Neste ponto, o líder tem papel essencial, pois ele representa o reconhecimento da empresa junto ao funcionário e a equipes.

Pessoas que se sentem pertencentes ao grupo e com alto grau de comprometimento, são pessoas que se consideram felizes no seu ambiente de trabalho e na organização, e que será demonstrado na pesquisa de clima organizacional.

A pesquisa de clima organizacional permite a empresa conhecer melhor sua cultura organizacional e possibilita a gestão de pessoas proporcionar o constante desenvolvimento dos líderes, afim de proporcionar a satisfação dos seus colaboradores, para que possam sentir-se felizes, realizados, retribuindo desta forma com trabalhos adequados com as suas capacidades, pois para Chiavenato (2004, p. 10) “ as pessoas podem aumentar ou reduzir as forças e fraquezas de uma organização dependendo da maneira como elas são tratadas”

Mediante estas considerações é que se faz necessário uma avaliação de clima organizacional a cada 2 anos, no mínimo, a fim de que se possa alterar, mudar ou criar novas estratégias, inclusive quanto a liderança exercida sobre as equipes.

Este trabalho proporcionou o aprendizado sobre o impacto da liderança no resultado da pesquisa de clima organizacional e, conseqüentemente, no desenvolvimento das empresas, além de todo o conhecimento adquirido nas pesquisas de literatura.

5 CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento deste artigo foi possível concluir que a liderança tem papel fundamental numa empresa que visa manter o comprometimento dos funcionários. Este comprometimento reflete na satisfação explicitada na pesquisa de clima organizacional, que tem por objetivo conhecer os pensamentos, percepções, sentimentos e necessidades dos colaboradores, afim de estreitar as relações entre empresa e funcionários. Neste contexto, evidencia-se que a liderança tem importante impacto no resultado da pesquisa de clima organizacional, pois reflete a satisfação do funcionário e, conseqüentemente, resulta na qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela empresa.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza, Projeto de pesquisa: proposta metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.
- CARVALHAL, Eugenio do. Ciclo de Vida das organizações: peopleware, liderança transformadora e desenvolvimento de equipes de alto desempenho. Rio de Janeiro: FGV, 2000
- CHIAVENATO, Idalberto. Administração Teoria, Processo e Prática. 2.ed. São Paulo: Makron Booke, 1994.
- CHIAVENATO, Idalberto. Gerenciando Pessoas: Como transformar gerentes em gestores de pessoas. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. Cultura e Poder nas organizações. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- FREITAS, Maria E. Cultura Organizacional: formação tipologias e impacto. São Paulo: Markron Books, McGraw-hill, 1991.
- KOLD, David; RUBIN, Irwin; MCINTYRE Jame. Psicologia Organizacional uma abordagem vivencial. São Paulo: Atlas, 1999.
- KOTLER, Philip. Administração de Marketing. Traduzido por Bazán Tecnologia e Lingüística. revisão técnica Arão Sapiro. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- LUZ, Ricardo. Gestão do Clima Organizacional. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.
- ROMERO, Sonia Mara; BITTENCOURT, Christiane. Retrato do Clima Organizacional. In: MASIERO, Christiane; PEREIRA, Janice I; MOTTA, Ana Catarina F. da. Inter-relações; temas em processo de grupo: Caderno Temático do Grupo de Pesquisa “Processos de grupo e relações inter-pessoais”. Porto Alegre: PUCRS, 1999. (Pós-graduação em Psicologia). Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1999. 132p. p. 79 a 92.
- WAGNER, John; HOLLENBECK, John R. Comportamento Organizacional. Traduzido por Cid Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 1999.
- ZARIFIAN, Philippe. Objetivo Competência. Traduzido por Maria Helena C.V. Trylinski. São Paulo: Atlas, 2001.

Capítulo 10



10.37423/230808136

ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS RELATIVOS À PUBLICIDADE E PROPAGANDA DE CIRURGIÕES- DENTISTAS

Rayssa Nayra de Albuquerque Lima

*Centro Universitário Maurício de Nassau
Belém*

Daniel Faustino Lopes

*Centro Universitário Maurício de Nassau
Belém*

Laissa Soares de Oliveira

*Centro Universitário Maurício de Nassau
Belém*

Leila Maués Oliveira Hanna

Universidade do Estado do Pará



Resumo

Introdução: com a ampliação tecnológica e a popularização do uso da internet, houve um favorecimento do uso das mídias sociais para divulgação de serviços e estabelecimentos como forma de angariar clientes por meio de marketing digital, entretanto não são todos os profissionais que cumprem os preceitos previstos no Código de Ética Odontológica (CEO). **Objetivo:** investigar o modo como cirurgiões-dentistas têm utilizado as redes sociais para divulgar suas atividades profissionais.

Material e métodos: o tipo de estudo contempla uma natureza descritiva de abordagem qualitativa/quantitativo. Para avaliar a infração ética foram analisados 326 perfis na rede social Instagram®. Esse quantitativo foi determinado através de cálculo amostral, considerando que atualmente no município de Belém do Pará possui 3.413 cirurgião dentistas ativos registrados no Conselho Regional do Pará. **Resultados:** após avaliação obteve-se que 126 perfis apresentavam pelo menos 1 das 14 infrações ética pré-determinada pelos autores da pesquisa. **Conclusão:** um percentual alto de perfis de Cirurgiões-Dentistas no estado do Pará não está dentro das normas pré-estabelecidas pelo Código de Ética Odontológico no que trata da publicidade e propaganda.

Descritores: Análise Ética, Código de Ética, Ética, Odontólogos, Publicidade, Propaganda, Benchmarking.

INTRODUÇÃO

Com a ampliação tecnológica e a popularização do uso da internet, houve um favorecimento do uso das mídias sociais para divulgação de serviços e estabelecimentos como forma de angariar clientes por meio de marketing digital, entretanto não são todos os profissionais que cumprem os preceitos previstos nos Art. 44 e 45 do Código de Ética Odontológica (CEO), o qual regulamenta os anúncios, propagandas e publicidade na profissão. Toda prática nesta área deve estar dentro das normas estabelecidas pelo CEO¹.

Atualmente as relações interpessoais se instituem virtualmente, por isso é necessário o uso das Redes Sociais pelos profissionais da odontologia para que através delas se estabeleça uma comunicação mais estreita com os seus clientes e os demais públicos. Sendo assim, é de suma importância o uso dessas ferramentas no planejamento estratégico de clínicas e consultórios odontológicos a fim de que seja alcançado modernidade, interatividade, rapidez na transmissão de notícia².

Devido ao crescimento das redes sociais virtuais, muitos setores da economia passaram a identificar perfis do Instagram® como ferramentas para interagir com o público-alvo e realizar a publicidade e propaganda dos seus serviços e produtos. Por causa do seu alcance, as redes sociais virtuais estabeleceram certa popularidade entre cirurgiões-dentistas e têm sido amplamente utilizadas para propaganda. No entanto, é necessário atentar para as normas que regem o uso da publicidade e propaganda por parte deste profissional³.

Ocorre que, com o avanço da tecnologia e a consequente utilização do marketing digital nas redes sociais, dúvidas foram suscitadas entre os Cirurgiões Dentistas que faziam uso de tal mecanismo, já que o Código de Ética não versava sobre tais assuntos, deixando lacunas normativas.

Por este motivo passou-se a discutir a respeito da necessidade da manifestação do Conselho Federal de Odontologia, fazendo entender que o Código de Ética, por si só, não alcançava o avanço social/digital, obstando a ascensão virtual da classe². Frente a esta questão, em 29 de janeiro de 2019 foi publicada a Resolução 196/2019, para implementar o Código de Ética Odontológica, regulamentando o uso das mídias sociais como veículo de divulgação de assuntos odontológicos.

Mesmo diante dessa resolução, ainda há profissionais que não conhecem e/ou não se adequaram devidamente aos preceitos legais preestabelecidos. Nesse sentido este trabalho tem como objetivo investigar o modo como cirurgiões dentistas têm utilizado o Instagram®, no município de Belém PA,

quanto a divulgação do seu trabalho e/ou da sua marca e consequentemente conscientizar os CD da necessidade da valorização da classe odontológica.

METODOLOGIA

O tipo de estudo aplicado foi de natureza descritiva de abordagem qualitativa/quantitativa, devido a modalidade descritiva possibilitar uma análise detalhada das particularidades dos perfis indicados, tornando possível uma melhor identificação na adequação ou não dos cirurgiões dentistas às legislações em vigor em suas redes sociais.

A presente pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética, já que todos os dados que foram utilizados para o trabalho são de domínio público e em nenhum momento foi identificado os perfis analisados durante a pesquisa.

Para avaliar a infração ética foram analisados 326 perfis na rede social Instagram®. Esse quantitativo foi determinado através de cálculo amostral, considerando que atualmente no Município de Belém do Pará possui 3.413 cirurgião dentistas ativos registrados no Conselho Regional do Pará no ano de 2021.

Como critério de inclusão para análise buscou-se os perfis de cirurgiões dentistas que possuíam essa informação na descrição de sua Bio, blog pessoal, figura pública, tendo acima de 10 mil seguidores ou criador de conteúdo digital, se intitulando cirurgião, especializado, informava link ou número para contato e número de inscrição no CRO. Já os perfis sem informativo descritivo de profissão ou número de inscrição no CRO e sem nenhuma publicação postada no feed eram excluídos da análise.

As infrações ética procuradas nas análises dos perfis foram: publicidade e propaganda enganosa e abusiva; expressões ou imagens de antes e depois; preços; serviços gratuitos; anunciar ou divulgar títulos, qualificações, especialidades que não possua, sem registro no Conselho Federal; anunciar ou divulgar técnicas, terapias de tratamento, área da atuação, que não estejam devidamente comprovadas cientificamente; criticar técnicas utilizadas por outros profissionais como sendo inadequadas ou ultrapassadas; dar consulta, diagnóstico, prescrição de tratamento ou divulgar resultados clínicos por meio de qualquer veículo de comunicação de massa; divulgar nome, endereço ou qualquer outro elemento que identifique o paciente, a não ser com seu consentimento livre e esclarecido, ou de seu responsável legal; aliciar pacientes, praticando ou permitindo a oferta de serviços através de informação ou anúncio falso, irregular, ilícito ou imoral, com o intuito de atrair clientela; anunciar serviços profissionais como prêmio em concurso de qualquer natureza; expor ao público leigo artifícios de propaganda, com o intuito de granjear clientela, especialmente a utilização

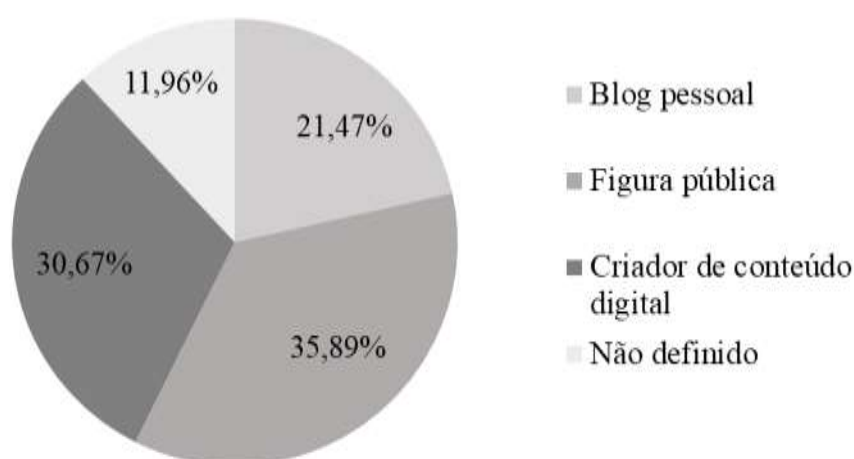
de imagens e/ou expressões antes, durante e depois, relativas a procedimentos odontológicos; realizar a divulgação e oferecer serviços odontológicos com finalidade mercantil; telemarketing ativo à população em geral, stands promocionais, caixas de som portáteis ou em veículos automotores, plaqueteiros entre outros meios que caracterizem concorrência desleal e desvalorização da profissão.

Os dados dos perfis do Instagram foram extraídos e analisados por meio dos programas Microsoft Office Excel 2016 e BioEstat® 5.3. Os resultados descritivos foram expressos através de frequência absoluta e proporção. Para comparar os tipos de infrações cometidas nos perfis de Instagram dos dentistas do município de Belém. Foi aplicado o teste Qui-Quadrado, utilizando o nível de significância de 5%.

RESULTADOS

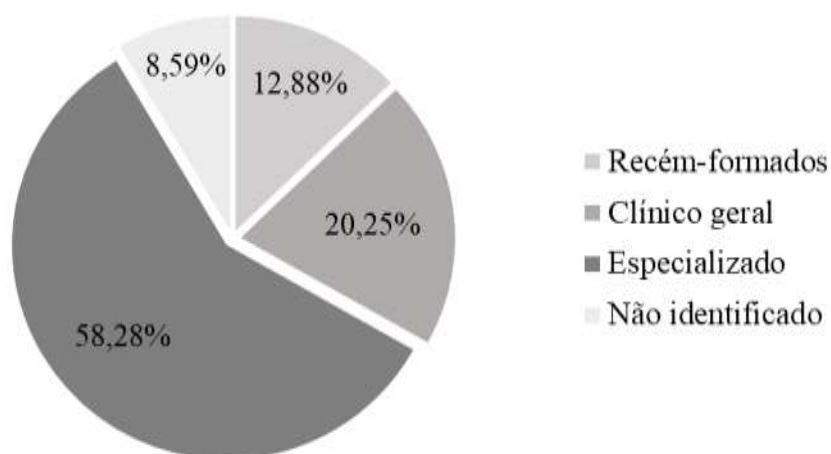
Inicialmente foi feita uma análise da Bio dos 326 perfis do Instagram®. Foram observados os seguintes tópicos: Blog pessoal, figura pública (com mais de 10mil seguidores), criador de conteúdo digital (utiliza outras plataformas), os perfis que não se encaixavam em nenhum desses quesitos entraram na classificação não definido, conforme segue na figura 1.

Figura 1. Identificação da Bio dos perfis de Instagram dos Cirurgiões-Dentistas do Município de Belém-Pará.



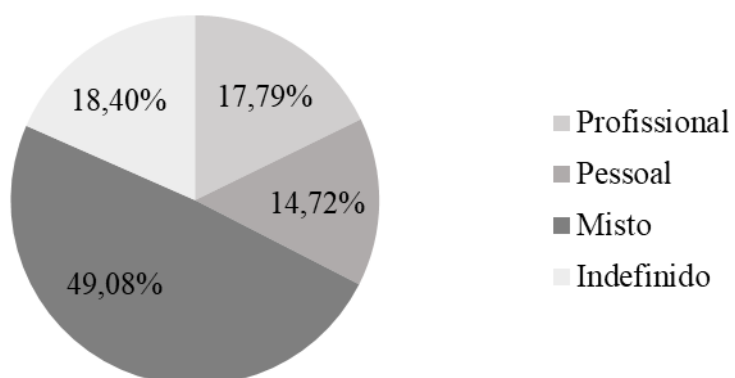
A figura 2 nos permite detectar o nível de formação acadêmica dos 326 perfis analisados, a partir da Bio dos seus perfis de Instagram®.

Figura 2. Níveis de formação acadêmica identificado na Bio dos perfis analisados. Sendo Recém-formados com menos de 1 ano de formado.



A **figura 3** nos permite observar qual o tipo de conteúdo publicado nos 326 perfis analisados. Foi considerado perfis profissionais aqueles que as publicações eram postagem voltadas para o meio odontológico como por exemplo: dicas de higiene bucal, maneira correta de se passar o fio dental, entre outros. Já os perfis com conteúdo pessoal foram considerados aqueles em que o dono é um cirurgião-Dentista, mas as suas postagens são apenas de cunho pessoal, familiar, sem postagens voltadas para o meio odontológico.

O perfil misto foi considerado nos perfis de Cirurgiões-Dentistas que mesclavam tanto postagens sobre sua vida pessoal e cotidiano como também postagens voltadas ao meio odontológico e vida profissional. Os perfis que não tinham publicações suficientes para ser analisados e não atendiam nenhum dos outros critérios foram classificados como conteúdo indefinido.

Figura 3. Tipo de conteúdo publicado nos perfis analisados

A tabela 1 caracteriza as infrações cometidas nos perfis de acordo com o gênero dos cirurgiões-dentistas no Município de Belém-Pará.

Tabela 1 Infrações cometidas nos perfis de acordo com o gênero.

INFRAÇÕES	HOMEM	MULHER
Publicidade e propaganda enganosa e abusiva;	4 (4,12%)	11 (4,80%)
Expressões ou imagens de antes e depois;	39 (40,21%)	87 (37,99%)
Preços;	3 (3,09%)	2 (0,87%)
Anunciar ou divulgar títulos, qualificações, especialidades que não possua, sem registro no conselho federal;	0 (0%)	0 (0%)
Anunciar ou divulgar técnicas, terapias de tratamento, área da atuação, que não estejam devidamente comprovadas cientificamente;	3 (3,09%)	2 (0,87%)
Divulgar nome, endereço ou qualquer outro elemento que identifique o paciente, a não ser com seu consentimento livre e esclarecido, ou de seu responsável legal;	6 (6,19%)	17 (7,42%)
Aliciar pacientes, praticando ou permitindo a oferta de serviços através de informação ou anúncio falso, irregular, ilícito ou imoral, com o intuito de atrair clientela;	4 (4,12%)	23 (10,04%)
Expor ao público leigo artifícios de propaganda, com o intuito de granjear clientela, especialmente a utilização de imagens e/ou expressões antes, durante e depois, relativas a procedimentos odontológicos;	36 (37,11%)	87 (37,99%)
Realizar a divulgação e oferecer serviços odontológicos com finalidade mercantil;	23 (23,71%)	35 (15,28%)
Telemarketing ativo à população em geral, stands promocionais, caixas de som portáteis ou em veículos automotores, plaqueteiros entre outros meios que caracterizem concorrência desleal e desvalorização da profissão.	7 (7,22%)	12 (5,24%)

DISCUSSÃO

Apesar do amplo acesso ao código de ética e do mesmo ter sido atualizado com os artigos 32 e 34; ainda existe profissionais que não respeitam as normativas do CEO. Isso ocorre porque a nova geração de profissionais quer alcançar seu público-alvo através das redes sociais.

Com cerca de 800 milhões de utilizadores ativos o Instagram é uma das redes sociais mais populares em todo o mundo.⁸ Devido à popularidade emergente desta rede social e à fácil acessibilidade através de smartphones, o electronic word-of-mouth no Instagram tem crescido visivelmente, tornando-se uma fonte de informação persuasiva e influente⁸.

O marketing digital tem se mostrado de grande importância no mercado de serviços odontológicos, além da sua grande aceitação por parte dos cirurgiões-dentistas¹. Nesse sentido é importante ressaltar que o conselho federal de odontologia não proíbe que o profissional utilize para ganho e/ ou lucro; apenas zela que o siga o decoro da publicação para que haja um melhor enriquecimento da profissão, porém os profissionais com âmbito de lucro acabam perdendo decoro expondo o público leigo a práticas e expressões que desvalorizam a profissão.

Pesquisa realizada recentemente ² observou que no Instragam® a expressão “antes e depois” foi utilizada por 68,57% das clínicas e cirurgiões analisados. Em nossa pesquisa foi observado um percentual de 40,21% de casos.

Essa diferença de percentual pode ser justificada pelo fato de que em nossa pesquisa analisamos apenas perfis de cirurgiões, não sendo analisado as clínicas.

Inclusive nossa pesquisa mostrou grande significância equiparada a região nordeste, apesar de serem pesquisados apenas os de cirurgiões no município de Belém-PA. atuante fizemos um percentual relacionado a gênero apesar dos resultados serem igualitários referente ao acometimento das infrações nas publicações foi observado uma maior relevância do mulheres, com uma maior quantitativos de perfis e utilizando o instagram com ferramenta de marketing digital.

A falta de uma maior vigilância por parte dos CROs, associado a própria desvalorização da profissão por parte dos CD, pode acarretar um processo de propaganda enganosa ao consumidor/ cliente. Diante desse preceito, por meio da Lei nº. 8.078 de 11 de setembro de 1990, surgiu o código de defesa do consumidor que tem como objetivo buscar a necessidade de tutelar o consumidor vulnerável e consequentemente assegura reequilibrar as relações consumeristas⁹.

Com o avanço da tecnologia e a consequente utilização do marketing digital nas redes sociais, surgiram dúvidas entre os Cirurgiões Dentistas que faziam uso de tal mecanismo, já que o Código de Ética não versava sobre tais assuntos, deixando lacunas normativas. Por este motivo passou-se a discutir a respeito da necessidade da manifestação do Conselho Federal de Odontologia, fazendo entender que o Código de Ética, por si só, não alcançava o avanço social/digital, obstando a ascensão virtual da classe.¹

É inevitável o uso das redes sociais como ferramenta para alavancar e divulgar o trabalho do cirurgião dentista, só que se faz necessário normas e punições mais rígidas para que não haja a desvalorização da profissão. Cabe ao profissional da área da Odontologia o dever de cumprir o que dispõe a legislação e os dispositivos éticos em vigor e adotar estratégias de comunicação e publicidade no qual fique claro o seu tipo de “serviço prestado” deixando claro de uma forma coloquial para que o seguidor/futuro paciente esteja ciente do tipo de procedimento a ser desejado e seus resultados, seguindo os preceitos éticos e legais, em especial, o de “zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da Odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão”.

CONCLUSÃO

Finalizamos este presente estudo com a constatação que uma grande quantidade de perfis do Instagram® de cirurgiões-dentistas do município de Belém estão em desacordo com o Código de Ética Odontológico que rege sobre os aspectos éticos e legais relativos à publicidade e propaganda.

Sendo assim, é necessário que haja uma maior fiscalização e vigilância por parte dos órgãos competentes, para que esse tipo de infrações e irregularidades sejam investigadas e apuradas, evitando assim que haja um aviltamento da profissão.

REFERÊNCIA

1. Lira, Ana de Lourdes Sá de; Magalhães, Bruna Mouzinho. Digital marketing in dentistry and ethical implications / Marketing digital em odontologia e implicações éticas Braz. dent. sci; 21(2): 237-246, 2018. Tab.
2. LAISA FIGUEIRA MARTINS.O INSTAGRAM COMO FERRAMENTA DE ATRATIVIDADE POR PROFISSIONAIS DA ODONTOLOGIA: IMPLICAÇÕES ÉTICAS NAS ESTRATÉGIAS, INDICAÇÕES E DESFECHOS.Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Odontologia) - Faculdade Maria Milza, 2020.
3. Danyella de Jesus Ramos Santos, Adylla Bianca Coelho Fortes, Elizabeth Lima costa, José Ferreira Costa. Publicidade e propaganda odontológica: avaliação ética da divulgação. Anais - XVIII CIOBA, 02 a 05/11 de 2016.
4. Arthur Igor Cruz LIMA , Rafael Andrade CRUZ , Ricardo Araújo da SILVA. Ética Odontológica ANÁLISE DOS PERFIS DE CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS E DE CIRURGIÕES-DENTISTAS EM DUAS REDES SOCIAIS QUANTO AOS ASPECTOS ÉTICOS, DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE/Analysis of the profiles of dental clinics and dentists in two social media regarding the ethical issues related to advertising and propaganda. Rev Bras Odontol Leg RBOL. 2018;5(1):22-29.
5. Allan Ulisses Carvalho de Melo,Ricardo Luiz Cavalcanti Albuquerque Júnior, Cyntia Ferreira Ribeiro, Rômulo Oliveira de Hollanda Valent, Sérgio Bartolomeu de Farias Martorelli, Augusto Tadeu Ribeiro de Santana. Publicidade odontológica na internet: considerações éticas e legais. RFO, Passo Fundo, v. 17, n. 2, p. 240-243, maio/ago. 2012.
6. Natallya Silva Dantas Morais. MARKETING DIGITAL ATRAVÉS DA FERRAMENTA INSTAGRAM. e-Acadêmica, v. 1, n. 1, e3, 2020(CC BY 4.0). Publicado 01/04/2020.
7. Cláudia Sofia Gomes Pereira. Digital influencers e o comportamento dos seguidores no Instagram: um estudo exploratório. Dissertação de Mestrado. INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO. Porto 2017.
8. Joice Kelly Soares dos Santos, Ilma Maria da Silva Araújo. A PUBLICIDADE ENGANOSA, ABUSIVA E A TUTELA DO CONSUMIDOR: O SETOR DA INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS. Novos Direitos v.9, n.1, jan.- jun. n. 2021, p.48-64; ISSN: 2447 – 1631.
9. Sílvia Girlane Nunes da Silva, Izabel Maia Novaes, Brenda Marjorie da Silva Santos, Lidiana Teixeira de Albuquerque, Alberto Jorge Cavalcante Lins, Hildeberto Cordeiro Lins, Halberto Barbosa Palmeira. PROPAGANDA E PUBLICIDADE IRREGULAR EM ODONTOLOGIA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 11, p. 92357-92373, nov. 2020. ISSN 2525-8761

Capítulo 11



10.37423/230808138

UMA ANÁLISE DAS TIC NO MEIO RURAL A PARTIR DA PESQUISA PRODUTOR RURAL SEBRAE 2017

Ariane Fernandes da Conceição

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Jhose Iale Camêlo Cunha

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Alair Ferreira de Freitas

Universidade Federal de Viçosa

Sergio Schneider

Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar os dados de acesso a internet pelos agricultores brasileiros no ano de 2017. Para tanto, como metodologia recorreu-se a uma revisão de literatura, bem como ao acesso e análise dos dados de pesquisa desenvolvida pelo Sebrae sobre a utilização das tecnologias de informação e comunicação, junto aos agricultores que tiveram atendimento em 2016 que constam na base de dados do Siacweb e/ou empresa com CNAE do setor de agropecuária, selecionando os estados de Minas Gerais (MG), Rio Grande do Norte (RN) e Rio Grande do Sul (RS). Observou-se que a utilização da internet por parte dos agricultores pode contribuir de forma positiva na gestão da propriedade bem como na comercialização dos produtos. Os resultados apontam que houve um aumento considerável no acesso a internet por parte dos agricultores, principalmente levando em conta o acesso a partir de seus celulares ou smartphones. A partir dos dados, foi verificado um aumento de 650% do número de domicílios rurais com acesso a internet. As considerações finais pressupõe que é necessário o investimento em infraestrutura, uma vez que o acesso à internet, seja por computador, mas massivamente pelo smartphone, proporcionam benefícios aos agricultores no que tange acesso à preços, mercados e novas formas de produção.

Palavras-chave: Tecnologia de informação e Comunicação, agricultura, mercados, internet, meio rural.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira vem passando por uma série de transformações. A visão de meio rural atrelada a isolamento e lugar de atraso trona-se obsoleta principalmente com as novas configurações as quais afetam aspectos sociais, enquanto novos espaços de lazer; econômicos, através de novas fontes de renda que não somente a agrícola e com a pluriatividade; e culturais que tendem a influenciar diretamente no cotidiano dos ali residentes.

Observa-se que, em busca de novas oportunidades, as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), principalmente a internet, passam a ser adotados por agricultores no meio rural, influenciando diretamente o cotidiano dos ali residentes. Ocorre, então, o surgimento não apenas de uma mudança cultural, mas sim uma modificação nas atividades rotineiras através de busca por novas práticas, novos mercados e experiências que podem ser vivenciadas com o advento da comunicação.

Esta, que nos processos de extensão rural estava constantemente atrelada à apresentação de uma nova tecnologia, à utilização de insumos agrícolas e às novas formas de incremento de produção no contexto da modernização agrícola passa a incorporar-se neste cenário de forma modificada. Conforme Rodrigues et al (2011), as tecnologias de informação e de comunicação (TIC), de certa maneira, tendem a impactar as cadeias produtivas tanto do lado da de quem busca por um produto (demanda) como de quem produz (oferta).

Sendo assim, é sabido que o meio rural passou por uma série de mudanças nos últimos anos, uma vez que deixa de ser exclusivamente agrícola, levando os produtores a se adaptar a essa nova realidade, buscando fontes alternativas de produção, comercialização e relações sociais (VIEIRO; SILVEIRA, 2011). De maneira geral, o meio rural insere-se neste conjunto de novas formas de comunicação e interação midiática, ainda que no Brasil de forma menos intensa, adotando aos poucos as tecnologias de informação e comunicação disponíveis.

Entretanto, os estudos sobre as TIC no meio rural torna-se temática do presente artigo que tem por objetivo principal analisar os dados da pesquisa realizada pelo Sebrae (2017) que buscou identificar o grau de acesso à tecnologia da informação e comunicação (TIC) por agricultores no meio rural, discutindo de que forma esta acessibilidade tem proporcionado novas oportunidades e transformações que passam a abarcar o meio rural brasileiro gerando novas formatações e novos cenários.

Como metodologia para a pesquisa, realizou-se uma análise dos dados apresentados pelo Sebrae (2017) em pesquisa sobre tecnologia da informação e comunicação na agricultura a qual foram entrevistados pela instituição 4.467 produtores rurais no ano de 2017 em âmbito nacional, que constam na base de dados do Siacweb e/ou empresa com CNAE do setor de agropecuária. Os dados foram disponibilizados pelo Sebrae (2017) em seu site institucional. Além disso, buscou-se na base de dados do Comitê Gestor da Internet (2016) outros dados acerca da utilização da internet para substancializar as informações obtidas.

Para este artigo, selecionou-se os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, pelo fato de os autores já se ter realizado pesquisas prévias em tais estados junto à agricultores que expunham seus produtos em feiras agroecológicas. Ou seja, a escolha das regiões se deu devido a pesquisas mais aprofundadas junto a agricultores de tais regiões em outras ocasiões as quais poderá ser explicadas por tais dados e serviram de pré-campo para construção de artigos futuros.

Assim, a internet apresenta-se como uma importante ferramenta que se consolida neste processo, oferecendo uma grande inserção no mundo das informações, uma vez que permite a troca de conhecimento em tempo real e o desenvolvimento de grupos de interesses, alavancando alianças que servem como ferramenta para construção de diferentes tipos de conhecimento, experiências, competências e habilidades.

Além disso, a internet vem a permitir uma troca de conhecimento em tempo real e a conformação de grupos de interesses, através de alianças que servem como ferramenta para construção de diferentes tipos de conhecimento, experiências, competências e habilidades que, antes, dificilmente seriam possíveis ou facilitadas. A proposição sustenta que a internet poderá acabar com o isolamento do campo, bem como gerar uma significativa alteração no cotidiano e no imaginário das pessoas residentes no meio rural.

O artigo estrutura-se, além desta introdução, em mais três tópicos, sendo “As TIC e as novas ruralidades” e “As TIC e sua influencia na gestão da propriedade rural” e as considerações finais.

2. AS TIC E O MEIO RURAL

O meio rural ganhou uma série de novas funções e funcionalidades apresentando-se em diversas formas de ocupação como sendo espaço de serviços, residência, patrimonial, lazer e espaço produtivo, além de abrigar um conjunto de profissões tipicamente urbanas que estão proliferando no meio rural. Em geral, a utilização das Tecnologias de informação e comunicação é vista como uma inovação no

meio rural que tende a contribuir em diversos processos que promovem o desenvolvimento no local, possibilitando certa proximidade do inimaginável que se tornou real, e com isso, essa ferramenta se tornou almejada e requerida pelos mais interessados em tecnologia.

No que concerne ao meio rural, a internet, apesar de se apresentar ainda aos poucos, pode trazer benefícios, a partir do momento em que, em certa medida, proporciona um maior acesso à informação pelos agricultores que poderão manter-se atualizados no que diz respeito à meteorologia, aos preços e aos circuitos do mercado agrário, entre outros, através da rápida disseminação de informação. De acordo com Matos (2009), as novas tecnologias podem auxiliar indivíduos e grupos a estabelecerem laços comunicativos capazes de ampliar a opinião pública e trazer novas contribuições para o debate sobre questões de interesse coletivo. A comunicação, potencializada pelas tecnologias de informação e comunicação, torna-se importante aliada na construção de dispositivos de capacidades que visam o desenvolvimento rural, uma vez que oportunizam aos indivíduos a expansão de suas escolhas, sendo estes agentes de seu próprio desenvolvimento.

A utilização das TIC no meio rural tende a contribuir nos processos produtivos realizados do meio rural e como este tem auxiliado no desenvolvimento da agricultura seja familiar ou no agronegócio. O acesso a mercados e, conseqüentemente, a redefinição das relações entre produtores e consumidores é um fator preponderante no qual as TIC tendem a facilitar o processo de comunicação e podem ser aplicáveis para facilitar a venda da produção como o caso da comercialização pela internet. Neste contexto, as novas formas de comunicação passam a ser demandadas.

De maneira geral, o meio rural insere-se neste contexto de novas formas de comunicação e interação midiática, ainda que no Brasil de forma menos intensa, adotando aos poucos as tecnologias de informação e comunicação disponíveis e aptas para o local. Esse novo cenário tende a apresentar também novas possibilidades como acesso à informação, à inserção em novos mercados, às formas diferenciadas de produção e, de certa maneira, pode proporcionar um maior contato entre produtor e consumidor.

A internet proporciona, ainda, uma ampliação no que diz respeito ao acesso à comunicação e à obtenção de informações, permitindo um aumento do acesso das populações a diversos conteúdos, tais como informação sobre novos produtos, novas culturas, sociabilidade e técnicas de produção, proporcionando aos agricultores melhorias nas suas práticas e um aumento na eficiência da produção.

Um dos principais fatores limitantes à proliferação das TIC no meio rural diz respeito justamente aos aspectos ligados à infraestrutura, constituindo essa outra hipótese do estudo. A disponibilização de

sinal tanto de telefonia fixa e móvel, quanto de internet, constitui-se como um fator limitante à utilização da internet por agricultores familiares devido à dificuldade de se instalar antenas que emitam o sinal de internet no meio rural. Isso porque trata-se de um serviço de alto custo e sem incentivo por parte do governo, principalmente através de políticas públicas e financiamento. Portanto, acredita-se que se houvesse um acesso facilitado, o número de usuário de internet no meio rural poderia ser aumentado consideravelmente.

O acesso a diversas fontes de conhecimento podem influenciar diretamente os processos que ocorrem na agricultura, refletindo em questões como relações com parceiros, construção de novos mercados, informações para mercadorias, preços e fornecedores. O surgimento de novos meios de comunicação e informação, a despeito da internet, provocou mudanças substanciais nos modos de comunicação, bem como na interação entre os indivíduos. Martins e Nunes (2008, p. 135) ressaltam que “a sociedade em rede, derrubou fronteiras e gerou uma nova economia, afirmando-se simultaneamente como um meio de comunicação global, de muitos para muitos, onde a comunicação pode ser realizada de forma síncrona ou assíncrona” (MARTINS; NUNES, 2008, p.135).

A internet apresenta-se como uma importante ferramenta, porque oferece uma grande inserção no mundo das informações, uma vez que permite a troca de conhecimento em tempo real e o desenvolvimento de grupos de interesses, alavancando alianças que servem como ferramenta para construção de diferentes tipos de conhecimento, experiências, competências e habilidades.

A partir do momento que a internet se apresenta como uma facilitadora no processo de troca de informação e aquisição de conhecimento, cabe aos indivíduos escolherem qual a melhor forma de utilização desse mecanismo em prol do próprio desenvolvimento pessoal.

A internet pode se tornar um instrumento que potencializa a ação emancipadora dos usuários, dando-lhes o “poder” da informação e do conhecimento a fim de se tornarem agentes de sua história. Além disso, a ferramenta pode também dinamizar o papel dos atores rurais em questões reivindicatórias, aumentando ou intensificando a capacidade crítica, influenciando em aspectos políticos e na produção de informação, fazendo com que a invisibilidade do rural seja desmistificada.

3.AS TIC E SUA INFLUENCIA NA GESTÃO DA PROPRIEDADE RURAL

Nos últimos anos tem-se observado uma grande evolução no conceito e na aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), ou seja, uma crescente busca por novos mecanismos que possam

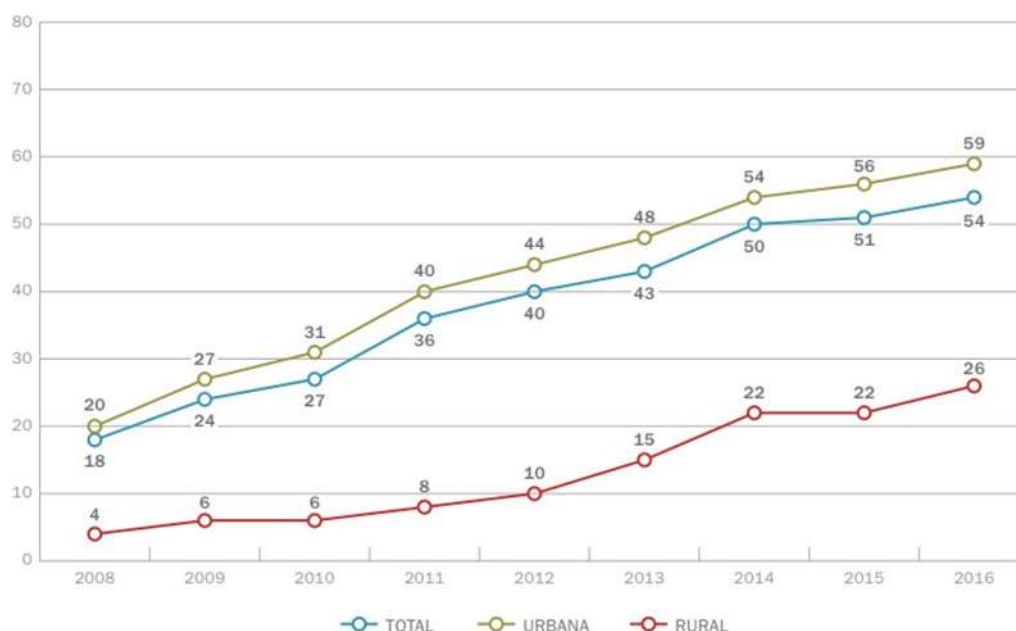
promover a cultura e o desenvolvimento da sociedade da informação, propondo uma nova visão estratégica.

Em maio de 2017, o Sebrae divulgou uma pesquisa apresentando dados acerca da utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no meio rural. O objetivo da pesquisa era apresentar como tais tecnologias vem influenciando o cotidiano dos produtores rurais bem como sua produção e produtividade.

Para o presente artigo, buscou-se analisar como ocorre a utilização das TIC nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. A escolha das regiões se deu devido a pesquisas mais aprofundadas junto a agricultores de tais regiões em outras ocasiões as quais poderá ser explicadas por tais dados e serviram de pré-campo para construção de teses de doutoramento finalizadas e em andamento.

De acordo com dados do Comitê Gestor da Internet (Cetic, 2016), observa-se que houve um aumento do total de usuários de internet no Brasil, tanto no meio rural quanto no urbano, de acordo com a Figura 01.

Figura 01 – Domicílios com acesso à internet por área (2006 – 2016).



Fonte: Cetic, 2016.

Ao analisar a figura, observa-se que em 2008 havia 4% da população rural com acesso a internet, no ano de 2016, esse número já era 26%, ou seja, houve um aumento de 650% dos domicílios rurais com acesso a internet. Já no urbano, em 2008 havia 20% dos domicílios com acesso a internet e em 2016

já constavam 59% dos domicílios urbanos, representando um aumento de 295% dos domicílios com acesso a internet.

Diante desse cenário no qual as propriedades rurais apresentam um aumento significativo da presença da internet no domicílio, torna-se pertinente entender como se deu esse acesso nelas por parte dos agricultores. Um dos principais instrumentos de acesso as TIC nos últimos anos, tem sido a utilização de aparelhos celulares bem como de smartphones.

Segundo pesquisa realizada pelo Sebrae 2017, de acordo com os entrevistados, dos que afirmaram utilizar o celular, observou-se que no estado de Minas Gerais 94% dos respondentes o possuem, 94,2% no Rio Grande do Norte, enquanto 98,5% Rio Grande do Sul dos usuários utilizam o celular no meio rural.

Quadro 01 – Tempo de utilização do celular pelos produtores rurais

UF	Menos de 3 anos	De 3 a 5 anos	De 6 a 10 anos	De 11 a 15 anos	Mais de 15 anos	Não sabe
MG	3,9%	9,3%	31,9%	16,7%	35,3%	2,9%
RN	9,4%	20,6%	36,7%	16,1%	14,4%	2,2%
RS	4,1%	4,6%	28,9%	20,1%	35,1%	6,2%

Fonte: Sebrae, 2017.

De acordo com o Quando 01, é possível observar que a grande maioria dos agricultores entrevistados utilizam o celular acerca de 6 e 10 anos. Cabe ressaltar que com o aumento da concorrência da telefonia celular, houve certo interesse dessas operadoras em expandirem sua disponibilidade de sinal, o que possibilitou aos domicílios rurais que apresentassem sinal da telefonia móvel. Outro fator também que contribuiu, e está ligado a essa boom de utilização é o celular rural.

Com a evolução da tecnologia, os aparelhos celulares se modernizaram, passaram a ser substituídos pelos smartphones os quais possuem acesso a internet. Com isso, a popularização da internet no meio rural possibilitou que os ali domiciliados pudessem acessar a rede de seus telefones celulares.

Quadro 02 – Foco da utilização da internet pelos agricultores

UF	Para questões pessoais	Para questões relacionadas ao negócio rural	Para ambos
MG	17,1%	7,9%	75%
RN	12,9%	7,5%	79,6%
RS	13,5%	11,2%	75,3%

Fonte: Sebrae, 2017.

Conforme o Quadro 02, 75% dos entrevistados em Minas Gerais afirmaram utilizar tanto para questões pessoais, como também para questões relacionadas ao negócio rural, assim como 79,6% no Rio Grande do Norte e 75,3% no Rio Grande do Sul.

Uma das formas pelas quais a internet vem sendo utilizada no meio rural é para facilitar o cotidiano dos agricultores, seja para questões pessoais como para questões relacionadas ao negócio rural. Batalha, Buainaim e Souza Filho (2005, p.18) ressaltam as possibilidades advindas com o acesso à internet afirmando que

A utilização de ferramentas gerenciais aplicadas tanto à gestão de redes de agricultores como às propriedades coloca-se como condição para os agricultores familiares explorarem novas oportunidades que se abriam a partir da formação das redes e da aplicação de tecnologias e práticas que requerem um nível de gestão da produção mais sofisticado (BATALHA; BUAINAIM; SOUZA FILHO, 2005, p. 18).

Cabe ressaltar que o acesso a internet a partir da propriedade pode levar a diversos benefícios como uma maior eficiência na gestão da propriedade, diminuindo os custos e melhorando as tomadas de decisão e incentivo no uso mais racional dos recursos, aumentando os lucros devido a uma maior produtividade. Nos dias de hoje, quem detém informação e conhecimento acerca de seus negócios ampliam suas possibilidades de inserção a novos mercados, aumentando, também, os circuitos de cadeias curtas e contato com os consumidores.

Segundo Conceição (2016), em sua pesquisa sobre a internet no meio rural, observou que a permite tanto ao agricultor familiar, agronegócio como aos consumidores ampliar os mercados aos quais estão inseridos, aumentar os canais de comercialização dos produtos e/ou serviços oferecidos, e bem como, ainda que de forma pouco presente, aumentar a variedade do que é produzido.

Mendes, Buainain e Fasiaben (2013) afirmam, corroborando com Conceição (2016), que a internet pode auxiliar no incremento da produtividade no domicílio rural assim como no conhecimento sobre novos produtos disponíveis no mercado, com o intuito de melhorar a qualidade e a quantidade da produção na propriedade.

Entretanto, no Brasil, ainda são poucas essas iniciativas de utilização da internet por parte dos agricultores no meio rural, seja comercialização de produção ou de serviços através da internet. Acredita-se que, mesmo com um aumento no número do acesso a internet por parte dos agricultores, um dos maiores desafios para que tais iniciativas se expandam pelo país seria investimento em infraestrutura e na solução dos problemas de comunicação, visto que nem todo o território nacional é coberto por sinal de internet, o que dificulta a utilização por parte do agricultor.

É clarividente que o acesso a internet pelos agricultores proporciona, de certa maneira, uma ampliação e melhoria em suas condições de vida. Atento a isso, é perceptível que os agricultores estão buscando a utilização da internet, como pode ser observado no Quadro 03.

Quadro 03 – Utilização da internet no negócio rural

UF	Acesso a serviços financeiros	Acesso a serviços do governo	Uso do e-mail	Pesquisas de preço / fornecedores	Compra de insumo ou mercadorias	Exposição de produtos da empresas
MG	70%	52,9%	92,9%	82,9%	77,1%	32,9%
RN	53,7%	48,8%	68,3%	70,7%	51,2%	17,1%
RS	50%	50%	76,9%	75%	65,4%	36,5%

Fonte: Sebrae, 2017.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Sebrae, dentre os agricultores entrevistados, no estado de Minas Gerais, 70% utilizam a internet para acesso a serviços financeiros, 52,9% a utilizam para serviços do governo, 92,9% acessam o e-mail (pessoal ou institucional), 82,9% usam a internet para pesquisar preços e negociar com fornecedores, 77,1% compram insumos para a produção ou mesmo mercadorias e 32,9% a valem-se da disponibilização para expor os produtos ou serviços do negócio rural.

Já no estado do Rio Grande do Norte, 53,7% utilizam a internet para acesso a serviços financeiros, 48,8% a utilizam para serviços do governo, 68,3% acessam o e-mail (pessoal ou institucional), 70,7% usam a internet para pesquisar preços e negociar com fornecedores, 51,2% compram insumos para a produção ou mesmo mercadorias e 17,1% a valem-se da disponibilização para expor os produtos ou serviços do negócio rural.

Ao observar o estado do Rio Grande do Sul, 50% utilizam a internet para acesso a serviços financeiros, 50% a utilizam para serviços do governo, 76,9% acessam o e-mail (pessoal ou institucional), 75% usam a internet para pesquisar preços e negociar com fornecedores, 65,4% compram insumos para a produção ou mesmo mercadorias e 36,5% a valem-se da disponibilização para expor os produtos ou serviços do negócio rural.

No que tange ao acesso a serviços financeiros, mesmo os entrevistados do estado de Minas Gerais afirmarem que a utilizam, é possível inferir que ainda há grande grau de desconfiança por parte dos agricultores em realizarem transações financeiras. Os mesmos utilizam o sistema de internet banking para consulta de saldos e extratos, mas ainda não o utilizam muito para pagamentos ou transferências

bancárias. Segundo pesquisa realizada por Conceição (2012), um dos motivos pela não utilização é a insegurança quanto a utilização, inibindo os usuários a utilizar serviços oferecidos pelo internet banking.

Quanto ao acesso a serviços do governo, é relevante ressaltar que a criação de políticas públicas é fundamental e deve estar constantemente nos debates sobre a construção de uma sociedade da informação que vise a inclusão digital do meio rural. O acesso a programas institucionais como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAe) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são exemplos pelos quais o acesso a serviços do governo podem colaborar no processo de desenvolvimento rural.

A pesquisa de preços, bem como o contato com o fornecedores e a efetiva compra de insumos ou mercadorias, torna-se promissora uma vez que a internet tende a dinamizar o processo de negociação e tomada de decisão de compras. Devido ao fato de a internet quebrar a esfera tempo versus espaço, a sua utilização para agilizar as diversas atividades que movem o meio rural torna-se, então, cada vez mais presente, ajudando os agricultores em suas atividades, buscando e contribuindo, de certa maneira, no aumento da integração deles com o fora, deles com outros agricultores e deles com a sociedade como um todo. Conforme Rodrigues et al (2011, p.33), diversos são os benefícios que a internet tende a favorecer aos agricultores no meio rural como

maior facilidade e rapidez de acesso à informação, melhor coordenação de colaboradores dispersos geograficamente, por exemplo, integração e automatização dos processos de negócio a montante (fornecedores) e a jusante (clientes), incremento da possibilidade de participação dos colaboradores nas atividades de gestão dos seus superiores hierárquicos, etc (RODRIGUES ET AL, 2011, p. 33).

Além disso, a internet tende a potencializar a comunicação com fornecedores, uma vez que torna esta mais instantânea e imediata, ou seja, surgiu uma necessidade de insumos, dúvida ou algum problema que exige solução imediata, a internet proporciona que haja uma troca de mensagens mais rápidas que qualquer telefonema (CONCEIÇÃO, 2016).

As diversas oportunidades que podem ser observada através do protagonismo das TIC no meio rural. Segundo Rodrigues et al (2011, p. 32), “as TIC favorecem a utilização de tecnologias (...) que permitem reduzir os custos, aumentar a produção, ajustar os insumos às necessidades do solo e das culturas, aumentar os rendimentos e reduzir os impactos ambientais, no que se convencionou denominar de agricultura de precisão”.

Cabe ressaltar que a internet permite tanto ao agricultor ampliar os mercados aos quais estão inseridos, aumentar os canais de comercialização dos produtos e/ou serviços oferecidos, bem como, ainda que de forma pouco presente, aumentar a variedade do que é ofertado, principalmente ao ofertar e expor seus produtos e serviços na internet. Sendo assim, a obtenção de maiores informações como tendências de preço e de safra, clima, novas formas de manejo, técnicas e maquinários, beneficiando sua propriedade, produção e sua qualidade de vida no campo tornam-se um diferencial competitivo para o agricultor. Entretanto, em grande parte dos agricultores entrevistados, observou-se certo receio na utilização da internet mesmo este podendo aumentar a produtividade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda há muito o que se utilizar das TIC como trampolim para o processo de desenvolvimento rural. Ao analisar sua utilização da internet no meio rural, é possível verificar que essa pode ser considerada uma forma de impulsionar a economia local, ampliando o mercado local e possibilita um incremento de renda para os agricultores.

É preciso uma ampliação nas discussões acerca da forma como as TIC podem contribuir para o meio rural para que essa possa ampliar as possibilidades de crescimento dos agricultores, bem como a capacidade de utilização de forma positiva que contribua efetivamente para as questões do sistema de gestão da propriedade rural de forma que proporcione o fortalecimento dos agricultores.

Compreende-se que a gestão de uma propriedade rural se apresenta como a preocupação na melhor forma de gerir o empreendimento por meio do planejamento e do controle da produção. O acesso à internet possibilita aos agricultores familiares a obtenção de maiores informações como tendências de preço e de safra, clima, novas formas de manejo, técnicas e maquinários, beneficiando sua propriedade, produção e sua qualidade de vida no campo. Além disso, as TIC podem contribuir para fortalecer os veículos comunitários e incentivar a comunicação e as diferentes culturas e economias locais, regionais, nacionais e globais.

É interessante ressaltar a importância da internet no que tange à sua contribuição ao proporcionar novas oportunidades para os negócios, e ainda facilitar o dia a dia do agricultor familiar, uma vez que ele pode, a partir dos conhecimentos necessários para tal, controlar sua produção apenas pela observação dos dados que ele adquire com a utilização de TIC.

REFERÊNCIAS

BATALHA, M. O.; BUAINAIM, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. de. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: BATALHA, M. O.; SOUZA FILHO, H. M. de (Org.). Gestão integrada da agricultura familiar. v. 1. São Carlos: EDUFSCAR, 2005. p. 13-43.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COMITÊ GESTOR DE INTERNET - CETIC. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil. São Paulo, 2016. Disponível em:

<<http://www.cetic.br>>.

CONCEIÇÃO, A. F. “Quem está online?”: um estudo de caso sobre o uso e apropriação da internet no meio rural de Estrela/RS. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

CONCEIÇÃO, A. F. Agricultura Familiar e a internet: um outro debate sobre o desenvolvimento rural. Trabalho apresentado no V Congreso Argentino y Latinoamericano de Antropología Rural, Santa Rosa, 2013.

DEPONTI, C. M. As “agruras” da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar.

REDES: Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 9-24, 2014.

DEPONTI, C. M. et al. Tecnologias de informação e de comunicação (TICs) e agricultura familiar: a incompatibilidade entre a existência e a apropriação: projeto piloto de Montenegro- RS. Trabalho apresentado no 53º Congresso da SOBER, Paraíba, 2015.

DEPONTI, C. M. et al. O uso de tecnologias de informação e de comunicação (TICs) pela agricultura familiar no Vale do Caí: projeto-piloto de Montenegro-RS. Revista Conhecimento Online, Novo Hamburgo, v. 1, p. 60-75, 2015. Disponível em:

<<http://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/88/85>>.

Acesso em: 23 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo agropecuário 2006: agricultura familiar: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação: primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/>. Acesso em: 4 jun. 2016.

KAGEYAMA, A. A. Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LEEUEWIS, C.; BAN, A. V. D. Communication for rural innovation: rethinking agricultural extension. 3. ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2004.

MARTINS, J. C. L.; NUNES, P. V. A internet como factor de transformação social e das relações de poder. Proelium: Revista da Academia Militar, Lisboa, n. 9, p. 135-158, 2008.

MATOS, H. Capital Social e Comunicação – interfaces e articulações. São Paulo, Ed. Summus, 2009.

MENDES, C. I. C.; BUAINAIN, A. M.; FASIABEN, M. C. R. Acesso ao computador e à internet na agricultura brasileira: uma análise a partir do Censo Agropecuário. In: CONGRESSO DA SOBER - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51., 2013, Belém. Anais... Brasília: SOBER,

2013. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.3>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

RODRIGUES, R.; SANTANA, C. A. M.; BARBOSA, M. T. L.; PENA, M. A. G., Júnior

Drivers de mudanças no sistema agroalimentar brasileiro. Revista Parcerias Estratégicas, 17 (34), 7-43, 2012.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Tecnologia da Informação – Pesquisa Produtor Rural 2017. Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/pesquisa-produtor-rural-2017,8f82e4188bb7d510VgnVCM1000004c00210aRCRD#0>>. Acesso em: 25 de março de 2018.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. VIEIRO, V. C.; SILVEIRA, A.C.M Apropriação de tecnologias de informação e comunicação no meio rural brasileiro. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 28, n.1, p.257-277, jan./abr. 2011.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31-44. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2016.



conhecimentolivre.org/home



contato@conhecimentolivre.org



editoraconhecimentolivre

CIÊNCIAS SOCIAIS:

A SOCIEDADE EM SUA INTEGRALIDADE

VOLUME XIV



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE